

[ECO]
Não excluir esta página

Projeto Ferro Carajás S11D - Mina Sossego - Ramal Ferroviário

Relatório Trimestral de Atividades

Janeiro de 2015



3042-00-TRM-RL-0001-00

Preencher os campos abaixo

Coordenador:

Consultor:

Editorado por:

Data:

Última Gravação por:

Data:

15/01/2016 20:28

Obs: Impressão Frente e Verso

Para numeração oculta para uso do NE

ÍNDICE

1 -	Apresentação	1
2 -	Articulação e Levantamento de <i>Status</i>	3
2.1 -	Metodologia	3
2.2 -	Atividades Realizadas e Análise dos Resultados	5
2.2.1 -	Linha de Ação 1 - Plano Safra.....	5
2.2.2 -	Linha de Ação 2 - Campanhas de Educação Ambiental.....	23
2.2.3 -	Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo.....	34
2.2.4 -	Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos.....	42
2.2.5 -	Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos.....	47
2.2.6 -	Linha de Ação 6 - Apoio à Construção da PMEA e do ProMEA.....	57
2.2.7 -	Linha de Ação 7 - Participação Popular.....	64
2.2.8 -	Linha de Ação 8 - Conhecimento sobre os Empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás.....	71
2.2.9 -	Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA.....	76
3 -	MONITORAMENTO e Avaliação do Programa	93
3.1 -	Monitoramento DE INDICADORES DE PROCESSO	93
3.2 -	Monitoramento dos Indicadores de Performance	105
3.3 -	Detalhamento das ferramentas de Monitoramento	106
3.3.1 -	Desenvolvimento de Ferramental Teórico-Metodológico.....	107
3.3.2 -	Observatório de Expectativas.....	108
3.3.3 -	Observatório de Conflitos Sociais.....	109
3.3.4 -	Cronograma Executivo do de Monitoramento e Avaliação.....	110
4 -	Equipe Técnica	111

ANEXOS

- Anexo 1 Plano de Ação do PEA
- Anexo 2 Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA
- Anexo 3 Questionários semiestruturados de Levantamento de Status
- Anexo 4 Listas de Presença
- Anexo 5 Atas - Linha de Ação 1
- Anexo 6 Atas - Linha de Ação 2
- Anexo 7 Versão preliminar do Álbum Seriado
- Anexo 8 Atas - Linha de Ação 3
- Anexo 9 Atas - Linha de Ação 4
- Anexo 10 Atas - Linha de Ação 5
- Anexo 11 Atas - Linha de Ação 6
- Anexo 12 Questionários semiestruturados preenchidos - Linha de Ação 7
- Anexo 13 Atas - Linha de Ação 7
- Anexo 14 Questionários semiestruturados preenchidos - Linha de Ação 8
- Anexo 15 Sistematização dos dados de Levantamento de Status - Linha de Ação 8
- Anexo 16 Atas - Linha de Ação 9
- Anexo 17 Ficha de Expectativa

1 - APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por objetivo apresentar as atividades iniciais realizadas entre os meses de setembro e dezembro de 2015, referentes ao 1º trimestre de implementação do **Programa de Educação Ambiental (PEA)** desenvolvido pela empresa de consultoria ambiental Ecology Brasil no âmbito do licenciamento ambiental dos empreendimentos da Vale no município de Canaã dos Carajás, sudeste do Pará: a saber, Projeto Ferro Carajás S11D, Mina Sossego e Ramal Ferroviário. Este PEA, portanto, integra de maneira sinérgica as ações de educação ambiental parte das condicionantes ambientais que apoiam a emissão da Licença de Instalação e/ou Operação dos empreendimentos citados.

Desta forma, o Programa tem por objetivo principal dar continuidade às ações realizadas no âmbito dos respectivos PEAs em etapas anteriores, fomentando, num nível mais profundo, a participação popular e potencializando a autonomia dos atores sociais locais, não apenas na participação, mas também na condução dos espaços e instrumentos de organização social. Para tanto, está pautado na instrumentalização técnica dos públicos envolvidos, por meio de atividades educativo-formativas e fomento a iniciativas dos diferentes seguimentos participantes do PEA.

Para tanto, o mesmo foi estruturado em nove Linhas de Ação distintas, cada uma das quais tendo sido propostas participativamente e aprovadas pelo Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PEA, fundamentar tecnicamente o PEA em conformidade com a Instrução Normativa IBAMA nº 02, de 27 de março de 2012, pautando-se no fomento à participação social ativa e transformadora e na integração cada vez mais ampliada das diversas frentes de atuação da Vale no município.

As Linhas de Ação mencionadas são correlacionadas a seguir:

- 1 - Apoio ao Plano Safra
- 2 - Campanhas de Educação Ambiental
- 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo
- 4 - Recursos Hídricos
- 5 - Resíduos Sólidos

6 - Apoio à Construção da PMEA e do ProMEA

7 - Participação Popular

8 - Conhecimento sobre os Empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás

9 - Facilitação do Comitê de AMPEA

As referidas Linhas de Ação foram apresentadas por meio de um Plano de Ação (**Anexo 1**), que teve por objetivo desenvolver, ajustar e detalhar o planejamento e promover a sinergia das ações do PEA do Projeto Ferro Carajás S11D com os PEAs dos demais empreendimentos da Vale no Município de Canãa dos Carajás (Mina Sossego e Ramal Ferroviário), considerando a não-sobreposição às ações corporativas da Vale nas localidades rurais onde o PEA vem sendo desenvolvido.

E, como meio de se acompanhar e avaliar, de forma continuada, participativa e propositiva, a efetividade das ações educativas de caráter ambiental junto aos grupos sociais envolvidos, foi elaborado um Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA (**Anexo 2**). O mesmo tem como principal instrumento indicadores de Processo e Performance, apoiados em metodologias específicas que permitam o acompanhamento da consecução dos objetivos propostos no Programa.

Desta forma, todo o conteúdo deste relatório de atividades iniciais está diretamente referenciado no escopo apresentado nos Planos citados, mais especificamente, tem seu **item 2.2 - Atividades Realizadas e Análise dos Resultados**, **2 - Articulação e Levantamento de Status** e **3 - Cronogramas Executivos** diretamente ligados ao Plano de Ação do PEA, enquanto o **item 4 - Monitoramento dos Indicadores de Resultado e de Processo** refere-se ao Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA. Desta forma, compreensão do integral do conteúdo do presente documento, está vinculada ao escopo apresentado nos Planos mencionados.

A seguir são descritas as principais atividades realizadas no período, bem como apresentada a análise dos resultados das mesmas.

2 - ARTICULAÇÃO E LEVANTAMENTO DE STATUS

2.1 - METODOLOGIA

A proposta de Levantamento de Status intencionou contribuir para a compreensão de diferentes aspectos relacionados às variadas atividades previstas no Programa de Educação Ambiental (PEA) dos empreendimentos da Vale. Dessa maneira, esse instrumento de análise objetivou o melhor entendimento do contexto onde as ações do Programa estão inseridas, além de apreender à percepção que diferentes atores sociais possuem sobre essa realidade. Na verdade, torna-se importante entender os variados pontos de vista sobre determinados temas e os desdobramentos gerados a partir dos olhares de todos os envolvidos. Parte-se da premissa que o PEA não se encontra descolado da realidade, sendo, inclusive, produto do meio e, continuamente, influenciado pelos sujeitos que sofrem ou praticam as ações educativas. Não há como realizar qualquer atividade de planejamento sem o conhecimento prévio do cenário onde serão efetuadas ações. Igualmente, entende-se que a efetiva consolidação das propostas efetuadas está diretamente associada a diferentes condicionantes, tais como afinidade, nível de pertencimento e sentimento de corresponsabilidade; tais aspectos contribuem para a reflexão e internalização das atividades propostas.

Face ao exposto, foi concebida uma metodologia que possibilitasse entender, descrever e, em alguns momentos, explicar fenômenos sob a ótica de diferentes atores sociais. Somou-se a essa estratégia, a necessidade de inclusão de um processo que além de propiciar a escuta, fomentasse também a participação dos envolvidos. Tarefa não muito fácil de ser realizada, visto que essa tática está impregnada de subjetivismos, valores e de aspectos socioculturais e comportamentais. Ademais, inserem-se ainda nessa análise os campos de interesses, disputas e de conflitos pré-existentes.

É importante salientar que a interpretação das informações colhidas durante o período de Levantamento de Status, não se configuraram em conclusões determinantes, mas sim em elementos valiosos que colaboraram para a composição de uma análise mais crítica e fundamentada sobre as linhas de ações previstas no presente PEA.

Dito isto, a metodologia adotada mesclou diferentes ferramentas de coleta e obtenção de dados e informações, a saber:

- **Levantamento de dados secundários** - para cada uma das linhas de ação previstas no Programa levantou-se um conjunto de informações oriundas de documentos, leis e textos e sites de referência.
- **Levantamento de dados primários** - obtidos a partir de uma mescla de técnicas tais como realização de grupos focais, de reuniões setoriais e de entrevistas.

Torna-se necessário realizar um adendo sobre uma das técnicas de abordagem qualitativa utilizada: o Grupo Focal. Na verdade, é importante destacar que foi feita uma adaptação de tal ferramental visando ajustá-lo às necessidades desse levantamento e em função do perfil do grupo trabalhado.

Grupo focal é uma técnica de pesquisa social, de origem anglo-saxônica, trazida para o Brasil na década de 1940. MORGAN (1997)² define *grupos focais* como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. KITZINGER (2000) corrobora com esta premissa e destaca que o principal objetivo do GF se traduz em *reunir informações detalhadas sobre um tópico específico (sugerido por um pesquisador, coordenador ou moderador do grupo) a partir de um grupo de participantes selecionados*.

O uso dessa ferramenta apresenta uma série de vantagens: (a) diretriz operacional e técnica específica, contando com roteiros e critérios pré-definidos; (b) criação de um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista sobre o tema em análise; (c) baixo custo operacional e (d) obtenção de dados válidos e confiáveis em um tempo curto.

A técnica também permite a movimentação do grupo e da discussão. Por outras palavras, diferentemente de uma entrevista ou de uma reunião individualizada, o debate junto a um coletivo permite que proposições sejam complementadas pelos participantes, tornando o exemplo ou a experiência mais rica; possibilitando ainda a problematização dos temas e não somente a apresentação de um fato por um único interlocutor.

1 BARBOUR, Rosaline. *Grupos Focais: Coleção Pesquisa Qualitativa*. São Paulo: ARTMED Editora SA, 2008.
TRAD, LB. *Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões* baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis - Revista de Saúde Coletiva* [online] 2009, 19(3):777-96. Available in: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=400838224013>> ISSN 0103-7331
DEBUS M. *Manual para excelência em La investigación mediante grupos focales*. Washington: Academy for Educational Development; 1997.

2 MORGAN, D. L. *The Focus Group Guidebook*. Thousand Oaks: Sage, 1998.

Para as entrevistas e grupos focais, foram elaborados roteiros com base em questionários semiestruturados, os quais se encontram no **Anexo 3**. As listas de presenças das reuniões e encontros estão evidenciadas no **Anexo 4**.

2.2 - ATIVIDADES REALIZADAS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

2.2.1 - Linha de Ação 1 - Plano Safra

Essa Linha de Ação intenciona promover ações de fortalecimento das instituições diretamente envolvidas na implementação do Plano Safra em Canaã dos Carajás, por meio da promoção de ações de formação continuada e intercâmbio de experiências, contribuindo deste modo com o acesso às políticas públicas para aquisição de recursos que se façam necessários para o desenvolvimento das ações previstas pelo Plano Safra.

Nesse sentido, a proposta em tela, pretende, como pano de fundo, estimular a discussão sobre organização social, planejamento rural e acesso á créditos agrícolas. Da mesma forma, criar instrumentos que possibilitem a maior inserção de agricultores nesse processo de discussão.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de quatro (04) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-1**.

Quadro 2-1 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 1

Atividades	
1	Verificação de status da Linha de Ação 1
2	Articulação Institucional e Estabelecimento de Parcerias
3	Intercâmbio de experiências e visitas às Unidades de Referência
4	Ações Formativas

Nesse documento serão tratados apenas as duas primeiras atividades Levantamento de Status e Articulação institucional e estabelecimento de parcerias. Reitera-se que as duas atividades mencionadas são complementares e ocorrem concomitantemente.

2.2.1.1 - Articulação

O processo de articulação se deu a partir de diferentes contatos com atores sociais estratégicos, especialmente junto à instituições associadas ao setor agrícola, tais como: SEMPRU, SEMMA, SEMED, Agência de Desenvolvimento Canaã, EMATER - Pará, VALE, CMMA, entre outras. Foram

realizadas ao todo, oito (08) reuniões. O **Quadro 2-2** apresenta de forma sintética esses encontros.

Quadro 2-2 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 1 - Apoio ao Plano Safra

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
22/10	SEMPRU	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Agrônomo da SEMPRU Equipe Vale	-	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e principais dificuldades.
22/10	SEMMA	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Equipe Secretaria de Meio Ambiente.	-	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e principais dificuldades.
22/10	Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás	Encontro de Levantamento de Status e entrega de questionário semiestruturado	Equipe Ecology; Coordenadora da Agência Canaã.	-	Levantamento de informações sobre o andamento do Plano Safra no município, visando perceber seus avanços e principais dificuldades.
27/11	Vila Planalto - VS44A	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.	-	Apresentação do PEA; Plano Safra e solicitação de apoio na mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal.
01/12	EMATER- Pará	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Técnico da EMATER- Pará; Representante da Cooperativa Agropecuária de Canaã dos Carajás.	-	Apresentação do PEA; Plano Safra e solicitação de apoio na mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal.
01/12	SEMPRU	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Secretário da SEMPRU.	-	Mobilização dos técnicos da SEMPRU para participação no grupo focal; diagnóstico rural participativo.
01/12	SEMDEC	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Secretário da SEMDEC; Presidente da Associação dos Ambulantes.	-	Apresentação do PEA; Mobilização das lideranças de produção rural para participação no grupo focal
02/12	SEMPRU	Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Representantes da SEMPRU; Representantes da SEMDEC.	x	Apresentação do PEA e explicação da respectiva linha de ação; Diagnóstico Rural Municipal; Ações da SEMPRU e Plano Safra - Andamento, dificuldades, demandas e resultados.
02/12	Propriedade Rural	Grupo Focal sobre o levantamento de status do Plano Safra	Equipe Ecology; Lideranças dos produtores rurais; EMATER-Pará.	x	Apresentação do PEA e explicação da respectiva linha de ação; Diagnóstico Rural Municipal; Ações da SEMPRU e Plano Safra - Andamento, dificuldades, demandas e resultados.

As atas assinaladas no **Quadro 2-2** constam no **Anexo 5**.

O **Quadro 2-3** apresenta a lista de contatos dos atores sociais envolvidos na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-3 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 3 -Criação da Cooperativa de Ecoturismo

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Augusto Carlos Ramiro (Sec)	SEMPRU	(94) 99271-0023
Roberto Ramos (Agr)		(94) 99187-3037
Diogenes Canario Moreira (Agr)		(94)99243-5269
Luciano Araujo Aguir (Vet)		(94) 99159-6303
Ramon Neves (Zoo)		(94) 99270-5978
Mario Fogaça (Zoo)		(94) 99166-0042
Andre Ney Nogueira		(94) 99121-9190
Poliana (secretaria)		(94)992267330
Reginaldo Pires Ferreira	SEMMA	(94) 3358-1322 (94) 991652825
Franksuelmo Barbosa Santos		(94)991775330
Daniel Soares Sousa		99159-3782
Leonardo Ricardo (chefe parque)		99182-4023
Regina Selma Pereira	CMMA	99177-9056/8126-8856
Ana Paula Mesquita	SEMDEC	99131-9508
Marili Terezinha Rodrigues de Souza		99273-2087
Jurnadir Santos (sec)		99135-6064
Graça Reis	AGENCIA CANAÃ	(94) 99151-6655/ 991830314
José dos Reis B de Abreu	ASSOCIAÇÃO VALE DO SOSSEGO	9168-4832
Luiza da Silva Sousa	AFAMAPROCAN	9226-2211
Sebastião de Jesus Carvalho	ASSOCIAÇÃO BAIRRO NOVO BRASIL	9159-4614
Genuir Fescarini	ASSOCIAÇÃO AMERICO SANTANA	99195-3238
Juarez Oliveira Gomes	ASS. DOS AMBULANTES	99248-5213
Valdir Oliveira Rocha	AFAMAPROCAN	9110-7264
Jose de Ribamar S Costa (Pixilinga)	STTRC / CDMR	9153-9689
Darlete Santana da Silva	STTRC	99278-1036
Marcos Mafra	ECONOMIA SOLIDÁRIA	8412-8181
Wericks Eduardo	COOPER CANAA	9153-6688
Valdivino	COOACCR	99153-8704
Salomão Pereira de Carvalho	STR - COOACCR	99137-3618
Luiz Pereira Rodrigues	ASSOCIAÇÃO DE APICULTORES - AACC	99153-6688

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Aldacir	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RUR DA VILA OURO VERDE	99131-5772
Ataide	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RUR DA VILA FEITOSA	99267-5049
Zé Nicaço	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RUR DA SERRA DOURADA - COMISSÃO	99145-4823
Otaviano	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RUR DA SERRA DOURADA	99141-6470
Tonho da Velha	ASSOCIAÇÃO DOS PEQ. PROD. RUR DO PA MARIA DE LOURDES	99153-4089
Alfredo Luiz Sobrinho	ASS. PRODUTORES DE HORTALIÇAS	99172-3964
Francisco "Chico Cabrita"	ASSOCIAÇÃO BELA VISTA	99155-3718
Agripino	ASSOCIAÇÃO NOVA UNIÃO (IRMÃO VALDIVINO)	99153-8704
Irmão do Sheba	ASSOCIAÇÃO NOVA JERUSALEM	



Figura 2-1 - Reunião com Secretaria Municipal de MA



Figura 2-2 -Reunião com SMMA e presidente da associação de apicultores



Figura 2-3 - Encontro para mobilização de reunião com o presidente do STTR - Canaã, Sr. José Ribamar Costa



Figura 2-4 - Encontro para mobilização de reunião com o presidente do STTR - Canaã, técnico da EMATER e representante da COOACCR



Figura 2-5 - Encontro para mobilização do grupo focal com lideranças da produção rural



Figura 2-6 - Grupo focal realizado junto a representantes institucionais da SEMPRU e SEMDEC

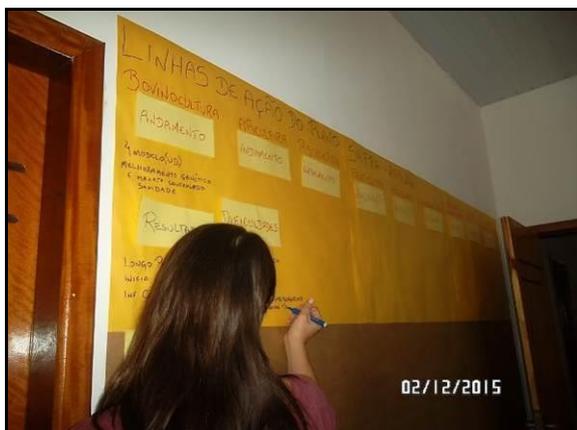


Figura 2-7 - Sistematização das informações obtidas junto ao grupo focal



Figura 2-8 - Informações do grupo focal sistematizadas



Figura 2-9 - Grupo focal realizado junto a lideranças da produção rural



Figura 2-10 - Representante da Associação EPAGRO, Sr. José Ferreira se pronunciando no encontro

2.2.1.2 - Levantamento de *Status*

A estratégia inicial formulada para o levantamento de dados e informações sobre o estágio em que se encontrava o Plano Safra no município de Canaã dos Carajás foi a elaboração de um roteiro contendo questões sobre todas as atividades previstas para esse Plano (**Anexo 3**).

a) Reuniões preliminares para o entendimento do Plano Safra municipal

Para isso, foram realizadas três reuniões junto a diferentes instituições: Secretaria de Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural (SEMPRU); Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás.

A primeira das reuniões supracitadas foi realizada na sede da SEMPRU com a presença da Equipe da Ecology; as profissionais da Vale: Nívea Costa e Eidiane Souza e Sr. Diógenes Moreira, agrônomo da SEMPRU. O encontro intencionou entender um pouco mais sobre as ações do Plano no município. Diógenes Moreira comentou sobre o viveiro que será construído e da criação de uma ala inteira destinada ao Sr. Luiz Pereira Rodrigues, apicultor da região. Esse setor seria responsável em produzir mudas florestais e melíferas, a partir das sementes coletadas pelo apicultor. Nívea Costa comentou sobre a Feira de Agricultura Familiar que estaria sendo elaborada em conjunto com a Vale, informando o investimento de cerca de R\$ 2.500.000,00 para sua realização.

Ao final do encontro foi realizado o desenho preliminar do dia de campo para a Oficina de Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APPs), ação integrante da Linha de Ação 2 e 4 do PEA.

Na reunião com a SEMMA foi constatado que esta secretaria não possuía nenhum envolvimento com a elaboração e execução do Plano Safra. Aproveitou-se o encontro para tratar do dia de campo destinado à restauração florestal de APPs.

Finalmente, a terceira reunião foi realizada na sede da Agência Canaã, todavia o pouco envolvimento da coordenadora da Agência e representante do Comitê de AMPEA com o tema fez com que a reunião tratasse de outros assuntos.

Nas três reuniões mencionadas foi entregue um formulário com questões referentes às atividades agropecuárias desenvolvidas no município e elencadas no documento Plano Safra Municipal (2014-2015) para preenchimento e posterior envio à equipe Ecology. Entretanto,

não houve retorno por parte de nenhum dos entrevistados com fornecimento dos questionários preenchidos.

Face ao exposto, uma nova estratégia de levantamento de status da linha de ação do Plano Safra foi adotada. A nova proposta contou com realização de Grupos Focais (GF) e de reuniões setorizadas de articulação e mobilização. Nesse sentido, foi realizado um encontro com as lideranças mais representativas do setor agrícola de Canãa dos Carajás, na sede municipal da EMATER-Pará, para solicitar apoio das lideranças na mobilização de agricultores para realização de um dos grupos focais previstos.

Optou-se pela realização de dois GFs, um com produtores e outros com a SEMPRU para a discussão dos seguintes assuntos: (a) Apresentação do PEA e explicação da respectiva linha de ação; (b) Diagnóstico Rural Municipal; (c) Ações da SEMPRU e (d) Plano Safra - Andamento, dificuldades, demandas e resultados.

b) Grupo Focal com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural

O Grupo Focal realizado na sede da SEMPRU contou com a presença da equipe da Ecology Brasil, dos técnicos desta Secretaria e representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC. Nesse encontro, foram abordados alguns aspectos do Diagnóstico Rural Municipal produzido em 2013 pela equipe técnica da SEMPRU. Augusto Carlos Ramiro, atual secretário, informou que o processo de coleta de informações foi feito de forma censitária, atendendo as seis regiões da Zona Rural de Canãa dos Carajás: Sede, Vila Planalto, Vila Bom Jesus, Nova União, Vila Feitosa e Cedere III (Vila Ouro Verde).

Roberto Ramos, agrônomo, comentou que a Vila Ouro Verde e a comunidade de Racha Placa seriam as mais organizadas e dinâmicas. Augusto Carlos Ramiro comentou que a Vila Planalto se sobressai pela disponibilidade de nascentes, porém a conscientização dos produtores rurais para protegê-las ainda é recente. Comentário esse endossado pelos demais participantes da SEMPRU.

Roberto Ramos disse que “a vocação do município é mineral, porém a aptidão é agrícola”. Os representantes da SEMPRU versaram sobre as culturas de grãos como aptidão local antes mesmo da implantação da Vale, atualmente a bovinocultura de corte é a produção de maior destaque, contudo, de acordo com o secretário, a instalação de assentamentos rurais,

loteados em forma de “chacreamento” (pequenas propriedades), tende a ampliar a opção pela fruticultura no município.

Outro ponto discutido com os presentes foi à promoção de assistência técnica rural, os órgãos que a executam, e a periodicidade de realização desta atividade e o acesso á créditos. Em relação à assistência técnica rural em Canaã dos Carajás, Ramon D. Neves respondeu que a mesma é realizada por quatro instituições: DEPARÁ (atua mais no controle sanitário); EMATER-Pará (atua nas glebas); SEMPRU (atua na zona rural como um todo) e Amazon Rural (atua nas áreas de assentamento de reforma agrária). Quanto à periodicidade das visitas, a resposta foi que as mesmas estão associadas essencialmente aos projetos executados pela SEMPRU, mas em geral seriam efetuadas quinzenalmente.

Foi comentado que os produtores rurais alegam certa resistência das instituições bancárias de Canaã dos Carajás em receber agricultores e proceder ao encaminhamento para acesso a créditos. Os técnicos da SEMPRU confirmaram tal dificuldade.

Por fim, abordou-se temas como a presença de matadouros públicos no município, cuja resposta foi que existe um matadouro particular; e o recolhimento de embalagens vazias de agrotóxicos. Roberto Ramos informou que essa foi uma lei que “não pegou”. O agrônomo informou que foi realizada uma campanha para recolhimento de embalagens vazias, possibilitando o recolhimento de mais de 2000 recipientes. Essa foi uma ação casada com as seguintes instituições: Secretaria de Meio Ambiente (SEMMA); Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Agência de Defesa Agropecuária do Pará (ADEPARÁ) e Ministério Público Estadual. Roberto Ramos falou da importância da campanha, mas disse que ainda não existe uma cultura nesse aspecto.

Partindo-se para uma discussão mais focada nas principais linhas de ação do Plano Safra objetivando identificar em cada uma delas andamento; dificuldades; demandas e resultados.

Sobre as dificuldades para aumentar a produtividade de maneira geral, foram citados:

- ▶ Falta de tecnologia de produção;
- ▶ Necessidade de melhoramento genético dos rebanhos;
- ▶ Degradação ambiental;

- ▶ Acesso a créditos rurais;
- ▶ Troca gerencial dos bancos no município é corriqueira;
- ▶ Ausência de analistas de projetos contratados pelos bancos; e
- ▶ Falta de maquinário, são duas plantadeiras para atender toda a demanda do município.
- ▶ Foi informado pelos presentes que a ADEPARA (Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Estado do Pará) monitora os serviços realizados pelos órgãos extensionistas (Amazon Rural, Emater - Pará e SEMPRU), assim como a inspeção e defesa sanitária animal e vegetal.

Sobre o acesso ao PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), a representante da SEMDEC, Sra. Marili Terezinha Rodrigues de Souza, disse que no município o programa foi iniciado em 2013, porém há o entrave relacionado ao beneficiamento da produção, citou o exemplo da produção leiteira, que não fecha o ciclo. Completou informando que o governo atual está investindo na piscicultura, mas há restrição para esse produto ser introduzido na merenda escolar, informou ainda que são 15 mil alunos e que a demanda é grande, contudo, além da carência de beneficiamento dos produtos, os produtores não possuem o DAP devido à falta de título da terra, tampouco se interessariam em novas tecnologias e em se unirem em forma de cooperativas. Por fim, disse que acredita na reeducação dos produtores e enxerga grande potencial nos chacareiros para o atendimento da respectiva demanda.

Sobre o Plano Safra, o secretário informou que esse Plano teria sido criado como condicionante do Plano Ambiental da Vale, acordado no Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Educação Ambiental (Comitê AMPEA). Assumiu que a SEMPRU deveria executá-lo, no entanto, alegou que a respectiva secretaria não tem recursos para implementá-lo, e as ações que estão realizando são em cima do orçamento disponibilizado pela prefeitura e do planejamento anual. A ação mais efetiva do Plano Safra, de acordo com o secretário Augusto Carlos será a implantação do viveiro de mudas frutíferas.

Algumas linhas de ação foram delineadas quanto ao andamento, dificuldades e demandas, são elas:

Bovinocultura

- ▶ Andamento - 4 (quatro) produtores atendidos como unidades demonstrativas, onde estão sendo executados melhoramento genético, manejo e sanidades controlados;
- ▶ Resultados - Foi iniciado em 2014 e será observado a longo prazo;
- ▶ Dificuldades - Déficit Climático (longo período de estiagem); escassez de alimentos; falta de mão de obra especializada; e poucos produtores com interesse em adotar novas tecnologias; e
- ▶ Demandas - Aquisição de equipamentos; melhoria das pastagens; organização da produção; melhoramento genético e nutricional.

Apicultura

- ▶ Andamento - parado;
- ▶ Resultados - não foram citados resultados;
- ▶ Dificuldades - Construção da Casa do Mel (Entrepasto), aquisição do SIM (Selo de Inspeção Municipal), maquinário e organização da associação; e
- ▶ Demandas - Construção da Casa do Mel.

Piscicultura

- ▶ Andamento - Fornecimento de tratores para cavar buracos nos lençóis freáticos;
- ▶ Resultados - Acompanhamento ainda está no início, não há resultados mensuráveis;
- ▶ Dificuldades - Disponibilidade de água durante o ano todo, falta de infraestrutura; e
- ▶ Demandas - Adoção de tecnologias, manejo adequado e estudos de viabilidade.

Um aspecto relevante no que tange à piscicultura diz respeito à abertura de buracos para a criação de peixes, fato que pode provocar a contaminação dos lençóis freáticos. Os participantes ressaltaram que esta é uma situação usual na zona rural.

Fruticultura

- ▶ Andamento - Assistência para horticultores, apoio à fruticultura no município.
- ▶ Resultados - não há resultados;
- ▶ Dificuldades - Mão de obra, investimento, interesse e água para irrigação;
- ▶ Demandas - Unidades demonstrativas para referenciar os produtores, desenvolver as mudas para suportarem o período de estiagem, fortalecimento das organizações.

Um tema complementar à questão da fruticultura diz respeito à disponibilidade de maquinários. Augusto Carlos informou que a SEMPRU disponibiliza 2 plantadeiras, 6 patrulhas, maquinários próprios agricultores, haverá a compra de mais uma plantadeira, subsídio de óleo além de efetuar o atendimento. Informou também que a partir de 2016 será cobrada uma tarifa pública para o uso dos equipamentos e para o fornecimento de mudas

Além disso, algumas propriedades foram indicadas como de relevância para a realização da Atividade 3 - Intercâmbio de experiências e visitas às Unidades de Referência prevista nesta Linha de Ação. São elas as do Sr. Piranha (grãos); Sr. Salomão (piscicultura); e Zé Mauro (pecuária).

c) Grupo Focal com Produtores Rurais

O encontro foi efetuado na propriedade do Sr. Salomão Pereira de Carvalho, reunindo no período da manhã, um grupo de mais de 20 agricultores, representantes do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, da cooperativa agropecuária, associação de produtores, entre outros grupos sociais.

Raimundo Nonato da Conceição (Emater-Pará) fez um breve relato do processo de formação do Plano Safra municipal. O representante da Emater-Pará informou que participou das tratativas iniciais juntamente com o José Ribamar da S. Costa (Pixilinga), enfatizando que o Plano teria sido decorrente de condicionantes ambientais. Reiterou ainda que o Plano Safra não teria sido discutido em sua plenitude com os produtores e que o impacto, para a produção rural, gerado pela instalação das minas da Vale não teria sido discutido ou levado em consideração.

Quando a plenária foi questionada sobre o Diagnóstico feito pela SEMPRU, a resposta foi: “O diagnóstico ficou muito a mercê do que se esperava e a reorganização dos trabalhadores não foi contemplada”. José de Sousa Barroso (Zé Barroso) demonstrou insatisfação com o processo de elaboração do Plano. Disse que os produtores não possuem créditos e não podem produzir, o que foi conquistado foi através do Sindicato (STTR). Na fala do agricultor: “O Plano Safra não fez nada. Até hoje não fomos beneficiados em nada”. Segundo sua percepção, não haveria muita intervenção da SEMPRU nas vilas. José de Sousa Barroso disse que a produção de leite estaria em “seus últimos suspiros”. Chico Cabrita falou do projeto AGIR e da participação no mesmo. Queixou-se de não haver maiores esclarecimentos sobre o processo seletivo. “Nunca fomos contemplados. Apenas o irmão Luis”, se referido ao apicultor conhecido na região.

Pixilinga relatou sua visão dele sobre o processo de construção do Plano: “O nome Plano Safra foi dado num pulo. Era um nome provisório. Esse nome criou uma expectativa nos produtores”. Disse que “abusou” de chamar a Secretaria para participar e nada, ou seja, insistiu por diversas vezes e não foi atendido. “A SEMPRU está sendo falha, não tem preocupação com os agricultores, os produtores mais idosos e mais pobres. Se o plano quer criar sustentabilidade temos que trabalhar juntos e fazer uma mobilização eficaz.” Disse que o Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PEA (AMPEA) não se comunicaria eficientemente com as bases.

Sr. José Ferreira Lima (Zequinha) disse: “A agricultura familiar é a saída para qualquer região. Tem que trabalhar com os pequenos. Incentivar a criação de pequenos animais”.

O representante da EPAGRO, Sr. Edvan Gonçalves, lembrou que o termo Plano Safra remete a uma proposta federal. “Este Plano tem um viés voltado para Sul e Sudeste e não condiz em nada com a nossa região”. O banco deve estar envolvido no debate. Fala essa corroborada por todos.

O Sr. Luis Pereira Rodrigues (apicultor conhecido como Luis do mel) apresentou um depoimento sobre como a dificuldade em se adotar outras alternativas, pois não há apoio das secretarias e do banco. Contou que solicitou a máquina para o plantio de um determinado tipo de forrageira. O apicultor disse “teimei, plantei e tivemos retorno financeiro. Às vezes é preciso demonstrar alternativas. Eu ando pelas propriedades, denuncio o que vejo de errado”, continuou o apicultor. “Hoje somos 70 apicultores. Somos uma das instituições que mais recebe apoio da Vale, mas foi uma caminhada.”

Por fim, destaca-se que logo no início da reunião foi sugerido a elaboração de folder explicando o papel do Comitê de AMPEA para distribuição no setor rural. Segundo o técnico da EMATER - Pará esse ferramental poderia estimular a participação dos produtores na discussão sobre essa temática e o melhor entendimento do que seria o Comitê.

2.2.1.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

Inicialmente, faz-se necessário tecer algumas considerações sobre essa linha de ação, especialmente em função das repercussões da escolha de seu nome. Há que se considerar que a proposta de um Plano Safra remete a um grande dimensionamento de atividades, e este dimensionamento associa-se aos desdobramentos técnicos e financeiros, presentes no imaginário de produtores ou profissionais correlatos à área agrícola, oriundos de Plano homônimo praticado pelo Governo Federal.

O Plano Safra surgiu de forma complementar ao Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o qual foi instituído na década de 1995 pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Porém, a partir de 2000 passa a integrar o conjunto de ações dirigidas para agricultores familiares no horizonte de um ano agrícola (safra agrícola), compondo assim novo modelo de planejamento setorial. O Plano Safra, atualmente, é um programa governamental que possui em seu escopo um leque de ações de fomento técnico e financeiro para atividades agropecuárias, com ênfase no estímulo à agricultura familiar.

Para a safra 2015-2016, o Governo Federal reservou o quantitativo de R\$ 28,9 bilhões em recursos. Deste montante, o Estado do Amazonas, por exemplo, conta com a previsão de investimentos para o setor rural na ordem de grandeza de R\$ 362 milhões (Agência Amazonense de Desenvolvimento Econômico e Social - AADES, ACESSADO EM 2016).

Destaca-se ainda que uma das novas medidas do atual Plano Safra é a obrigatoriedade de aquisição de alimentos de agricultores familiares - mínimo de 30% para compra de gêneros alimentícios desta categoria pela administração pública federal: hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros.

Esse preâmbulo contribui para a melhor compreensão da expectativa que acompanha a simples nomenclatura Plano Safra. Nesse sentido, a proposta de um Plano Safra em âmbito municipal institui no imaginário dos produtores do município de Canaã dos Carajás a ideia de disponibilização de um montante significativo de recursos destinados especificamente para

pequenos agricultores. Todavia, tal cenário não se constitui realidade. O Plano Safra instituído como linha de ação do PEA não apresenta relação com o Plano do Governo Federal e apresenta uma tímida inserção como uma política municipal. O Plano Safra foi fruto de uma articulação social, onde um grupo de atores apontou a necessidade de fortalecer o desenvolvimento rural do município. Assim, iniciou-se dentro do Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do PEA um Grupo de Trabalho (GT) para a discussão desse instrumento, que após a consolidação desse documento por uma consultoria foi submetido à aprovação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR) previsto para o dia 13 de agosto, para posteriormente ser aprovado na Câmara Municipal. Destaca-se, entretanto, que os recursos aplicados pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Produção Rural, a SEMPRU, previstos no orçamento municipal (Plano Plurianual de Aplicação - PPA) estão comprometidos com atividades que vão além do escopo de atendimento aos eixos de atividades previstas no Plano e a categoria agricultura familiar.

Um ponto chave identificado nesse Levantamento foi a grande fragilidade do processo de construção do Plano Safra municipal. Esse documento, com o mesmo nome de um instrumento federal, não foi amplamente debatido junto a diferentes secretarias, instituições agropecuárias e produtores rurais; fazendo com que expectativas quanto à aplicação de recursos financeiros fossem ampliadas. Por outras palavras, a deficiência de debates gerou ruídos de comunicação e “falsas esperanças” de investimentos com verba governamental e da iniciativa privada (Vale), especialmente para pequenos produtores.

Outro aspecto visualizado, diz respeito a imagem da própria Vale, empresa de grande porte e atuação em todo país, o que faz com que lhe seja continuamente e erroneamente atribuída a expectativa de fornecimento de recursos e de cumprimento de papel do Estado. Essa cultura, considerada talvez uma distorção e/ou simplificação da proposta de “poluidor - pagador”, faz com que a população, especialmente entre os grupos sociais mais vulneráveis, atribua à empresa função de investir, visto que interfere ambientalmente na localidade. E, levando-se em conta o porte da referida empresa, esse investimento deveria, no imaginário dos entrevistados, ser proporcional aos lucros obtidos. Nesse discurso, infere-se ainda a dificuldade de entender os papéis de cada instituição e a tendência, comum em processos de licenciamento ambiental, especialmente nas cidades interioranas, de atribuir ao empreendimento funções que seriam dos entes públicos.

Ainda, em complementação ao parágrafo anterior, percebe-se no discurso dos entrevistados o não entendimento sobre como a prefeitura municipal vem aplicando os tributos referentes a compensação financeira pela exploração de recursos minerais. Esse desconhecimento gera ansiedade, descontentamento além de uma considerável atribuição de valores repassados da Vale à Prefeitura, que nem sempre correspondem aos que são feito de direito e de fato. A não compreensão sobre a dinâmica gera boatos e, em algumas vezes, descrédito.

Outro aspecto que necessita de maior observação é a ideia equivocada que os agricultores vêm consolidando e propagando entre seus pares segundo a qual o Plano Safra apoiado pelo PEA teria sido feito para atender uma condicionante do licenciamento ambiental da Vale. Assim, para o grupo haveria “uma certa manipulação” de expectativas. Por outras palavras, o Plano deveria atender a demandas do setor rural e promover o fortalecimento da agricultura familiar em Canaã. Para os produtores deveria haver aporte de dinheiro em áreas rurais do município e um planejamento que incluísse todas as categorias de produção. Todavia, em decorrência da ausência da SEMPRU nas vilas, os agricultores não se sentiram contemplados pelo Plano Safra. Em contrapartida há ainda o depoimento desta Secretaria que também aponta como deficitário o processo de construção e aplicação do Plano. A SEMPRU realiza ações que cotidianamente estão inseridas em seu escopo de atuação, com verba disponibilizada anualmente para o setor.

Por um lado, é percebido que algumas das atividades realizadas com a Vale caminham ao encontro de uma consolidação do setor rural, como, por exemplo, a construção de um viveiro de mudas e o apoio a feira de negócios. Todavia, não há maior clareza, por parte dos produtores, dos papéis desempenhados por cada instituição e nem das ações já apoiadas pela Vale. Tal fato faz com que agricultores questionem o Plano e acreditem que a empresa deveria compensar os produtores, haja vista que atribuem o crescente decréscimo de produção não ao modelo extensivo de pecuária e utilização de queimadas para manejo de pastagens como na região, mas sim a uma grande perda de áreas agricultáveis reservadas para a atividade de mineração.

Na realidade, avaliar o estágio em que se encontra o Plano Safra de Canaã dos Carajás é aferir o trabalho desenvolvido pela SEMPRU, secretaria de pequeno porte, que conta com apenas com 06 profissionais para atender a um escopo que vai além dos interesses de uma agricultura familiar. Soma-se a isso a deficiência de investimentos aplicáveis e fatores ambientais que dificultam o processo produtivo, perda crescente de serviços ambientais, especialmente da disponibilidade de água.

Há ainda um componente cultural que precisa ser trabalhado, sendo que dois aspectos merecem destaque: a adoção de um modelo agrícola convencional, com práticas mais agressivas em relação ao solo e a água como também a ideia de tutelamento. Nesse último aspecto, percebe-se no discurso dos atores escutados que a responsabilidade é sempre de outro. Este discurso aponta para uma imaturidade política, mesmo a região contanto com atores sociais reconhecidamente engajados em movimentos políticos como a CONTAG e o MST.

Assim, com base na análise dos resultados advindos da atividade de levantamento de status, verifica-se a necessidade de incluir produtores, seja em quantidade seja em assiduidade, nas discussões sobre a agricultura no município. Para isso, sugere-se potencializar ainda mais as ações de mobilização comunitária, a partir do convite de lideranças estratégicas do setor, e, desta forma, atribuindo-lhes um papel de multiplicação das informações e do PEA. Essa atividade possibilitou o levantamento primário de espaços propícios ao intercâmbio de experiências, locais que precisam ser visitados novamente pela equipe técnica do PEA e, além disso, os respectivos proprietários precisam ser consultados sobre a possibilidade de receber outros agricultores para a troca de experiência.

A adoção de técnicas agrícolas de caráter mais conservacionistas também seria uma boa opção, pois uma das deficiências citadas pelos participantes diz respeito à escassez hídrica. Assim, pensar em tecnologias que garantam a manutenção da água é fundamental. Da mesma maneira, a adoção de medidas que conservem o solo e diminuam os impactos ao ambiental são estratégicas.

Com relação às ações de articulação entre as partes envolvidas na implementação das atividades previstas nesta Linha de Ação, recomenda-se que sejam continuadas para que se possa redesenhar o formato de instrumentalização previsto, inserindo dentro do escopo de formação mesas redondas com instituições estratégicas para a agricultura familiar, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e os bancos responsáveis por créditos agrícolas deve integrar o planejamento do PEA para as próximas fases.

O levantamento também apontou a necessidade de maior aproximação entre a SEMPRU e os produtores, possibilitando que os profissionais da Secretaria atuem como mediadores de conflitos e, principalmente, como extensionistas. Para o grupo consultado, a SEMPRU não atende a contento os pequenos produtores, o que os faz procurar auxílio em municípios vizinhos.

Por fim, sugere-se uma ampla reunião para o redirecionamento do Plano, com a sugestão de ações tais como uma nova nomenclatura e atribuições de papéis e responsabilidades mais claras. Dessa forma, a mediação junto a pequenos agricultores será efetuada mais facilmente e a participação dos mesmos na tomada de decisão sobre aspectos associados à agricultura no município será garantida.

2.2.1.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.1.6 do Plano de Ação do PEA - Anexo 1.

Quadro 2-4 - Cronograma da Linha de Ação 1

Linha de Ação/Atividade	jan/16	Feb-16	mar/16	Apr-16	May-16	jun/16	jul/16	Aug-16
Apoio ao Plano Safra								
2. Articulação institucional e Estabelecimento de Parcerias								
2.1.1. Visita as URs Indicadas pela SEMPRU								
2.2. Reunião com ATER (Amazon, Epagro, Emater) para apontamento das URs								
2.2.1. Visita as URs indicadas								
2.3. Articulação com bancos para BB, Banza e MDA								
2.4. Articulação com INCRA, SEMDEC, SEBRAE								
3. Intercâmbio de experiências e visitas dos membros do Comitê às Unidades de Referência								
3.1. Realizar visitas de planejamento e pré-produção								
Realização das visitas de intercâmbio								
Elaboração cartilha de boas práticas								
Distribuição cartilha de boas práticas								
4 - Ações Formativas								
4.1. Planejamento pedagógico e aquisição de materiais didáticos								
4.2. Minicurso ou Seminário: fundos e financiamento								
4.3. Minicurso ou Seminário: exigências para o PAA								
4.3. Minicurso ou Seminário: elaboração e gestão de projetos								

O Levantamento de Status apontou a necessidade de se rever o processo formativo visando crescer alguns temas ou inserir instituições de interesse dos agricultores. Para isso, prevê-se a realização de minicursos ou seminários como os supramencionados no Quadro 2-4.

2.2.2 - Linha de Ação 2 - Campanhas de Educação Ambiental

Pensar em Educação Ambiental é pensar em múltiplas abordagens para diferentes públicos, regiões brasileiras e finalidades de aprendizado. Nesse sentido, a Educação Ambiental não se apresenta como um modelo singular alternativo de educação, que simplesmente complementa uma educação dita convencional, ainda mais que a mesma não aborda unicamente a vertente ambiental.

(...) novas denominações para conceituar a Educação Ambiental foram efetuadas a partir do final dos anos 80 e início da década de 90, como a alfabetização ecológica (ORR, 1992), a educação para o desenvolvimento sustentável (NEAL, 1995), a educação para a sustentabilidade (O'RIORDAN, 1989; IUCN, 1993), a ecopedagogia (GADOTTI, 1997), ou ainda, a educação no processo de gestão ambiental (QUINTAS e GUALDA, 1995). Esses conceitos caracterizam o início de uma nova fase, a da necessidade de diferenciação interna, com demarcação de estratégias mais eficazes para atingir resultados, os quais nem sempre são palpáveis, como é o caso do processo educativo. Essa tarefa, no Brasil, foi pioneiramente empreendida por Sorrentino (1995), que identificou a existência de quatro vertentes: conservacionista; educação ao ar livre; gestão ambiental; e, economia ecológica. (Secad/MEC: 2007)

O Programa de Educação Ambiental (PEA) dos empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás adota, essencialmente, um modelo de educação sobre e para o meio ambiente. Nesse contexto, as atividades educativas convidam os educandos a se apropriarem de temas socioambientais como também a se envolverem na dinâmica territorial onde os mesmos se inserem. Entendendo território como um espaço socialmente organizado, onde pessoas e lugares interagem continuamente, modificando o meio e pelo meio sendo modificado.

Face ao exposto, as Campanhas de Educação Ambiental são importantes estratégias de sensibilização sobre a forma como lidamos com os ambientes de uso comum ou mesmo sobre as práticas cotidianas que afetam o coletivo. Desta forma, esses eventos contribuem para promover novas condutas coletivas e individuais relacionadas à proteção e minimização de impactos negativos sobre o meio ambiente.

As campanhas atuarão de forma complementar às estratégias educativas de cunho processual previstas no PEA, permitindo não somente a reflexão e a consolidação de temas contemporâneos importantes como também o engajamento dos atores na gestão ambiental.

Essa linha de ação apresenta, portanto, três campanhas educativas: Oficinas de Plantio de mudas em APPs; Oficina de Educação Patrimonial, a ser realizada na Escola Municipal de Ouro; e Oficinas de Sensibilização sobre a importância da gestão eficiente de resíduos sólidos.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de cinco (05) atividades, apresentadas no **Quadro 2-5**.

Quadro 2-5 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 2

Atividades	
1	Levantamento do <i>status</i> da Linha, Articulação e estabelecimento de parcerias
2	Planejamento Pedagógico e Logístico
3	Temática Biodiversidade
4	Temática Sustentabilidade - Resíduos Sólidos
5	Temática Educação Patrimonial

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Verificação de status. Apontando reflexões sobre o planejamento logístico e operacional da atividade 3.

2.2.2.1 - Articulação

Para a verificação de status priorizou-se o contato com os atores estratégicos referentes à linha de ação pleiteada. Nesse sentido, a equipe Ecology realizou duas reuniões com membros da futura Cooperativa de Ecoturismo Alto do Bonito, conforme **Quadro 2-6**.

Quadro 2-6 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 3 - Campanhas de Educação Ambiental

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
27/11	COOLETAR	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	X	Área de cobertura da cooperativa; Relação com a Secretaria de Obras; Status do Plano de Viabilidade realizado pela consultora da Unesco; Situação Legal da COOLETAR; Equipamentos e maquinário; Dias de coleta; Interesse em participar de processos formativos - melhores dias e horários e Status do estudo de viabilidade. Parceria na criação do curso sobre a questão de resíduos

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
02/12	EMEIF Carlos Henrique	Encontro de mobilização para participação no Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Diretora e coordenadora da EMEIF Carlos Henrique	-	Apresentação do PEA, informações sobre projetos de EA; solicitação para mobilização dos representantes de classe para grupo focal
03/12	EMEIF Carlos Henrique	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes de Classe	X	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a realização de oficinas de plantio e de educação patrimonial na escola, seminário de protagonismo juvenil
03/12	SEMMA	Encontro de planejamento da Oficina de Plantio de Mudanças em APPs	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA; Representantes da SEMPRU	-	Planejamento e atribuições para a realização da Oficina de Plantio de Mudanças em APP
04/12	Agência Canaã	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	X	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; Ucs, resíduos sólidos e manejo de bacias hidrográficas

As atas das reuniões e grupos focais constam no **Anexo 6**.

O **Quadro 2-7** apresenta a lista de contatos dos atores sociais envolvidos na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-7 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 2

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Reginaldo Pires Ferreira	SEMMA	(94) 3358-1322 (94) 991652825
Daniel Soares Sousa		99159-3782
Leonardo Ricardo (chefe parque)		99182-4023
Roberto Ramos	SEMPRU	(94) 99187-3037
Diogenes Canario Moreira		(94)99243-5269
Graça Reis	AGENCIA CANAÃ	(94) 99151-6655/ 991830314
Valeria P. da Silva	COOLETAR	(94) 99134-9646
Jacqueline Moura	SEMED	(94) 3358-1322 (94) 99193-1170
Pollyana Albuquerque Santos		(94) 99197-4334
Claudiomiro		(94) 99167-4850
Nivea Costa	VALE-S11D	(94) 98803-6831
Eidiane Costa	LYON-S11D	(94) 99133-5691
Viviane Carolo	VALE -AS	(94) 99264-5206
Josenir da Silva Castro	OAB	(94) 99157-3316
Elizabeth Pereira Saturnino - Diretora	EMEIF CARLOS HENRIQUE	(94) 99198-5585



Figura 2-11 - Reunião com a presidente da COOLETAR



Figura 2-12 - Encontro para mobilização do grupo focal com a diretoria da EMEIF Carlos Henrique - Vila Ouro Verde



Figura 2-13 - Grupo focal realizado junto a representantes dos alunos da EMEIF Carlos Henrique - Vila Ouro Verde



Figura 2-14 - Reunião para o planejamento da Oficina de Plantio de Mudas em APP



Figura 2-15 - Grupo focal realizado junto a representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC



Figura 2-16 - Reunião com a coordenadora de Educação Ambiental da SEMED, Sra. Pollyana Albuquerque Santos

2.2.2.2 - Levantamento de *Status*

Considerando-se que a presente Linha de Ação apresenta três campanhas educativas com Oficinas, sobre Plantio em APPs, Educação Patrimonial e de Sensibilização sobre a importância da gestão eficiente de resíduos sólidos, o presente tópico apresentará os resultados das reuniões realizadas junto a atores estratégicas e da leitura de documentos necessários ao andamento das mesmas.

a) Reuniões efetuados para planejamento da Oficina de Plantio de Mudanças em APPs

Foram realizados encontros de alinhamento com representantes da SEMPRU, Vale e SEMMA visando o planejamento participativo das Oficinas, cuja temática principal é biodiversidade, e intenciona o envolvimento de proprietários da área rural na conservação e a utilização sustentável de recursos ambientais. Nesses encontros foram definidas atribuições para cada um dos envolvidos, conforme o seguinte **Quadro 2-8**.

Quadro 2-8 - Atividades planejadas para realização da Oficina de Plantio de Mudanças em APPs

Atividade	Prazo	Responsabilidade
Indicação Proprietários	Até 18 de dezembro	SEMPRU
Contato com Proprietários	Até 18 de dezembro	SEMPRU
Visita à Propriedade	Até 18 de dezembro	SEMPRU e SEMMA
Preparo do Terreno	A definir	SEMMA
Elaboração Documento	A definir	SEMMA
Transporte das Mudanças	A definir	SEMPRU
Transporte dos Participantes	De 04 a 08 de janeiro	SEMMA
Mobilização dos Participantes	De 06 a 12 de janeiro	ECOLOGY
Mobilização para aquisição de ferramentas	De 06 a 12 de janeiro	ECOLOGY
Reunião de Nivelamento	07 de janeiro	TODOS (ECOLOGY, VALE, SEMMA, EMATER e SEMPRU)
Elaboração Álbum Seriado	Até 18 de dezembro	ECOLOGY
Impressão Álbum Seriado	12 de janeiro	ECOLOGY
Alimentação e Água para os Participantes	De 04 a 08 de janeiro	SEMPRU

Nas mesmas ocasiões foi realizado o desenho preliminar do dia de campo para a Oficina de Plantio em Áreas de Preservação Permanente (APPs), ação integrante da Linha de Ação 2 e 4 do PEA, a saber:

- ▶ 07h30min - Café da Manhã Coletivo
- ▶ 08h - Conversando sobre a atividade de mutirão

- ▶ 08h15min- Realizando o plantio
- ▶ 12h - Almoço

Como temáticas a serem abordadas, foram sugeridas:

- ▶ Roteiro do Dia Campo
- ▶ Conhecendo o Solo e Correção do Solo
- ▶ Seleção de Mudanças
- ▶ Espaçamento e Distribuição entre mudas
- ▶ Preparo da cova (adubação, vermiculita, gel)
- ▶ Adubação de Manutenção
- ▶ Proteção da Muda
- ▶ Aceiro

b) Análise do relatório da Oficina de Educação Patrimonial realizada na EMEIF Carlos Henrique

No Relatório Educação Patrimonial - Conhecendo A Vila Ouro Verde, Canaã dos Carajás / PA (2015), pela Vale, descreve ações de educação patrimonial empreendidas e apresenta as seguintes seções: Introdução; Justificativa; Objetivo; História da Vila Ouro Verde; Projeto Sossego; A Casa da Cultura; Conceito de Patrimônio; O que é educação patrimonial?; O Princípio Básico da Educação Patrimonial; Metodologia e Conclusões.

A oficina por meio da qual as ações de Educação patrimonial foram empreendidas objetivou promover a reflexão e discussão com alunos da EMEIF CARLOS HENRIQUE sobre a importância da preservação dos equipamentos sociais existentes na Vila Ouro Verde além do resgate de histórias, fatos e vivências dos chamados pioneiros.

O documento traça em linhas gerais o processo de ocupação histórica de Vila Ouro Verde. A apreensão do processo de ocupação tanto de moradores como da própria Vale juntos aos alunos foi transversalizada pela ideia de patrimônio. A Oficina reforçou a proposta de instigar as pessoas a buscar e identificar o seu patrimônio. Para isso, o grupo foi levado ao

reconhecimento da comunidade, com um olhar para o patrimônio. A seguir, destaca-se um trecho do referido documento:

“No primeiro momento, saímos com os alunos para um passeio de reconhecimento, embora quase todos fossem moradores na comunidade, sentimos a necessidade de chamar a atenção para o local, e conhecer as histórias contadas pelos pioneiros, até então era novidade para muitos o passado recente do surgimento da Vila Ouro Verde, observando suas reações. Sendo assim, em visitas aos pioneiros, propomos a partir das histórias contadas pelos próprios e de fragmentos ainda existentes das primeiras escolas construídas nas VS’s, ouvi-los, quando puderam compartilhar com os alunos as experiências vividas no passado e histórias de como se construíram as primeiras escolas e a Vila Ouro Verde, das aberturas de “picadas” e estradas, dos desmatamentos, das histórias dos animais como onças, cobras, pescarias e casos de doenças comuns como a malária, muito frequentes à época, para ilustrar as dificuldades vividas no dia a dia, como as longas caminhadas a pé para fazer compras, adquirir produtos de primeira necessidade, levar enfermos aos hospitais, quando ter um animal como cavalo ou mula, era considerado um luxo. Os trajetos, sempre feitos a pé ou no lombo de burro, carros de boi, chegavam a mais de 50 km, através de “picadas” no meio da mata e/ou sob sol forte e intenso ou chuvas torrenciais, que na maioria vezes alagavam grandes trechos dos caminhos a percorrer.”

Outro ponto da Oficina foi a visita as antigas instalações da EMEIF CARLOS HENRIQUE e a escuta de relatos de antigos estudantes do local, enfatizando a importância do espaço na vida deles e que ainda se faz presente nas suas memórias e o fará para sempre na sua formação e por toda a sua vida.

Assim, segundo o relatório apresentando aliou-se teoria e prática, fornecendo elementos que aguçassem a reflexão crítica sobre bens coletivos e contribuindo para fomentar a ideia de corresponsabilidade na conservação e preservação do patrimônio. Um trecho do documento ilustra este aspecto:

“Levamos para a sala de aula as histórias e o aprender compartilhando entre todos, os vídeos e fotografias das visitas aos colonos pioneiros, rememorando as histórias vividas e trocando informações que cada um se lembrava, fazendo um resgate da memória da Vila Ouro Verde. Exibimos fotografias da época, apontando os locais de

onde foram tiradas e analisando as mudanças ocorridas ao longo do tempo, incentivando o educando a observar que a deterioração dos patrimônios se deu muito por falta de cuidado e ação depredatória daqueles que usufruíram dos espaços no passado.”

Por fim, o relatório enfatiza que a Educação Patrimonial contribui na formação de professores e estudantes, tornando esses sujeitos ativos e conscientes, tornando-os atentos com seu entorno, “no mundo e com o mundo” e exercendo de fato sua cidadania.

c) Encontro com membros do COMVIDA na EMEIF Carlos Henrique

No dia 03/12, foi realizado um encontro com treze alunos integrantes da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COMVIDA³) e do grupo de teatro da escola.

O encontro possibilitou verificar o interesse dos alunos em participar das campanhas educativas previstas pelo PEA. A resposta foi afirmativa, como era de se esperar em função do elevado grau de participação desse grupo na dinâmica escolar.

Em seguida, iniciou-se uma rodada de conversa sobre educação patrimonial, norteadas pelas seguintes questões:

Questão	Respostas
Qual a importância de bens públicos?	“A importância está no uso. A importância da escola é para a nossa educação”
O que é um bem público?	“É aquilo que pode ser usado por todos”.
Quem é o dono de um bem público?	Todos
Como manter nosso patrimônio conservado?	“Manter limpo, não riscar parede e cadeira, não quebrar os móveis, respeitar o ambiente do outro, ajudar a cuidar da horta e do jardim, não por chiclete nas cadeiras, chamar a atenção das pessoas que estiverem depredando, não rasgar cartazes, não mexer no extintor e não jogar papel higiênico nos vasos sanitários”

Por fim, uma resposta que pode ser traduzida como o perfeito entendimento da responsabilidade de todos apresentou-se na fala de uma das estudantes do 9º ano: “Devemos respeitar o ambiente do outro”.

Os alunos mostraram-se entusiasmados com a Oficina de Educação Patrimonial, promovida pela Vale em novembro de 2015. Relataram, a mesma teria sido “legal” e interessante.

3 A Com-vida - Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de vida nas Escolas é uma das ações estruturantes do Programa Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas, em implantação desde 2004. A ideia surgiu como resposta às deliberações da I Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente, quando os estudantes propuseram a criação de conselhos jovens de meio ambiente e a elaboração da Agenda 21 nas escolas do país. (IBAMA, 2007)

Informaram que, antes desse evento não pensavam na importância do patrimônio. A Oficina também oportunizou conhecer os pioneiros da Vila, a história da escola desde seu início, os primeiros professores, os materiais didáticos já utilizados.

d) Encontro com a SEMED

O encontro com Pollyana Albuquerque Santos, coordenadora de Educação Ambiental da SEMED, intencionou identificar atividades educativas realizadas nas escolas da cidade. Pollyana Albuquerque Santos relatou as inúmeras ações realizadas pela Secretaria e a adequação das mesmas ao calendário anual escolar, onde são trabalhados os seguintes temas: consumo consciente de água e energia elétrica, destinação correta de lixo, reaproveitamento e reciclagem, e conservação do patrimônio público. Pollyana Albuquerque informou que as escolas municipais apresentam COMVIDA.

A coordenadora informou que em 2016, será lançada a campanha “Adote uma ideia sustentável”, onde será estimulado o desenvolvimento de iniciativas ambientais sustentáveis. Comentou também sobre a decoração de Natal realizada pelas escolas, toda feita com materiais recicláveis.

Outra ação feita com alunos, foi uma Oficina de Plantio implementada pelo PEA da Vale em 2014.

Por fim, as iniciativas de educação ambiental apontadas como exitosas pela SEMED foram: ações de proteção à arara azul, de reciclagem e de aproveitamento de alimentos.

e) Encontro com a COOLETAR

Durante o encontro efetuado com a Valéria Pereira da Silva, diretora da COOLETAR foi apresentado a proposta desta Linha de Ação, especificamente no que se refere à campanha destinada à abordagem da questão dos resíduos sólidos. Ao ser consultada sobre o interesse na participação de membros dessa cooperativa na implementação das ações educativas, a mesma respondeu afirmativamente, desde aos sábados a partir das 14h, visto que é o horário em que se encerram as atividades na cooperativa. A mesma demonstrou disponibilidade em participar do planejamento pedagógico da atividade.

2.2.2.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

Os encontros efetuados junto aos variados atores e públicos a quem se destina a Linha de Ação 2 - Campanhas de Educação Ambiental evidenciou a necessidade de se potencializar o processo de

mobilização e de estímulo aos públicos envolvidos. Neste processo, foi possível identificar que o processo de planejamento, feito de forma mais sistemática, com fases bem marcadas e demandas estabelecidas em cronograma, não é considerado tão importante. Provavelmente isso se dá em função das inúmeras atribuições e um reduzido corpo técnico municipal. Na verdade, há uma intensa agenda de compromissos cumpridos pelos entes públicos, porém um planejamento sistemático nem sempre é adotado. As ações acontecem no período em que estão previstas, porém a adoção de organização logística das mesmas poderia otimizar ainda mais os resultados. Este exemplo se aplica a Oficina Plantio em APPs (vide item 2.4.2.3 - Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos do presente Anexo 1), prevista inicialmente para dezembro de 2015, transferida para janeiro de 2016 e com uma segunda edição para março de 2016. Esse evento deverá envolver proprietários rurais e funcionários da Vale em uma ação educativa por meio de um mutirão. Todavia a eficácia do mesmo depende de ação casada entre as diferentes instituições envolvidas. À Vale caberia o fornecimento de parte das mudas; à SEMPRU a coordenação do plantio e fornecimento de alimentação para os participantes; à SEMMA caberia o transporte e a orientação técnica; e a Ecology seria responsável em elaborar um esboço inicial de Álbum Seriado que subsidiaria a ação educativa. Percebeu-se o interesse em realizar a ação e estima-se as secretarias cumprirão seus respectivos papéis, mas a sistematização da ação como uma atividade educativa, o que poderá ser contornado por meio da articulação, mediação e ação continuada do educador ambiental de campo, que poderá contribuir para a maior sistematização das atividades educativas. O próprio álbum seriado (Anexo 7) ainda se encontra na versão preliminar proposta em novembro, aguardando as contribuições dos envolvidos. Há de se ressaltar que estão previstas pelo menos cinco oficinas, o que possibilitará diferentes ajustes ao longo do processo educativo.

Quanto a Campanha de Educação Patrimonial reitera-se a realização desta atividade junto aos estudantes da Escola Carlos Henrique apresentou excelente resultado, motivando o alunado a refletir sobre patrimônio e sobre a trajetória de vida de seus pais e parentes em Vila Ouro Verde. Com isso, esse grupo tornou-se mais observador e sensível à dinâmica do território, especialmente na esfera do cuidado ao bem difuso e coletivo. Assim, acredita-se que a Linha de Ação 2 potencializará ainda mais os conteúdos tratados na oficina anteriormente realizada, mas especialmente contribuirá na formação de uma cultura do cuidado e da responsabilidade. Para tal, essa ação de reforço deverá ser planejada junto à escola.

As campanhas envolvendo resíduos sólidos precisarão de maior detalhamento visando conciliar essa linha de ação com a Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos, a qual será detalhada no item 2.2.5 deste relatório.

2.2.2.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.1.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1).

Linha de Ação/Atividade	jan/16	Feb-16	mar/16	Apr-16	May-16	jun/16	jul/16	Aug-16
Campanhas de Educação Ambiental								
2 - Planejamento Pedagógico e Logístico								
Alinhar com Secretaria de Educ								
Alinhar com Cooperativa de catadores								
3 - Temática Biodiversidade								
Logística								
Realização da campanha Mutirão de APP: em comunidades A, B e C								
Realização da campanha Mutirão de APP: em comunidades X e Y								
4 - Temática Sustentabilidade - Resíduos Sólidos								
Definição junto a cooperativa de catadores de resíduos								
Material didático								
Plano de Aula e logística								
Mobilização de participantes								
Campanha: oficina em todas as comunidades								
5 - Temática Educação Patrimonial								
Material didático								
Plano de Aula e logística								
Mobilização de participantes								
Campanha em Vila OV Patrimonial								

2.2.3 - Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo

A Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo tem como principal objetivo, fortalecer o grupo social, em especial os membros da Associação Alto do Bonito, interessados em desenvolver as atividades turísticas, a partir da formalização da desta cooperativa, conforme apontado no item 2.3 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1).

Esse processo deverá envolver outras instituições locais e regionais, a saber: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio (Sec. Turismo); Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA; Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA; Conselho da FLONA; ICMBio; Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás e a COOPERTURE, de Parauebas.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de quatro (04) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-9**.

Quadro 2-9 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 3

Atividades	
1	Mobilização do público e levantamento do status legal da Associação de Alto do Bonito
2	Apoio Administrativo/Jurídico para a formalização da cooperativa
3	Capacitação em Cooperativismo e Gestão
4	Apoio técnico para gestão da cooperativa e formalização de parcerias

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Mobilização do público e levantamento do status legal da Associação de Alto do Bonito bem como a traz a reflexão para o planejamento da execução das demais atividades.

Destaca-se que a Atividade 2 - Apoio Administrativo/Jurídico para a formalização da cooperativa será efetuada posteriormente em decorrência da não formalização da cooperativa visto que os seus futuros integrantes necessitarão de encontros periódicos para amadurecer a proposta de constituição desse colegiado. O mesmo raciocínio se aplica a Atividade 4 - Apoio técnico para gestão da cooperativa e articulação de parcerias que necessitará da cooperativa formada e em funcionamento.

2.2.3.1 - Articulação

Para a verificação de status priorizou-se o contato com os atores estratégicos referentes à linha de ação pleiteada. Nesse sentido, a equipe Ecology realizou duas reuniões com membros da futura Cooperativa de Ecoturismo Alto do Bonito, conforme Quadro 2-10.

Quadro 2-10 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 3 -Criação da Cooperativa de Ecoturismo

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
02 de outubro	Agência Canaã	Encontro de levantamento de status	Equipe Ecology; Representante da Cooperativa de Ecoturismo	x	Estágio em que se encontra a futura Cooperativa; potencial turístico identificado na região; Solicitação de processos formativos e cessão de estaco físico para a cooperativa.
01 de dezembro	Agência Canaã	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Representante da Cooperativa de Ecoturismo	x	Estágio em que se encontra a futura Cooperativa; Articulação junto à FLONA Carajás e Parque Natural Municipal Veredas, Processos Formativos.

As atas referente à reunião das atividades citadas no quadro acima se encontram disponíveis no **Anexo 8**.

O **Quadro 2-11** apresenta a lista de contatos dos atores sociais envolvidos na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-11 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Jesiel	Cooperativa de Ecoturismo Vale do Bonito	99153-2923
William José Ribeiro	Cooperativa de Ecoturismo Vale do Bonito	99182-5837



Figura 2-17 - Reunião com o representante da futura cooperativa e turismo, Sr. William José Ribeiro



Figura 2-18 - Reunião com representantes da Coopetur

2.2.3.2 - Levantamento de Status

No dia 02 de outubro de 2015, a equipe técnica da Ecology se reuniu com representantes da Coopetur - Cooperativa de Turismo e Associação Vale do Bonito, os irmãos Gesiel e Willian Ribeiro, com o objetivo de apresentar o Plano de Ação sobre apoio à Criação da Cooperativa de Ecoturismo, bem como de coletar informações acerca do status atual de atividade.

Nesse encontro foi enfatizado o potencial turístico encontrado na região, o que pode estimular o desenvolvimento de inúmeras atividades tais como: observação de aves, visitas à Cachoeira Racha Placa, ao Cânion Águas Belas, à Região de Canga na Serra Sul, e às cinco lagoas e várias cavernas (uma delas conhecida como a maior caverna de planície do país e outra que conteria vestígios arqueológicos que ainda teria sido estudada). Ressaltou-se que há potencial de se atender 40 turistas/dia durante a semana e 80 turistas/dia durante os finais de semanas na Flona de Carajás, segundo estimativa do ICMBio. Foi informado também que estariam fechando um acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo para que a cooperativa ofereça o serviço de infraestrutura das áreas de visitação e a secretaria contribua com recurso financeiro.

Os representantes informaram que a cooperativa ainda não havia sido formalizada e encontrava-se em processo de constituição além do estabelecimento de parcerias estratégicas como, por exemplo, com a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. Segundo Willian Ribeiro os trâmites junto à OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras e a JUCEPA - Junta Comercial do Estado do Pará ainda estavam em andamento. A Assembleia Geral Ordinária (AGO) e a ata de

constituição ainda não haviam sido realizadas. Foi mencionado a necessidade de pagamento da documentação para o andamento do processo, que estaria no valor estimado entre R\$ 800,00 a R\$ 1000,00.

Por fim, os representantes da associação solicitaram cursos de formação de guia e apoio para formar parceria com a prefeitura ou Vale para cessão de um terreno para construírem a sede da cooperativa, com espaço para estacionamento de ônibus e instalação de escritório - visto que uma demanda da associação seria a locação de ônibus e que os cooperados vão compartilhar seus veículos para o transporte dos turistas.

No dia 01 de dezembro de 2015, na sede da Agência de Desenvolvimento Canaã, foi realizada nova reunião para verificação do estágio em que se encontra o processo de formação da Cooperativa de Ecoturismo, com a participação de Willian Ribeiro - provável diretor presidente desse colegiado.

Nesse encontro, foi relato que pouco se avançou no processo de constituição desta entidade. Apesar de a cooperativa possuir 21 associados, a sua documentação ainda está por se definir: não apresenta Estatuto Social, Regimento Interno e ou outro documento formal. O representante da cooperativa informou que estão contanto com o apoio da Cooperativa de Ecoturismo de Carajás (Cooperture), de Paraupabas. Há uma parceria estabelecida, onde a Cooperture vem fornecendo modelos de documentos (estatuto, regimento, etc) e possibilitando a troca de experiências para dar prosseguimento a formalização da cooperativa.

Foi ressaltado que o foco da nova entidade será o turismo de aventura e para isso eles vêm se articulando com a Floresta Nacional (FLONA) Carajás. Para isso, informou ainda que está em contato com o atual gestor da FLONA, Frederico Drumond Martins, para a concessão de uma autorização junto ao ICMBio para atuação da cooperativa nesta unidade de conservação da natureza. Por fim, foi mencionado ainda que o gestor da FLONA, Frederico Drumond, solicitou um Plano de Visitação e um Estudo de Capacidade de Carga que ajudará a definir o nível máximo de uso que uma área pode suportar, considerando-se os fatores do ambiente.

Por fim, o último ponto discutido no encontro foi o processo de instrumentalização dos membros da cooperativa de ecoturismo. Foi questionada a real necessidade de um curso de condutores, apontado pelo representante em reunião realizada em 02 de outubro de 2015, sendo identificada a necessidade de se ampliar o foco de atuação desse curso, abordando: direção defensiva, primeiros socorros, atividades educativas dentre outros assuntos.

2.2.3.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

As informações sobre o andamento da formação deste colegiado foram obtidas em conversa com dois representantes da futura direção desta entidade, em especial William Ribeiro.

Inicialmente, torna-se necessário enfatizar o lento desenvolvimento dessa Linha de Ação. Para tal, basta observarmos que no intervalo de dois meses (outubro a dezembro) pouco se evoluiu na tentativa de se constituir uma cooperativa, provavelmente devido a dificuldade do grupo interessado em dar prosseguimento aos contatos com a OCB e a JUCEPA, justamente pela ausência de documentos primordiais à formalização deste colegiado, a saber: Ata de Assembleia Geral de Constituição; Estatuto Social; Regimento Interno; cópia da Carteira de Identidade (RG) e do Cadastro de Pessoa Física (CPF) do diretor presidente; comprovante de residência do diretor presidente e a relação nominativa dos cooperados. Posteriormente, será necessária a contratação de um advogado responsável em validar a última página das vias da Ata e do Estatuto registrados em cartório. Outro ponto ainda em pendência é a retirada do CNPJ junto ao endereço eletrônico da Fazenda.

Outro aspecto observado no Levantamento de Status diz respeito ao despreparo da cooperativa especialmente com os trâmites necessários à sua formação e provável gestão. Ressalta-se que uma gestão eficiente é uma das ferramentas para o sucesso de uma cooperativa. Não basta apenas ter domínio técnico, é preciso conhecimento administrativo e financeiro.

Essa Linha de Ação vem ao encontro da vontade manifestada por um grupo social, legalmente constituída como Associação de Alto do Bonito, de promover atividades turísticas em Canaã dos Carajás e municípios vizinhos. De início, existe no discurso dos representantes desta associação, um claro interesse em realizar ações de ecoturismo, especialmente, em Unidades de Conservação da Natureza (UCs), visto que há na região uma Floresta Nacional (FLONA) e um Parque Natural Municipal.

Não obstante à vontade explicitada pelo grupo, torna-se necessário trazer à reflexão alguns elementos sobre a constituição e manutenção de cooperativas. Tais aspectos permitirão compreender as dificuldades encontradas em se consolidar, de acordo com os princípios⁴ cooperativistas, tal colegiado. Por outras palavras, vivenciar tais fundamentos requer

⁴ São sete princípios: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade.

especialmente maturidade política do grupo envolvido. Aos cooperativados cabe a função de estabelecer, de forma democrática, a gestão de sua empresa, sem, no entanto, deixar de lado a solidariedade e os aspectos de intercooperação com outras cooperativas ou comunidades.

Em uma cooperativa todos são donos e deveriam zelar por sua empresa, porém, na prática, não é incomum partes dos cooperados comportarem-se como empregados atribuindo a outros responsabilidades que também seriam suas. É fundamental que todos tenham consciência que são donos de seu próprio negócio e não meramente participantes em um processo de gestão. Trata-se de um formato de empreendimento diferenciado, com características singulares, conforme aponta Letícia Pulcides de Sousa (2009):

O funcionamento de uma sociedade cooperativa difere em vários aspectos das sociedades de capital. Nessas últimas, o quórum, as votações e a participação nos lucros se dão pelo número de ações. O número de sócios é limitado e as ações podem ser comercializadas ou transferidas livremente a qualquer pessoa. Nas cooperativas, cada pessoa tem direito a um voto, independentemente da quantidade de quotas-partes. O quórum é medido por quantidade de pessoas e a divisão dos resultados se dá pela quantidade de trabalho. O número de sócios é ilimitado e as quotas-partes são intransferíveis a terceiros.

Um aspecto relevante no funcionamento de qualquer empreendimento diz respeito à melhor compreensão de como o mesmo funciona. Isso envolve não apenas o domínio da atividade que se pretenda realizar (produção agropecuária; consumo; crédito mútuo ou rural; habitação; turismo; etc.), mas principalmente o entendimento de aspectos administrativos e de mercado.

Por fim, torna-se necessário ainda enfatizar que o retorno financeiro nem sempre acontece de imediato, o que faz com que parte do grupo tenda, caso não esteja amadurecido o suficiente, tenda a deixar à cooperativa, comprometendo a sua instituição e podendo inclusive causar a dissolução da sociedade.

Os pontos acima mencionados contribuem para a reflexão sobre a dificuldade em se implementar algumas iniciativas, especialmente quando as mesmas não se traduzem como expectativas do grupo como unidade e sim de alguns de seus participantes. Assim, uma cooperativa construída como anseio de um pequeno grupo, como por exemplo, os membros de uma diretoria, acaba por sobrecarregar esse pequeno grupo de interessados que realizará não somente os atributos da

direção do empreendimento como também as demais funções que caberiam outros membros do quadro de cooperativados.

Assim, entende-se que o processo de formalização da cooperativa deve caminhar par e passo com a instrumentalização de seus associados, especialmente se todos na cooperativa forem realizar múltiplas tarefas. Conhecer os procedimentos gerenciais possibilita a melhor distribuição de atividades em função das habilidades e competências de cada cooperativado. Ademais, alguns processos formativos são necessários à perfeita execução da atividade, como por exemplo, curso de primeiros socorros e segurança ou de formação de condutores.

A futura Cooperativa Alto do Bonito pretende que todos os serviços contratados sejam absorvidos pelos seus afiliados. Para que esta estratégia seja funcional é preciso identificar o perfil dos futuros associados. Verificar quais atributos serão necessários para as diferentes atuações desse colegiado e assim ter instrumentos para lidar com possíveis adversidades e oportunizar inclusive maior competitividade.

Em conversa com William foi mencionado que, no momento, apenas ele está à frente das tratativas necessárias para dar prosseguimento ao andamento legal da cooperativa, o que tem feito em conjunto com outras atribuições de cunho pessoal. Essa sobrecarga de atribuições e responsabilidades faz com que o processo de formalização da cooperativa caminhe de forma mais lenta do que o habitual. Essa aparente sobrecarga também faz com que articulações importantes sejam pouco acionadas, como por exemplo, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDEC). Este órgão público intenciona impulsionar o turismo em Canaã dos Carajás, com a proposta de elaborar roteiros específicos para diferentes públicos. A SEMDEC está se articulando com programas federais em busca de angariar fundos específicos para o turismo, e provavelmente estabelecerá políticas públicas para o setor.

Percebe-se, ainda, o interesse na formação desta cooperativa tanto pelo gestor da FLONA Carajás que reconhece na figura de Gesiel e Willian Ribeiro profissionais sérios e com expertise para o desenvolvimento de atividades de ecoturismo na região. Destaca-se que a Associação Alto do Bonito, cujos dois representantes fazem parte, possui uma cadeira no Conselho Consultivo desta Unidade de Conservação. Destaca-se ainda que a Cooperture, cooperativa equivalente de Parauapebas, tem demonstrando interesse em ajudar nesse processo inicial de constituição, fornecendo inclusive cópia de seu Estatuto Social. No entanto, esse movimento deverá ser efetuado em “via de mão dupla”. A Cooperativa de Ecoturismo de Carajás (Cooperture), cooperativa formada e atuante em Parauapebas, Canaã dos Carajás e Água Azul do Norte já

desenvolve atividades em Unidades de Conservação e poderia trocar experiências com a Cooperativa Alto do Bonito; porém é necessário maior agilidade tanto para as trocas de informações como para ocupar espaço nesse nicho de mercado.

O panorama supramencionado enfatiza que não basta apenas o interesse de membros isolados da cooperativa em fazer com que seu negócio funcione. É preciso articulação, engajamento e inserção em políticas e planos públicos locais, regionais e federais.

Por fim, um aspecto importante a ser destacado refere-se à motivação e interesse do grupo. Apesar de haver certo interesse nesse empreendimento por diferentes atores, não foi possível identificar em todo o grupo tal motivação. Aparentemente, existe a intenção, porém falta concretude. Não basta apenas reunir 21 cooperativados, é preciso identificar o perfil de cada participante e seus anseios com a atividade a ser instituída. Com isso, tem-se que o grupo precisa amadurecer mais a fim de evitar o encerrando suas atividades sem atingir os objetivos propostos.

2.2.3.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.1.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1).

Quadro 2-12 - Cronograma da Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo

Linha de Ação/Atividade	jan/16	Feb-16	mar/16	Apr-16	May-16	jun/16	jul/16	Aug-16
Criação da Cooperativa de Ecoturismo								
2 - Apoio Administrativo/Jurídico para a formalização da cooperativa								
Planejamento participativo c possível diretoria								
Contratação de representante adm/jurídico								
Realização de AGO								
Formalização da cooperativa								
3 - Capacitação em Cooperativismo e Gestão								
Plano de Aula								
Logística								
Material didático								
Mobilização de participantes								
Curso de 24h sobre Gestão, com plano de ação para próximos passos/cursos téc								
4 - Apoio técnico para gestão da cooperativa e articulação de parcerias								
Acompanhamento								

2.2.4 - Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos

A Educação Ambiental, seja ela realizada no ambiente escolar ou com comunidades, é uma valiosa ferramenta para reflexão e intervenção na realidade, estabelecendo condições à participação de diferentes segmentos sociais com intuito de intervir criticamente em seu território. Em uma esfera maior, esse ferramental pode estimular a participação social na formação e formulação de políticas públicas para o meio ambiente e em uma esfera menor, essa participação pode ser estimulada por meio de ações concretas realizadas no ambiente em que os grupos convivem. Para tanto, é necessário que esses atores sociais se sintam empoderados para intervir no seu espaço. E somente a prática educativa que objetiva a autonomia poderá servir de fundamento na intervenção dos desafios socioambientais, em que pessoas poderão ter acesso a decisões de planejamento e encaminhamento e, assim, co-responsabilizarem-se pelos rumos da sociedade a qual pertencem.

Nesse sentido, a presente Linha de Ação prevê a reflexão e posterior intervenção em áreas de rios e nascentes, promovendo a sua revitalização, estimulando a conservação e manutenção importantes desses espaços.

O item 2.4.2 Metodologia contido no Plano de Ação do PEA (**Anexo 1**) aponta que esta Linha de Ação *será trabalhada no sentido de estimular a organização do público-alvo do PEA para a recuperação de rios e nascentes por meio de parcerias a serem realizadas entre a comunidade e poder público.*

Envolver diferentes segmentos em campanhas educativas possibilita a sensibilização de todos e o interesse em participar do controle socioambiental de sua comunidade. Entende-se que a participação consciente e qualificada precisa ser estimulada continuamente por meio de diferentes estratégias e processos formativos. Assim, pretende-se realizar uma Oficina de Gestão de Recursos Hídricos de forma a instrumentalizar atores estratégicos para a gestão ambiental, fornecendo Instrumentos de gestão dos recursos hídricos, como por exemplo, diretrizes que contribuam na Formação dos comitês de bacias hidrográficas para a região.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de quatro (04) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-13**.

Quadro 2-13 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos

Atividades	
1	Mobilização do público e levantamento do status da Linha de Ação 4
2	Planejamento Participativo das Atividades e Estabelecimento de Parcerias
3	Oficinas sobre Plantio de Mudas em APPs
4	Oficina sobre Gestão de Recursos Hídricos

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Mobilização do público e levantamento do status da Linha de Ação 4 bem como a traz alguns apontamentos referentes à Atividade 2 - Planejamento Participativo das Atividades e Estabelecimento de Parcerias.

2.2.4.1 - Articulação

Para a verificação de status foram realizados contatos prévios com a Secretária Municipal de Meio Ambiente (SEMMA). Todavia, esse processo de articulação constatou a necessidade de avançar no detalhamento da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos para que novos atores fossem incorporados no processo.

Quadro 2-14 - Resumo das reuniões realizadas.

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
02 de outubro	SEMMA	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Técnico da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	x	Apresentação do Plano de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA); Plano Safra; Oficina de Plantio de Mudanças em APP
03 de dezembro	EMEIF Carlos Henrique	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes de Classe	x	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a realização de oficinas de plantio e de educação patrimonial na escola, seminário de protagonismo juvenil
03 de dezembro	SEMMA	Encontro de planejamento da Oficina de Plantio de Mudanças em APP	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA; Representantes da SEMPRU;	-	Planejamento e atribuições para a realização da Oficina de Plantio de Mudanças em APP
04 de dezembro	Agência Canaã	Grupo Focal sobre o Levantamento de Status	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	x	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; Ucs, resíduos sólidos e manejo de bacias hidrográficas
04 de dezembro	SEMED	Reunião de Levantamento de Status	Equipe Ecology; Coordenadora de Educação Ambiental da SEMED	x	Panorama da Educação em Canaã; Plano Municipal de Educação - 2015 a 2025 - resultados e desdobramentos; Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Experiências exitosas - indicação; Campanhas de educação ambiental no município; Protagonismo juvenil - as escolas e grêmios de estudantes; Visitação a escola Vila Ouro verde e GF com alunos; Política Municipal de Educação Ambiental; Interesse em participar do GT e da Oficina de Facilitadores para a PMEA e PROMEA.

A ata referente à reunião da atividade citadas no quadro acima se encontra disponível no **Anexo 9**.

O **Quadro 2-15** apresenta a lista de contatos dos atores sociais envolvidos na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-15 - Lista de contatos referente à Linha de Ação 4

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Reginaldo Pires Ferreira	SEMMA	(94) 3358-1322 / 991652825
Daniel Soares Sousa		99159-3782
Leonardo Ricardo (chefe parque)		99182-4023
Roberto Ramos	SEMPRU	(94) 99187-3037
Diogenes Canario Moreira		(94)99243-5269
Graça Reis	AGENCIA CANAÃ	(94) 99151-6655 / 991830314
Elizabeth Pereira Saturnino - Diretora	EMEIF CARLOS HENRIQUE	(94) 99198-5585



Figura 2-19 - Reunião com técnico da SMMA



Figura 2-20 - Reunião na Secretaria Municipal de MA sobre planejamento de atividade de plantio de mudas em APP



Figura 2-21 - Grupo focal realizado junto a representantes dos alunos da EMEIF Carlos Henrique - Vila Ouro Verde



Figura 2-22 - Reunião para o planejamento da Oficina de Plantio de Mudas em APP



Figura 2-23 - Grupo focal realizado junto a representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC



Figura 2-24 - Reunião com a coordenadora de Educação Ambiental da SEMED, Sra. Pollyana Albuquerque Santos

2.2.4.2 - Levantamento de *Status*

Essa é uma das Linhas de Ação que acontece de forma sobreposta à Linha de Ação 2 - Campanhas de Educação Ambiental, apresentando em seu escopo central duas grandes propostas educativas: Oficinas de Plantio em APPs e uma Oficina de Gestão em Recursos Hídricos.

As tratativas para a realização das intervenções em APPs já foram detalhadas no item 2.2.2 - deste relatório, correspondendo, portanto, o item citado, ao Levantamento de Status da presente Linha.

Com relação à Atividade 3 - Oficina de Gestão de Recursos Hídricos se faz necessário maior entendimento do envolvimento da SEMMA na discussão dessa temática em Canaã do Carajás. Assim, o planejamento previsto para a referida Oficina se mantém inalterado, conforme apontado no item 2.4.2.4 correspondente, do Plano de Ação do PEA (Anexo 1).

2.2.4.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

O Levantamento de Status indica que será necessário envolver os membros do Comitê AMPEA e de diferentes segmentos sociais e institucionais de Canaã dos Carajás em um processo de planejamento visando a realização da Oficina de Gestão de Recursos Hídricos. Da mesma forma, é recomendável envolver também membros de Comitês de Bacias da região em uma discussão maior.

2.2.4.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.1.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1).

Linha de Ação/Atividade	jan/16	Feb-16	mar/16	Apr-16	May-16	jun/16	jul/16
Recursos Hídricos							
3 - Oficinas sobre plantio de mudas em APPs nas comunidades							
Plano de Aula e logística							
Mobilização de aprticipantes							
Material didático							
Realização da Oficina							

2.2.5 - Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos

Conforme apontado no item 2.5 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), a Linha de Ação 5 objetiva desenvolver atividades que se desdobrem em benefícios para a comunidade da AID por meio da sensibilização sobre a questão dos resíduos sólidos, visando a redução de impactos causados ao meio ambiente e à saúde pública.

Após a realização do Diagnóstico Sócio Participativo (DSP), realizado em 2013, o PEA inseriu a questão sobre resíduos sólidos em uma das suas linhas de atuação, contribuindo para a cessão de coletores/contêineres para o recolhimento do lixo nas comunidades da AID, por meio da articulação de representantes das comunidades junto a prefeitura. Como desdobramentos dessa articulação, as comunidades foram contempladas com os coletores, além da frequência da coleta de resíduos realizada pela prefeitura ter aumentado para duas vezes por semana em todas as comunidades rurais.

Face ao exposto, na atual etapa de implementação do PEA, a presente linha de ação pretende sensibilizar as comunidades da AID para reduzir a geração e/ou dar correta destinação de resíduos sólidos, bem como prover apoio técnico à cooperativa Cooletar (no plano de ação - Anexo 1 item 2.5.2.3 mencionada como Recicla Canaã) a fim de ampliar a sua área de atuação e contribuindo assim para melhoria na coleta seletiva, reciclagem e reaproveitamento de materiais no município de Canaã dos Carajás.

A implementação dessa Linha de Ação conta com a realização de quatro (04) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-16**.

Quadro 2-16 - Atividades previstas no âmbito da Linha de Ação 5

Atividades	
1	Verificação de <i>status</i> da Linha de Ação 5
2	Planejamento Participativo
3	Apoio técnico para a cooperativa Recicla Canaã
4	Oficina: Cidadania e Consumo Crítico e Consciente

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Verificação de *status* bem como a traz alguns apontamentos referentes à Atividade 2 - Planejamento Participativo.

2.2.5.1 - Articulação

Para a verificação de status priorizou-se o contato com as principais instituições envolvidas: a Secretária Municipal de Obras de Canaã dos Carajás (SEMOB) e a cooperativa Cooletar. Foram realizadas ao todo, três (03) reuniões, o **Quadro 2-17** delinea resumidamente esses momentos.

Quadro 2-17 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
02 de outubro	COOLETAR	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	x	Apresentação do Plano de Ação do Programa de Educação Ambiental (PEA), mas especificamente a Linha de Ação voltada para Resíduos Sólidos que prevê apoio a Cooletar; Estudo de Viabilidade.
27 de novembro	COOLETAR	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Presidente da COOLETAR	x	Área de cobertura da cooperativa; Relação com a Secretaria de Obras; Status do Plano de Viabilidade realizado pela consultora da Unesco; Situação Legal da COOLETAR; Equipamentos e maquinário; Dias de coleta; Interesse em participar de processos formativos - melhores dias e horários e Status do estudo de viabilidade. Parceria na criação do curso sobre a questão de resíduos

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
02 de dezembro	SEMOB	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Secretário de Obras	x	Panorama da Coleta de resíduos em Canaã dos Carajás; Coleta Seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos; Frequência da Coleta de Resíduos nas comunidades - atende a toda Canaã; terro Contralado e tratativas para criação do Aterro Sanitário; Implementação de campanhas ambientais sobre resíduos sólidos; Cooperativas de Catadores; Resultados sobre a disponibilização dos coletores nas comunidades (Vilas Ouro Verde e Feitosa)

As atas referentes às reuniões das atividades citadas no quadro acima estão disponíveis no **Anexo 10**.

O **Quadro 2-18**, apresenta a lista de contatos das principais instituições envolvidas na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-18 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Zito Augusto	Secretaria de Obras	(94)99217-3061
Maria Dias		(94)99157-3144
Valeria P. da Silva	COOLETAR	(94) 99134-9646



Figura 2-25 - Visita à Cooperativa Cooletar



Figura 2-26 - Entrevista com liderança da cooperativa COOLETAR



Figura 2-27 - Reunião com a presidente da COOLETAR, Valeria da Silva



Figura 2-28 - Reunião com o secretário municipal de Obras, Sr. Zito Correia

2.2.5.2 - Levantamento de *Status*

A seguir, são apresentadas as informações obtidas no levantamento de status sobre a gestão dos resíduos sólidos no município de Canaã dos Carajás.

a) Reunião com SEMOB

A reunião realizada com o secretário municipal de Obras, Sr. Zito Augusto, esclareceu sobre o sistema de coleta de lixo em Canaã dos Carajás, a criação de um aterro sanitário, a parceria formada junto a COOLETAR mediante a disponibilização de equipamentos (prensas e balança) e um caminhão diariamente com motorista e abastecimento de combustível. O Secretário afirmou que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) foi construído participativamente com a comunidade e com a cooperativa.

Segundo o entrevistado, as atribuições da SEMOB são construção e manutenção de asfalto, limpeza de áreas públicas como praças, coleta de lixo e drenagem fluvial, e para tal a secretaria conta com 200 funcionários. A coleta de lixo em Canaã dos Carajás é feita, de forma terceirizada, diariamente nas residências e de dois em dois dias nas Vilas (zona rural). Não há um programa municipal de coleta seletiva, contudo há coletores seletivos instalados em alguns pontos da cidade, muitos foram destruídos e serão substituídos, também são disponibilizadas caçambas para o serviço público. De acordo com o Secretário de Obras somente haveria a possibilidade de instalação de um aterro sanitário se houvesse uma empresa privada que reunisse os resíduos de vários municípios, como ocorre em outros municípios, citando Ribeirão Preto (SP).

Foi informado que a prefeitura apoia o trabalho da cooperativa Cooletar, desde o início a SEMMA forneceu o espaço para o galpão e a SEMOB disponibilizou equipamentos (prensas e balança), um caminhão com motorista e abastecimento de combustível diário.

O secretário atribui um dos principais problemas do município à constante migração de pessoas, o que faria com que esses imigrantes não se sintam responsáveis pela cidade e essa falta de cuidado é observada nas ruas, com o depósito de lixo e entulho em locais inadequados. Há também o descaso dos açougues e comércios em geral que preferem jogar os rejeitos na rua a levar para o aterro da cidade. Foi solicitada pelo secretário colaboração com a realização de campanhas educacionais para esse público no ano de 2016.

b) Informações sobre a PMGIRS

O PMGIRS não foi disponibilizado para equipe da Ecology, que apenas teve acesso, via Vale, ao relatório do processo de elaboração do referido plano. O relatório reforça a pretensão de um processo participativo na elaboração, acompanhamento das atividades, metas e ações a serem desenvolvidas no respectivo plano. O histórico informa que participaram da elaboração: profissionais de diversas secretarias municipais, segmentos sociais atuantes em Canaã dos Carajás e a participação da população que apresentou demandas e soluções que serviram de informações que subsidiaram este plano nas plenárias realizadas nas Vilas Ouro Verde, Planalto, Feitosa, Bom Jesus e zona urbana do município de Canaã dos Carajás.

Quando do acesso ao PMGIRS, os demais dados relevantes para análise e acompanhamento do mesmo, como por exemplo, as metas e ações a serem desenvolvidas, serão levadas em consideração no planejamento executivo das atividades desta Linha de Ação.

c) Reuniões com cooperativa Cooletar

Os contatos realizados junto a cooperativa Cooletar se restringiram a duas (02) reuniões realizadas com a presidente, Valéria P. Silva, por meio das quais obtiveram-se as informações sobre o histórico de criação da cooperativa, a situação legal do empreendimento, a sistematização realizada na coleta, a quantidade de equipamento e maquinários disponíveis.

A Cooletar foi fundada em março de 2014, no momento, possui 13 cooperados. Os equipamentos presentes no galpão são: duas (02) prensas, sendo uma alugada; uma (01) balança e um (01) caminhão alugado. A área de cobertura da cooperativa abrange supermercados do centro e das vilas. Atualmente comercializa cerca de 12 a 12,5 ton. de papelão/20 dias; 800 kg de plástico/20

dias e 02 ton. de alumínio/20 dias. Garrafas de vidro também são recolhidas e vendidas, em média 2 a 3 mil garrafas de Cachaça 51. Quanto à condição jurídica, possuem CNPJ, Regimento Interno e conta bancária, porém ainda encontra-se pendente a alteração na ata que destitui a antiga diretoria e dá posse à nova, devendo a mesma ser levada para registro na Junta Comercial e, posteriormente, publicada em jornal de grande circulação na localidade.

Valéria Silva mencionou como marco da organização, a visita do Líder Nacional do Movimento dos Catadores, Sr. Severino Junior, do estado do RN, que trouxe aos cooperados informações sobre a experiência em gerir uma cooperativa de materiais recicláveis e auxiliou na articulação com o poder público de Canã dos Carajás. A partir dessa articulação com a prefeitura municipal foi estabelecida uma parceria entre as instituições, a qual favorece a cooperativa com cessão de espaço (galpão), caminhão, combustível e motorista.

Foi informado à equipe da Ecology Brasil que, por meio de um contrato da Fundação Vale para elaboração do Plano de Diretor do município, uma técnica da Unesco estaria realizando o estudo de viabilidade econômica da cooperativa. Tal estudo teria a finalidade de requerer recursos financeiros junto ao BNDES para investir na aquisição de equipamentos, melhorar a produtividade e capacitar os cooperados para a autogestão da cooperativa.

A presidente da cooperativa demonstrou interesse no recebimento de cursos de especialização, e realização de intercâmbio com membros do movimento nacional de catadores. A mesma mencionou ter realizado curso sobre pequenos empreendimentos oferecido pela Vale, por meio do projeto AGIR. Comentou, ainda, que para ampliar a cooperativa seria necessário aumentar o número de rotas de coleta e incluir empresas do porte da Vale como fornecedor de material reciclável.

Na reunião realizada em 27 de novembro foi formalizada a parceria junto a representante da cooperativa para o desenvolvimento pedagógico da oficina prevista na Atividade 4 - Cidadania e Consumo Crítico e Consciente.

b) Informações do Estudo de Viabilidade “Coleta Seletiva e Cooperativa de Catadores de Canã dos Carajás - Outubro/2015”

Conforme informações referentes ao estudo, fornecidas por pela Vale, as ações empreendidas em Canã dos Carajás no período 2013/2015 foram: Conclusão do PMGIRS; transformação do lixão em

aterro controlado; aquisição de uma área para construção de um aterro sanitário; melhoria na qualidade e cobertura dos serviços prestados à população; e Apoio à Cooletar.

A disposição de resíduos no aterro controlado de acordo com a SEMOB em março de 2015 - 90,37t/dia - per capita = 1,71kg/habitante/dia. De acordo com o estudo 30% (22,7t/dia) dos resíduos apresentam potencial de reaproveitamento e de reciclagem. A Cooletar recicla 24 t/mês, ou seja, 1,5% do total com potencial em um mês.

Conforme o estudo, a meta do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) - taxa de reciclagem crescente, 3% ao ano, até atingir 30%. - Taxa de aproveitamento alcançada na experiência de maior sucesso no Brasil.

O estudo arquitetou cenários em busca de saídas para autonomia da cooperativa e consequentemente ganhos ambientais, econômicos e sociais para o município, trabalhando com diferentes opções, levando-se em consideração o custo total, ampliação de mercado para comercialização, perfil dos materiais recicláveis, produtividade do catador (a) e remuneração atual do catador (a).

O primeiro cenário verifica a mudança na estrutura de custos, considerando o risco futuro de não se contar mais com o apoio da Prefeitura e o aumento da produção da cooperativa, porém, para obter o volume indispensável para arcar com os custos, o número de catadores necessários passaria de 13 para 33 colaboradores. O cenário seria inviabilizado pela renda média do catador que reduziria em 154%.

O segundo cenário abaliza a mudança na composição dos materiais comercializados, aumentando a produção e o valor agregado ao perfil dos materiais com relação à renda média do catador (a) e a produtividade média por catador. A viabilidade seria apreciada caso a produtividade média por catador passasse de 1838,5 kg/catador/mês (condição atual da Cooletar) para 3000 kg/catador/mês, e houvesse investimento na aquisição de equipamentos e investimento na capacitação para a autogestão da cooperativa e otimização dos processos de trabalho dos catadores (as).

O terceiro e último cenário apresentado no Estudo, traz a produtividade para um patamar factível, sem impactar a remuneração do catador, para tanto seria necessário o aumento de 126% no volume de materiais coletados, a cooperativa assumir 60% do custo fixo (aluguel, caminhão, energia, gás, telefone, contador e impostos) e 100% do custo variável (combustível,

materiais, manutenção do veículo e equipamentos), aumentar o número de catadores de 13 para 24, a produtividade média ser de 2250 kg/catador (a)/mês e ainda investir na aquisição de equipamentos e na capacitação para a autogestão da cooperativa e otimização dos processos de trabalho dos catadores (as).

A segunda parte do estudo não foi disponibilizada para equipe da Ecology, e corresponde à proposição do Programa de Capacitação dos Catadores, detalhamento do investimento necessário para a equipagem da cooperativa e detalhamento das estratégias para expansão da coleta seletiva do município.

2.2.5.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

Antes de apontar para os resultados do levantamento de Status é preciso contextualizar que, em agosto de 2010 foi promulgada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), composta de uma série de diretrizes e metas relativas à gestão integrada e ao gerenciamento ambiental dos resíduos sólidos. Para o setor público essa política exige a realização do plano municipal para a gestão dos resíduos, apresentando: - estratégias de viabilização de infraestrutura para a implementação de ações que possam atingir as metas estipuladas, - planos de reciclagem com a participação da sociedade e catadores e - o monitoramento da efetividade do plano, ou seja, tal instrumento é essencial para o atendimento da lei e o ordenamento local no gerenciamento de resíduos: esse passo já foi dado pelo município de Canaã dos Carajás.

Outra meta prevista na PNRS é a erradicação dos lixões, pois os rejeitos devem ter uma disposição final ambientalmente adequada. Uma pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM)⁵ no dia 19 de maio de 2015, aponta que 50,6% dos municípios brasileiros jogam seus rejeitos em lixões. Os dados do levantamento revelaram que as regiões Norte e Nordeste apresentam os piores índices no que se refere à destinação adequada do lixo: 75% dos municípios ainda usam lixões. A disposição dos rejeitos de Canaã dos Carajás é realizada em um aterro controlado e de acordo com a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), instituição responsável pelo gerenciamento de resíduos, não há previsão para destinação em aterro sanitário.

⁵ Site acessado em dezembro de 2015: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/05/19/metade-dos-municipios-do-pais-ainda-jogam-residuos-em-lixoes-diz-pesquisa.htm>

Neste cenário, conforme apontado no Levantamento de Status, se insere a cooperativa de catadores Cooletar de Canãa dos Carajás, cuja área de atuação dessa cooperativa se restringe aos resíduos produzidos por alguns supermercados e a compra de resíduos trazidos por catadores autônomos para a sua sede.

Conforme descrito neste Levantamento, os principais atores sociais consultados sobre a gestão de resíduos sólidos no município de Canãa dos Carajás apontaram os seguintes interesses: campanhas de educação ambiental reforçando a destinação correta dos resíduos sólidos (SEMOB); participação dos cooperados em processos formativos (Cooletar); Intercâmbio com membros do movimento nacional de catadores (Cooletar); aumento no número de rotas de coleta e inclusão de empresas do porte da Vale como fornecedor de material reciclável (Cooletar).

De acordo com a SEMOB, a coleta de lixo nas comunidades rurais passou a ocorrer com a assiduidade de duas vezes por semana, no entanto, alguns comerciantes possuem o hábito de descartar os rejeitos fora dos dias das coletas, cooperando para o acúmulo de resíduos nas calçadas, que permanecem espalhados até o dia da coleta, expondo a população ao contato direto com vetores de doenças, além de contribuir para contaminação da água e do solo. Somado a esse fator, a cooperativa Cooletar não consegue realizar a coleta dos resíduos recicláveis gerados na zona rural devido ao restrito raio de ação e por contar com apenas um caminhão. Sendo assim, recomenda-se que na atividade 4 - *Oficina Cidadania e Consumo Crítico e Consciente* seja abordado tanto as questões ligadas à revisão das práticas de consumo, conforme fora proposto no Plano de Ação, quanto o descarte adequado e consciente dos resíduos, suscitando o comprometimento e a responsabilidade da população, em especial o público do segundo setor atuante na AID.

Outro aspecto importante se relaciona à *Atividade 3 - Apoio técnico para gestão da cooperativa*, prevista no item 2.5.2.3 do Plano de Ação (Anexo 1), que previu a realização de um estudo de viabilidade técnica e econômica da Cooletar, no entanto, conforme descrito anteriormente, o estudo já foi realizado pela Fundação Vale em parceria com a Unesco. Neste cenário, será necessário avaliar quais serão as contribuições do PEA em substituição ou em adição a essa proposta.

Tendo em vista o resultado apresentado no Estudo, considerando o terceiro e último cenário, que se apresentou o mais viável, tal proposição indica entre outras demandas a necessidade de capacitação para a autogestão da cooperativa e otimização dos processos de trabalho dos catadores(as). Esta poderia ser uma alternativa de adaptação da Atividade 3.

Face ao exposto, e ao interesse corroborado pela presidente da Cooletar, destacam-se como possíveis contribuições do PEA à organização as seguintes opções de atividades o oferecimento de processo formativo voltado para os cooperados e a facilitação de encontros de intercâmbio entre outros catadores e representantes da cooperativa. Sobre o planejamento de dia e horário para oferecimento de cursos, a presidente Valeria da Silva adiantou o sábado a partir das 14h, a fim e não conflitar com os horários da atividade de catação. Sobre este ponto, cabe destacar, que o próprio estudo de viabilidade “Coleta Seletiva e Cooperativa de Catadores de Canãa dos Carajás - Outubro/2015” também inclui ações educativas, quando propõe um Programa de Capacitação dos Catadores, para tanto serão propostas as seguintes atividades: (a) processo formativo voltado para os cooperados e (b) facilitação de encontros de intercâmbio entre outros catadores e representantes da cooperativa.

Considerando o acime exposto, para a realização das Atividade 3 - Apoio técnico para a cooperativa Recicla Canãa deverá haver reuniões de alinhamento por meio das quais as equipes envolvidas (Ecology, Vale e Unesco) deverão definir como o PEA pode contribuir sem que haja sobreposição das ações. A partir desta ação, recomenda-se que sejam planejadas e executadas:

- Oficina Formativa: O publico previsto são os cooperados da Cooletar, a carga horária e o conteúdo serão definidos após reunião de nivelamento e reunião com os cooperados.
- Intercâmbio de Experiências: Será realizado um levantamento das datas e locais de realização de encontros nacionais de catadores e catadoras, planejamento da logística para participação de dois representantes da Cooletar em pelo menos dois eventos, bem como, convite a profissional da área para a realização de palestra em Canãa dos Carajás.

2.2.5.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no **item 2.5.3 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1)**, apenas o apoio técnico para a cooperativa que se limitava em realizar o estudo de viabilidade técnica e econômica que já foi realizado pela Fundação Vale, para tanto será sugerido ao comitê e as instituições envolvidas um apoio para a capacitação dos cooperados da Cooletar através de cursos de formação e intercâmbio de experiências.

Quadro 2-19 - Cronograma da Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos

Linha de Ação/Atividade	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
Resíduos Sólidos								
2 - Planejamento Participativo								
Alinhamento com SEMOB, SEMMA e SEMDEC								
Alinhamento com a Cooletar								
3 - Apoio Técnico para a Cooperativa Cooletar								
Obtenção do Estudo de Viabilidade Completo								
Análise do Estudo de Viabilidade e Reunião com Equipe Responsável pela Elaboração do Estudo								
Reunião de alinhamento com a Cooletar para planejamento								
Apoio Técnico (possível Instrumentalização e Intercâmbio)								
4 - Oficina: Cidadania e Consumo Consciente								
Planejamento pedagógico participativo junto a Cooletar								
Material Didático, Plano de Aula e Logística								
Campanhas: Oficinas em todas as Comunidades								

2.2.6 - Linha de Ação 6 - Apoio à Construção da PMEA e do ProMEA

Conforme apontado no item 2.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), a Linha de Ação 6 objetiva apoiar a construção da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), e a elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Canaã dos Carajás, a partir de atividades que visem a mobilização e a capacitação do público-alvo. Para tanto, prevê a realização de um processo educativo junto ao mesmo, visando o planejamento e a organização das consultas públicas necessárias para construção das referidas políticas, com diálogo e transparência entre os diversos atores sociais envolvidos.

Tais processos deverão ser empreendidos junto a instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos dos Municípios, além dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente, Educação, Produção Rural, Conselhos Gestores das Unidades de Conservação, e organizações não-governamentais com atuação em educação ambiental.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de três (03) atividades principais, apresentadas no Quadro 2-20.

Quadro 2-20 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 6

Atividades	
1	Verificação de status
2	Planejamento Participativo
3	Oficinas de Formação de Facilitadores da PMEA e do ProMEA

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Verificação de *status* bem como a traz alguns apontamentos referentes à Atividade 2 - Planejamento participativo.

2.2.6.1 - Articulação

Para a verificação de status priorizou-se o contato com as principais instituições envolvidas: SEMMA, ICMBIO, VALE, CMMA, Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás e SEMED, entre outras. Foram realizadas ao todo, duas (02) reuniões, o Quadro 2-21 delinea resumidamente esses momentos.

Quadro 2-21 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 6 - Apoio à construção da PMEA e do ProMEA

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais assuntos abordados
04 de dezembro	Agência Canaã	Grupo Focal sobre o levantamento de status	Equipe Ecology; Representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC	X	Apresentação do PEA, levantamento de informações sobre a educação ambiental e a interface com as instituições de Canaã; UCs, e manejo de bacias hidrográficas
04 de dezembro	SEMED	Reunião de levantamento de status	Equipe Ecology; Coordenadora de Educação Ambiental da SEMED	X	Panorama da Educação em Canaã; Plano Municipal de Educação - 2015 a 2025 - resultados e desdobramentos; Projetos de Educação Ambiental nas escolas; Experiências exitosas - indicação; Campanhas de educação ambiental no município; Protagonismo juvenil - as escolas e grêmios de estudantes; Visita à escola Vila Ouro verde e GF com alunos; Política Municipal de Educação Ambiental; Interesse em participar do GT e da Oficina de Facilitadores para a PMEA e PROMEA

As atas referentes às reuniões das atividades citadas no quadro acima estão disponíveis no **Anexo 11**.

O **Quadro 2-22** apresenta a lista de contatos das principais instituições envolvidas na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-22 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 6 - Apoio à construção da PMEA e do ProMEA

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
------	--------------------------	---------

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Graça Reis	Agência Canaã	(94) 99151-6655/ 991830314
Marcel Régis M. da C. Machado	ICMBio	(94)99148-5569
Pollyana Albuquerque Santos	SEDUC	(94) 99197-4334
Reginaldo Pires Ferreira	SMMA	(94) 3358-1322 / 991652825
Daniel Soares de Sousa		(94) 99159-3782



Figura 2-29 - Grupo focal realizado junto a representantes da SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC



Figura 2-30 - Reunião com a coordenadora de Educação Ambiental da SEMED, Sra. Pollyana Albuquerque Santos

2.2.6.2 - Levantamento de *Status*

As informações obtidas no levantamento de *status* sobre a PMEA e o ProMEA no município de Canaã dos Carajás foram:

a) Grupo Focal 3: SEMMA, ICMBIO, OAB, VALE, CMMA, Agência Canaã e SEMDEC

Por meio da reunião realizada junto a este grupo focal foi informado que não haveria, ainda, uma discussão sobre a criação da PMEA no município, mas que em janeiro de 2016 estaria prevista a criação do Centro de Educação Ambiental de Canaã - CEAC, baseado no mesmo modelo do CEA de Paraupabas, ambos apoiados pelo ICMBIO, com o objetivo de preparar jovens e educadores na condução da educação ambiental no município. Completaram que a responsabilidade do CEAC será compartilhada pela SEMMA e SEMED e que o mesmo poderá contribuir para a elaboração da PMEA. O grupo ainda respondeu a questão sobre como envolver

diferentes atores no processo de criação da PMEa, listando a metodologia de mobilização, elaboração e os atores que deveriam participar.

A seguir, seguem trechos da ata da reunião do Grupo Focal que ilustram o *status* da PMEa e do ProMEa conforme perspectiva dos atores sociais consultados.

“O primeiro ponto de pauta foi a realização de uma sondagem sobre a educação ambiental no município visando compreender o estágio em que se encontra essa discussão, com vistas a verificação do interesse na implementação de uma Política Municipal de Educação Ambiental (PMEa). Assim, quando questionados sobre o cenário da educação ambiental no município, o secretário de meio ambiente, Sr. Reginaldo P. Ferreira, mencionou que está previsto para janeiro de 2016 será criado o Centro de Educação Ambiental de Canaã dos Carajás (CEAC), que contará com a equipe de oito profissionais, desenvolvendo atividades com os jovens e os professores. A responsabilidade do CEAC será compartilhada entre a SEMMA e a SEMED. O modelo adotado para o funcionamento do CEAC será o mesmo implementado no CEA de Paraupabas, ambos contam com o apoio e parceria da ICMBio. O secretário informou ainda, que todas as escolas do município possuem Agenda 21, e que os jovens da COMVIDA participam de encontros em nível municipal à federal, inclusive em 2013, a EMEIF Maria de Lourdes representou o município na IV Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, realizada em Brasília.

(...) foi introduzida a questão sobre a PMEa, questionado se os presentes eram favoráveis a criação de uma política de educação ambiental para o município. Indagou-se se eles participariam de um Grupo de Trabalho (GT) sobre esse tema; que instituições deveriam participar desse processo e como envolver a todos no mesmo.

Todos os presentes se declararam favoráveis à criação de uma PMEa e informaram que participariam de um GT sobre esse tema. Sugeriram como atores para participar do processo: escolas, empresas, associações, Poder Público, câmara legislativa e sociedade civil organizada. Sobre como envolver diferentes atores foram sugeridas as seguintes metodologias: traçar estratégias; classificar a importância de cada ator/setor; mapear e levantar as ações/experiências que já ocorreram; identificar quais os objetivos comuns; realizar reuniões setoriais; audiências públicas; workshop em escolas e para público em geral.

Quando questionado sobre experiências de sucesso, o representante do ICMBio, Sr. Marcel Regis M. da C. Machado, mencionou o CEA Paraupabas, que reúne a participação de diversos atores, e apresenta metodologia desenvolvida pela UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia). O ICMBio é responsável pela gestão do espaço, a VALE pela logística e a secretaria de meio ambiente de Paraupabas pela cessão de veículo. Marcel Regis M. da C. Machado elencou os projetos desenvolvidos pelo CEA: Crianças Ambientalistas; Jovens Ambientalistas; Idosos Ambientalistas; As escolas vão a FLONA; A FLONA vai à escola e há também formação de professores para a educação ambiental.”

b) Reunião com Coordenação de EA da SEMED

Durante a reunião realizada com a coordenadora de Educação Ambiental da SEMED foi verificado que há uma intenção em se implementar a Política Municipal de Educação Ambiental no município. A coordenadora reconheceu a importância, mas reiterou que ainda não houve nenhuma discussão nesse aspecto. Colocou-se à disposição para participar de iniciativas neste contexto, como o grupo de facilitadores da PMEA proposto pelo PEA. Quando questionada sobre que instituições deveriam participar desse processo, mencionou a SEMDEC, Agência Canaã e Vale.

A seguir, trecho de destaque da ata da reunião, referente à PMEA e ao ProMEA:

“Joelma Cavalcante perguntou se há uma intenção em se implementar a Política Municipal de Meio Ambiente. A coordenadora reconhece a importância, mas reitera que ainda não houve nenhuma discussão nesse aspecto. Colocou-se à disposição para participar de iniciativas neste contexto, como o grupo de facilitadores da PMEA proposto pelo PEA. Por fim, Joelma Cavalcante perguntou quais as iniciativas de educação ambiental consideradas exitosas, a coordenadora indicou quatro escolas municipais: Carlos Henrique; Benedita Torres; Maria de Lourdes e Francisca Romana que realizaram atividades de proteção à arara azul, reciclagem e aproveitamento de alimentos.”

c) Entrevista com associações

Conforme será detalhado no item 2.2.7 - mais a diante, referente à Linha de Ação 7 - Participação Popular, foram realizadas entrevistas junto presidentes de associações da Vila Ouro Verde as quais responderam, dentre outros aspectos (os questionários preenchidos encontram-se

no **Anexo 12**), afirmativamente à pergunta sobre interesse de participação da comunidade nas discussões referentes à PMEA e do ProMEA. Contudo, foi ressaltada uma condição: “Com simplicidade, na língua do povo”.

2.2.6.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

Com base no Levantamento de Status, pode-se verificar que os principais atores sociais envolvidos consultados sobre a elaboração da PMEA e do ProMEA consideram não ter havido, até o momento, qualquer discussão sobre tais políticas em Canãa dos Carajás. Em adição, é importante observar que, quando questionados sobre atribuição de destaque e êxito a projetos EA no âmbito formal, foram apontados aqueles referentes as temáticas de proteção a fauna, “reciclagem” de materiais e aproveitamento integral de alimentos, o que pode apontar para uma identidade⁶ de educação ambiental atualmente vigente no âmbito do município que aparentemente não exerce o caráter político e crítico⁷.

Outro aspecto a se considerar é que, para além das ações do poder público local, não foi verificada considerável atuação de organizações da sociedade civil na área de EA, exceto pelos projetos da Agência Canãa e de iniciativas como o Comitê de AMPEA, fomentadas pela própria empresa Vale com a implementação dos PEAs. Em adição, tem-se relativamente recentes estabelecimento do município (em 1997) e criação das pastas de EA nas Secretarias de Educação e de Meio Ambiente. Com isso, tem-se um cenário, ainda em fase de amadurecimento conceitual e de ampliação da mobilização social para o âmbito não-formal no que se refere às práticas de EA vigentes no município.

Sendo assim, recomenda-se que as ações referentes à formação de facilitadores da PMEA e do ProMEA, partam de um nivelamento quanto a possíveis identidades de EA conhecidas no Brasil, a fim de balizar toda discussão referente a políticas públicas, numa reflexão inicial, por parte dos atores sociais envolvidos, suas próprias práticas e posteriormente possam definir, com maior propriedade, as referências legais da EA a ser desenvolvida em Canãa dos Carajás.

⁶ Segundo Carvalho (BRASIL, 2004, p. 15), como exemplos da variedade de identidades de EA citam-se: “(...) educação ambiental popular, crítica, política, comunitária, formal, não formal, para o desenvolvimento sustentável, conservacionista, socioambiental, ao ar livre, para solução de problemas entre tantas outras”.

Fonte: CARVALHO, Isabel Cristina Moura de. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

⁷ “(...) ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental.” (BRASIL, 2004, p. 25)

Desta forma, além dos possíveis conteúdos abordados no **item 2.6.2.3 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1)**, recomenda-se a principal temática a ser abordada nesta ação educativa seja: Identidades de EA no Brasil; Diferenças entre EA pontual e EA continuada; Atores sociais envolvidas na EA formal e não-formal; Exemplos de projetos de EA bem sucedidos no Brasil; Indicadores de resultados/eficácia de práticas EA; e Exemplos de Políticas Públicas de EA aplicadas. Além destes temas, recomenda-se que sejam abordados também: Atualização sobre o campo das Políticas Públicas de EA no país; o escopo metodológico para elaboração das mesmas; as estratégias que os gestores públicos vem utilizando para a construção participativa das PMEAs e dos ProMEAs; os quadros de referência e a Legislação pertinente que devem ser levados em consideração para a construção destas políticas; e as diferentes propostas de levantamento de *stakeholders* que tem sido utilizadas para mapear os atores sociais pertinentes para a construção destas políticas.

Outro ponto de destaque no Levantamento de Status é o reconhecimento da importância de políticas públicas de EA, bem como uma intensão, tanto da parte dos atores sociais do poder público quanto de representações da sociedade civil, em se participar de iniciativas neste contexto. Deve-se observar, contudo, que conforme apontado por liderança de associação de Vila Ouro Verde, como condição à participação comunitária, devem-se adotar, no processo formativo previsto, linguagem e metodologia adequadas ao perfil das comunidades.

Considera-se este um cenário positivo para a realização das Oficinas de Formação de Facilitadores da PMEA e do ProMEA, que deverá ser potencializado por meio do envolvimento, na equipe técnica, de profissional com experiências concretas na condução de processos educativos de formulação de políticas públicas de EA em diferentes contextos e com públicos diversificados. Desta forma, espera-se fomentar a motivação dos participantes e proporcionar segurança quanto à inerência da horizontalidade nos processos de participação social e quanto à real efetividade do PMEA e do ProMEA no estabelecimento de uma EA que traduza ideais coerentes com a realidade e demandas locais.

Destaca-se, ainda, que os atores sociais envolvidos atribuíram ao Centro de Educação Ambiental de Carajás, previsto para início de 2016, um papel de referência na elaboração da PMEA. Neste sentido, se recomenda que as ações desta Linha de Ação se iniciem após a inauguração do CEAC, tendo o mesmo como sede. Caso haja alguma intercorrência que atrase a inauguração do espaço, as ações formativas previstas deverão ser realizadas em outro espaço.

Conforme citado anteriormente, foi identificado o interesse, dos atores sociais consultados, em participar das ações de formação de facilitadores previstas na Linha de Ação. Contudo, não foram indicados, formalmente, os nomes daqueles com efetiva disponibilidade para tal. Sendo assim, recomenda-se que se inscrevam os participantes, tão logo se tenha uma formalização de data para as oficinas previstas no CEAC.

2.2.6.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.6.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), apenas contando com detalhamento de subatividades e com retificação dos meses em relação ao início efetivo das mesmas.

Quadro 2-23 - Cronograma da Linha de Ação 6 - Apoio à construção da PMEa e do ProMEa

Linha de Ação/Atividade	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
Apoio à Construção da PMEa e do ProMEa								
2 - Planejamento Participativo								
2.1 - Plano de Aula e logística								
2.2 - Reunião de apresentação da oficina								
3 - Oficinas de Formação de Facilitadores da PMEa e do ProMEa								
3.1 - Elaboração de material didático								
3.4 - Realização da Oficina								

2.2.7 - Linha de Ação 7 - Participação Popular

Conforme apontado no item 2.7 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), a Linha de Ação 7 tem por objetivo contribuir para a qualificação da participação popular por meio da promoção de ações de fomento ao protagonismo juvenil, fortalecimento da autonomia das organizações sociais locais e apoio a iniciativas potencializadoras do desenvolvimento comunitário. Com isso, visa fortalecer a autonomia e criticidade dos atores sociais locais não apenas na formulação, mas também na condução dos próprios espaços e instrumentos de organização social, e a participação na definição de políticas públicas.

Para tanto, se impõe a necessidade de fomentar o engajamento das novas gerações, de valorizar e trocar experiências subjacentes às iniciativas locais de organização social bem sucedidas e de

estimular que as comunidades desenvolvam seus projetos conforme suas próprias referências de desenvolvimento.

A implementação dessa linha de ação conta com a realização de cinco (05) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-24**.

Quadro 2-24 - Atividades previstas Plano de Ação da Linha de Ação 7

Atividades	
1	Levantamento do <i>status</i> da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias
2	Planejamento Logístico e Pedagógico
3	Seminário de Intercâmbios de Experiências de Organização Social
4	Seminário de Protagonismo Juvenil
5	Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Levantamento do status da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias bem como a traz alguns apontamentos referentes à Atividade 2 - Planejamento participativo.

2.2.7.1 - Articulação

Para a verificação de status priorizou-se o contato com as principais instituições envolvidas: Agência Canãa, Vale e associações de produção rural e de moradores. Foram realizadas ao todo, duas (02) reuniões, o **Quadro 2-25** delinea resumidamente esses momentos.

Quadro 2-25 - Quadro-resumo das articulações realizadas para o levantamento de status da Linha de Ação 7 - Participação Popular

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais assuntos abordados
23/10	Agência Canãa	Reunião alinhamento do curso de Elaboração e Gestão de projetos; e visita às comunidades da AID do Ramal e Mina do Sossego	Equipe Ecology; Nivia Costa, Daniel Queiroga e Eidiane Sousa, da Vale; e Graça Reis, da Agência Canãa	X	Compreensão do Escopo e cronograma do curso de elaboração de projetos oferecidos pela Vale por meio do programa Carta Aberta, para alinhamento com a Linha de Ação 7 - Participação Popular do PEA; e planejamento de visita às comunidades para preparação de representantes para participar para reuniões ordinárias e inclusão de comunidades da AID de Ramal e Sossego no Comitê de AMPEA.
02/12	Vila Ouro Verde	Entrevista sobre participação popular	Equipe Ecology; Presidentes das Associações da Vila Ouro Verde	-	Aplicação de questionário semiestruturado para obter das associações comunitárias as seguintes informações: (a) Participação em colegiados no município; (b) Participação na formulação de Políticas Públicas Setoriais; (c) Articulação com as secretarias municipais; (d) Conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental; (e) Indicação de projetos de educação ambiental ou comunitários de relevância; e (f) Interesse em participar da PROMEA e de seu processo formativo.

As atas das reuniões realizadas e as listas de presença encontram-se no **Anexo 13**.

O **Quadro 2-26** apresenta a lista de contatos das principais instituições envolvidas na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-26 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 7 - Participação Popular

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Graça Reis	Agência Canãa	(94) 99151-6655/ 991830314
Fábio Queiroga	Vale	fabio.queiroga@vale.com
Adalci Cândido Ferreira	Associação Vale Verde	-
José Maria da Silva	Associação de Moradores Vila Ouro Verde	(94) 99158-2788



Figura 2-31 - Reunião para discussão de curso de elaboração e gestão de projetos



Figura 2-32 - Entrevista com o presidente da Associação Vale Ouro Verde, Sr. Adalci Cândido



Figura 2-33 - Entrevista com o presidente da Associação de Moradores Vila Ouro Verde, Sr. José

Ferreira

Maria da Silva

2.2.7.2 - Levantamento de *Status*

As informações obtidas no levantamento de *status* sobre a Participação Popular no município de Canaã dos Carajás foram:

a) Reunião com Vale e Agência Canãa

A reunião teve por objetivo principal promover o alinhamento do escopo e cronograma do curso de elaboração de projetos oferecidos pela Vale para submissão de proposta de financiamento por meio do programa Carta Aberta, para alinhamento com a Linha de Ação 7 - Participação Popular do PEA, que também prevê oferecimento de curso de elaboração e gestão de projetos, com caráter pedagógico.

O Programa Carta Aberta é uma iniciativa da Vale e Fundação Vale que tem por objetivo apoiar, com um valor de até R\$80 mil, projetos potencializem a geração de renda em comunidades do município de Canãa dos Carajás. Podem participar do programa entidades da sociedade civil, que podem propor projetos diretamente ou via Agência Canãa. Para participação no projeto, as entidades proponentes deverão se inscrever em um curso de elaboração de projetos, com base no edital proposto pelo referido programa e, para o ano de 2016, o mesmo prevê ações educativas de acompanhamento da gestão dos projetos selecionados.

Ficou definido que poderá haver uma unificação dos cursos, com vistas à otimização de esforços e não sobreposição de participantes, desde que respeitadas as especificidades dos públicos envolvidos em cada iniciativa e, principalmente, que tal estratégia seja aprovada no âmbito do Comitê de AMPEA.

A ata com descrição detalhada da presente reunião encontra-se respectiva na ata, disponível no **Anexo 13**. A seguir, trechos que ilustram o status com relação à Oficina de Gestão de Projetos.

“(...) Aline Ferrari citou a Linha de Ação 7 - Participação Popular do PEA, em especial a Atividade 5 - Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos. Graça Reis reforçou a ideia de se realizar uma atividade em conjunto, entre o programa Carta Aberta e o PEA, intencionando otimizar esforços de ambas as iniciativas. Fábio Queiroga considerou a observação pertinente, especialmente para que não haja a

duplicação de ações e, principalmente, não ocorra concorrência de público. Aline Ferrari perguntou ao Fábio quais seriam os projetos aprovados pelo Carta Aberta. Fábio Queiroga ressaltou que este programa tem por objetivo apoiar projetos da sociedade civil que criem oportunidades de geração de trabalho e renda nas comunidades. Disse também que foram selecionados cinco, de seis projetos concorrentes, a saber: Fortalecimento de Associativismo e Cooperativismo; Plantio de Açaí; Apicultura; Aquisição de equipamento para conservação de sêmen para melhoria genética de rebanho bovino; e Tanque de resfriamento. Dito isto, o representante da Vale informou que estaria previsto um curso de elaboração de projetos muito voltado para a seleção do Programa Carta Aberta. Neste contexto, Queiroga sugeriu um alinhamento entre as propostas do referido curso e aquele previsto no âmbito do PEA. Nívea Costa reforça a necessidade do Carta Aberta e PEA andarem juntos, e da aprovação do Comitê no modelo final proposto. Graça Reis enfatiza a necessidade de ter um registro fotográfico de todas as ações do PEA, para que o mesmo alcance maior visibilidade.”

b) Entrevista sobre participação popular

Para o levantamento de status dessa linha de ação foi elaborado um questionário semiestruturado para obter das associações comunitárias as seguintes informações: (a) Participação em colegiados no município; (b) Participação na formulação de Políticas Públicas Setoriais; (c) Articulação com as secretarias municipais; (d) Conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental; (e) Indicação de projetos de educação ambiental ou comunitários de relevância; e (f) Interesse em participar da PROMEA e de seu processo formativo.

No dia 02 de dezembro a equipe da Ecology iniciou, junto a dois presidentes das Associações formadas na Vila Ouro Verde, o processo de realização de entrevistas as quais terão continuidade em janeiro de 2016, com dados coletados junto a outros atores sociais. Os questionários semiestruturados preenchidos e utilizados como base para as respectivas entrevistas são apresentadas no **Anexo 12**.

De maneira geral, as respostas dos entrevistados para as perguntas foram as seguintes:

“(a) Participação em colegiados no município: CMDR, Agência Canãa e Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Conselho Tutelar e Conselho da escola.

(b) Participação na formulação de Políticas Públicas Setoriais: Não há.

- (c) *Articulação com as secretarias municipais: Pouca ou nenhuma.*
- (d) *Conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental: Não / Sim.*
- (e) *Indicação de projetos de educação ambiental ou comunitários de relevância: Não identificou / citou ações do PEA da Vale implementadas em 2014.*
- (f) *Interesse em participar da ProMEA e de seu processo formativo: Sim, com simplicidade, usando a linguagem do povo.”*

2.2.7.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

Com relação à Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, que corresponde à Atividade 5 desta Linha de Ação, tendo-se como base as informações de Levantamento de Status ora apresentadas, pode-se identificar a real necessidade de integração com as ações referentes à formação prevista no âmbito do Programa Carta Aberta, principalmente em virtude de se garantir a otimização de esforços para a promoção de uma atividade correlatas e junto a um público predominantemente convergente. Não obstante, os seguintes aspectos devem ser observados.

O programa Carta Aberta teria como finalidade principal o financiamento de projetos que atuam especificamente na área de geração de emprego e renda e, para isso, busca atuar na capacitação dos participantes para elaboração de projetos que atendam ao edital do próprio programa, além de fornecer acompanhamento da gestão dos projetos aprovados. Por outro lado, a Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos oferecida pelo PEA apresenta um caráter essencialmente educativo, buscando familiarizar os participantes com experiências e procedimentos de submissão de projetos comunitários aos principais editais de concorrência voltados para este público. Reforçando esta lógica, a referida Oficina tem na disponibilização dos mini-fundos, de valor insignificante se comparado àquele previsto no Carta Aberta, uma oportunidade não de gerar emprego e renda, mas de prover experiência prática e acompanhada de gestão de pequenos projetos de desenvolvimento comunitários. Por fim, cabe ressaltar que as temáticas dos projetos trabalhados no âmbito desta Linha de Ação do PEA, por terem por foco o desenvolvimento comunitário, teriam uma abrangência maior do que estritamente a geração de emprego e renda, como os a serem selecionados pelo Carta Aberta.

Com isso, tem-se uma necessidade de reforço nos alinhamentos de ambos os programas, não apenas de ordem logístico-operacional (cronograma, espaço, mobilização de participantes) ou técnico-pedagógica (conteúdos, metodologias e materiais de apoio), mas especialmente, no

sentido de garantir que tal convergência de ações possa estar de acordo com os objetivos da Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos do PEA, e assim possa repercutir positivamente junto ao público.

Com relação ao Seminário proposto por meio da Atividade 3 desta Linha de Ação, referente ao Intercâmbio de Experiências em organização Social, foi possível identificar em campo que, apesar das organizações da sociedade civil visitadas participarem de colegiados com abrangência municipal, as mesmas afirmarem não atuar na formulação de políticas públicas e relataram pouca articulação com o poder público local. Com relação ao Seminário de Protagonismo Juvenil, por meio de diversos relatos colhidos ao longo das ações iniciais do PEA em campo, a equipe técnica foi informada da dissolução do único grupo de juventude ambientalista organizado e não tomou conhecimento de nenhum outro grupo de juventude. Ainda, partindo-se da observação de uma relativa baixa interlocução das comunidades e organizações sociais com redes, movimentos e programas de abrangência estadual ou federal, observação esta advinda tanto do levantamento de Status quanto de conversas informais com diferentes atores sociais locais, recomenda-se, um forte alinhamento com tais segmentos.

Contudo, considera-se que os dados levantados com o Levantamento de Status devam ainda ser complementados para um melhor planejamento das ações previstas no âmbito das referidas atividades.

2.2.7.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação sofreu alterações em relação àquele previsto no item 2.7.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), em função da necessidade de se adaptar à convergência de ações previstas com o programa Carta Aberta.

Quadro 2-27 - Cronograma da Linha de Ação 7 - Participação Popular

Linha de Ação/Atividade	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
Participação Popular								
1 - Levantamento do status da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias	■							
2 - Planejamento Logístico e Pedagógico	■	■	■					
2.1. Elaboração dos Planos de Oficinas			■	■	■			
2.2. Elaboração de materiais didáticos				■	■	■		
3 - Seminário de Intercâmbios de Experiências de Organização Social							■	
4 - Seminário de Protagonismo Juvenil							■	
5 -Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos					■	■	■	
5.1. Parte I: Elaboração de Projetos					■			
5.2. parte II: Gestão de Projetos						■	■	

2.2.8 - Linha de Ação 8 - Conhecimento sobre os Empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás

Conforme apontado no item 2.8 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), a Linha de Ação 8 objetiva suprir uma demanda de aproximação dos empreendimentos e suas comunidades da AID de forma alinhada às diretrizes de comunicação da empresa Vale S.A., de forma a promover visitas às áreas dos empreendimentos da Vale no município.

Considerando-se que tal atividade de visitação consiste, ainda, em potencial instrumento de promoção da pesquisa *in loco*, da relação dos elementos “impactos - medidas - programas”, de importância essencial na compreensão dos nexos do processo de licenciamento ambiental, logo, identifica-se uma excelente oportunidade de contextualizá-la no bojo de um processo formativo mais aprofundado, e em conformidade com a IN 2/2012 do IBAMA que aponta o componente Gestão Ambiental como preferencial para abordagem da AE em processos de licenciamento. Assim, além da promoção de visitas de membros das comunidades da AID às áreas de empreendimentos da Vale, esta Linha de Ação prevê o oferecimento de curso de Gestão e Licenciamento Ambiental para atores sociais estratégicos, o qual terá as visitas como atividades de campo.

A implementação dessa linha de ação, portanto, conta com a realização de quatro (04) atividades principais, apresentadas no **Quadro 2-28**.

Quadro 2-28 - Atividades da Linha de Ação 8 - Conhecimento sobre os empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás

Atividades	
1	Levantamento do <i>status</i> da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias
2	Planejamento Logístico e Pedagógico
3	Visitas das Comunidades aos Empreendimentos
4	Curso de Gestão e Licenciamento Ambiental

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Verificação de Status da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias.

2.2.8.1 - Articulação

A partir do mês de novembro de 2015 foi possível realizar um levantamento sobre o grau de conhecimento dos membros do Comitê de AMPEA, e todos os outros atores consultados durante o Levantamento de Status das demais Linhas de Ação, quanto aos processos de licenciamento ambiental de cada um dos empreendimentos, bem como o interesse em visitar as instalações e apreender mais informações.

Portanto, não foram realizadas articulações específicas concernentes à presente Linha de Ação.

Contudo, para complementar essa atividade, está prevista para em janeiro de 2016, uma reunião com as equipes de Relações Comunitárias/Comunicação Social da Vale S.A. de cada um dos empreendimentos para levantar o status das visitas já realizadas nos empreendimentos, o planejamento dessa atividade, se houver e os procedimentos necessários para efetivação das visitas.

2.2.8.2 - Levantamento de *Status*

Foi adotada a estratégia de solicitar aos participantes dos encontros realizados nas atividades de campo para que preenchessem um questionário semiestruturado sobre as suas percepções dos empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás (tais como: conhecimento sobre o processo de licenciamento ambiental, benefícios advindos da instalação dos empreendimentos e visitação nas instalações da empresa).

Os 44 questionários preenchidos estão disponíveis no **Anexo 14**. A sistematização dos dados, em formato de planilha, segue disponível no **Anexo 15** e análise dos dados obtidos apresentada a seguir no item de **Análise dos Resultados e Encaminhamentos**.



Figura 2-34 - Secretário da SEMMA preenchendo o questionário sobre a VALE



Figura 2-35 - Representantes institucionais da SEMPRU e SEMDEC preenchendo o questionário sobre a VALE

2.2.8.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

O questionário semiestruturado foi preenchido por pessoas com perfis diferenciados, representantes do poder público, presidentes de associações e sindicato, estudantes, e representantes das comunidades que estiveram com a equipe de consultoria no período de novembro e dezembro de 2015. A partir do preenchimento dos questionários, é possível apontar as seguintes percepções:

- (a) A maioria dos entrevistados reconheceu como importância do processo do licenciamento ambiental para a garantia de participação popular e a proteção dos recursos naturais;
- (b) A maioria dos entrevistados tem conhecimento de que a Vale apresenta as licenças ambientais necessárias para a instalação e/ou operação dos seus empreendimentos em Canaã dos Carajás, contudo, em geral, não se sabe que licenças são essas;
- (c) A maior parte (26) dos entrevistados disse conhecer todos os empreendimentos da Vale em Canaã dos Carajás, mas desses, menos da metade (11) sabe informar que empreendimentos são esses;
- (d) A imensa maioria (41) dos entrevistados identifica benefícios advindos da instalação da Vale no município de Canaã dos Carajás, sendo mais recorrente a menção à melhoria da estrada e asfalto;

- (e) Menos da metade dos entrevistados (18) informou já ter visitado a instalação de um dos empreendimentos da Vale e, destes, metade (09) teria realizado visita mais de uma vez;
- (f) A imensa maioria (43) diz ter o interesse em visitar tais empreendimentos; e
- (g) Sobre o que eles acreditam ser importante em um programa de visitação na Vale, foi mencionado, maior divulga o e viabiliza o de transporte.

Face ao exposto, reitera-se a pertinência da promo o de processos de fomento   visita o das comunidades e demais atores sociais às áreas de instala o e opera o dos empreendimentos da Vale, bem como de se instrumentalizar atores sociais estratégicos a respeito do processo de gestão e licenciamento ambiental.

Com rela o às visitas, seu planejamento executivo deverá se dar junto ao setor de rela es comunitárias da Vale a fim de elaborar a programa o de visita o.

No que tange   instrumentaliza o quanto aos processos de licenciamento e gestão ambiental, adicionalmente aos dados ora apresentados neste item, que apontam para uma baixa apropria o de informa es qualificadas com rela o aos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos citados, devem ser considerados ainda os apontamentos referentes às análises dos resultados de Levantamento de Status das Linhas de A o 6 - Apoio   Constru o da PMEA e do ProMEA (item 2.2.6.3 -) e 7 - Participa o Popular (item 2.2.7.3 -), que apontam para um cenário de relativa imaturidade quanto a dimensões crítica e política da EA, bem como para um baixo  ndice de participa o social de atores que não da esfera pública. Desta forma, considerando a pouca familiariza o do público com conteúdos subjacentes   gestão e ao licenciamento ambiental, recomenda-se que os conteúdos previstos (item 2.8.2.4 do Plano de A o do PEA - Anexo 1) partam de abordagens de caráter introdutório quanto a estas questões, no âmbito do Curso de Gestão e Licenciamento Ambiental previsto.

Quanto aos aspectos logísticos, considerando que o público previsto nesta a o educativa sobrepõe-se àquele que atualmente já participa do Comitê de AMPEA e/ou que estaria também envolvido em grande parte das atividades das Linhas de A o previstas no âmbito do PEA, recomenda-se a verifica o da real disponibilidade dos mesmos para participa o de Curso de Gestão e Licenciamento Ambiental com a carga-horária de 40h previstas. Para tanto, recomenda-se, no bojo da Atividade 2 - Planejamento Logístico e Pedagógico, que se consulte o público-alvo

e que se busque alinhamento com os mesmos afim de implementar a atividade de maneira adequada às suas agendas.

Por fim, considerando que no Levantamento de Status das Linhas de Ação 6 - Apoio à Construção da PME A e do ProMEA (2.2.6.2 -) os atores sociais envolvidos demonstraram expectativas no Centro de Educação Ambiental de Carajás, previsto para inauguração em início de 2016, como um espaço de referência para sediar atividades de EA, se recomenda que as ações desta Linha de Ação se iniciem após a inauguração do CEAC, tendo o mesmo como sede. Caso haja alguma intercorrência que atrase a inauguração do espaço, as ações formativas previstas deverão ser realizadas em outro espaço.

2.2.8.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.8.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), apenas contando com detalhamento de subatividades e com retificação dos meses em relação ao início efetivo das mesmas.

Quadro 2-29 - Cronograma da Linha de Ação 8 - Conhecimento sobre os empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás

Linha de Ação/Atividade	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
Conhecimento sobre os empreendimentos da Vale em Canãa dos Carajás								
Atividade 1 - Verif. de Status da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias								
Alinhamento com a Vale o objetivo da Linha								
Reunião com equipe Relações Comunitária/Comunicação								
Atividade 2 - Planejamento Logístico e Pedagógico								
Atividade 3 - Visitas das Comunidades aos Empreendimentos								
Verificar junto a equipe Relações Comunitárias/Comunicação da Vales S.A								
Elaboração do folder - Conhecimento sobre a Vale								
Atividade 4 - Curso de Qualificação da Participação na Gestão Ambiental dos empreendimentos								
Plano de Aula, material didático e logística								
Realização do curso - Parte I - 40h								
Realização da Visita aos empreendimentos - Duas Visitas								
Estudo de caso com análise de percepção de impacto - Dois								

2.2.9 - Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA

Conforme apontado no item 2.9 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), a Linha de Ação 9 tem por objetivo dar continuidade à atuação do Comitê de Educação Ambiental, contando com a integração dos PEAs dos empreendimentos Mina do Sossego, projeto S11D e Ramal Ferroviário em processo de licenciamento, sob uma abordagem que privilegie a participação de todos os atores sociais que o compõem e gerando um produto físico dos processos de acompanhamento e monitoramento ora empreendidos.

O Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Educação Ambiental (AMPEA) do Ferro Carajás S11D foi instituído ao final do processo de Diagnóstico Socioambiental Participativo realizado entre maio e setembro de 2013. O artigo 1º do seu regimento interno o define como: *“... um órgão colegiado de caráter consultivo, que tem por finalidade acompanhar e monitorar as ações desenhadas para o Programa de Educação Ambiental do Projeto Ferro Carajás S11D da Vale, a ser realizado na Sede e nas Vilas Feitosa, Ouro Verde e Planalto, do município de Canaã dos Carajás/PA.”* Cabe destacar que diante da estratégia de integração dos PEAs do projeto S11D, Ramal Ferroviário e Mina do Sossego, representante das comunidades Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém também deverão compor o Comitê.

Desde o início da sua formação até a última reunião realizada em 26 de novembro de 2015, foram realizadas 18 reuniões, onde estiveram presente em pelo menos um dos eventos o total de 94 pessoas, entre os participantes representantes do poder público e da sociedade civil de Canaã dos Carajás. Dentre as principais deliberações do Comitê estão os temas que nortearam a elaboração do Plano de Ação do PEA 2015-2016.

Neste bojo, cabe à respectiva linha de ação, contribuir: (a) para que as reuniões do Comitê ocorram em atendimento à periodicidade mensal estabelecida no regimento interno; (b) para que sejam mobilizados novos componentes, além de representantes das comunidades Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém; (c) para elaboração de um roteiro metodológico de facilitação das reuniões, assim como, o roteiro logístico e a agenda; e (d) elaboração e distribuição ao público de uma publicação-síntese de acompanhamento e monitoramento do PEA ao final da implementação do Plano de Ação.

Dessa forma, a implementação dessa linha de ação conta com a realização de cinco (05) atividades principais, apresentadas no

Quadro 2-30.

Quadro 2-30 - Atividades da Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA

Atividades	
1	Levantamento do <i>status</i> da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de Parcerias
2	Mobilização de novos Componentes e Integração dos PEAs no Comitê
3	Planejamento Logístico e Pedagógico
4	Realização das Reuniões do Comitê de AMPEA
5	Publicação-síntese de Acompanhamento e Monitoramento do PEA

As ações descritas a seguir, bem como resultados, correspondem ao escopo da Atividade 1 - Levantamento do *status*, articulação e estabelecimento de Parcerias, Atividade 3 - Planejamento Logístico e Pedagógico e Atividade 4 - Realização das Reuniões do Comitê de AMPEA.

2.2.9.1 - Articulação

Desde setembro de 2015, início da implantação do Plano de Ação do PEA, as reuniões do Comitê ocorreram mensalmente na última quinta-feira de cada mês, no auditório da Agência de Desenvolvimento Social de Canaã dos Carajás (exceto pelo mês de dezembro).

As mobilizações para as reuniões ocorreram através de contatos telefônicos e visitas nas comunidades realizadas pela equipe da Ecology e pela coordenação do Comitê. O **Quadro 2-31** apresenta os principais assuntos abordados nas reuniões e/ou encontros de mobilizações realizadas no período correspondente a esse documento.

Quadro 2-31 - Quadro-resumo das articulações realizadas para Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
30/09	Agência Canaã	Reunião mensal Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa de Educação Ambiental (AMPEA)	Equipe Ecology; Membros do Comitê	x	Apresentação do Plano de Monitoramento; Apresentação do Cronograma de Atividades; Parque Veredas; Convênio com a Agência Canaã: Implantação do Viveiro de Mudanças; e Apresentação dos Indicadores Sociais com Fabio Quiroga.
22/10	Agência Canaã	Encontro para definição da proposta de novo modelo de reunião do Comitê	Equipe Ecology; Coordenadora da Agência Canaã.	-	Proposta de revisão do regimento, inserção de novos membros e demais ajustes que se façam necessários
24/10	Vila Planalto - VS45	Encontro de mobilização e preparação para participação no Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Comunitários	-	Apresentação do PEA e mobilização para participação nas reuniões do Comitê

Data	Local	Atividade	Participantes	Ata	Principais Assuntos
27/10	Agência Canãa	Reunião ordinária do Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Membros do Comitê	x	Apresentação da proposta de Metodologia e Planejamento da reunião; Participação das Vilas; Ações do <i>Plano Safra</i> realizadas e as do PEA, previstas para os próximos 30 dias; Contratação de técnico local de EA; Metodologia para o dia de campo Plantio em APP; e Feira de Negócios.
26/11	Agência Canãa	Reunião ordinária do Comitê de AMPEA	Equipe Ecology; Membros do Comitê	x	Apresentação da metodologia da reunião; planejamento do Dia de Campo; evento para o levantamento de status; e Ações do Plano Safra.

As atas de reuniões realizadas encontram-se no **Anexo 16**.

0

Quadro 2-32, apresenta a lista de contatos das principais instituições envolvidas na respectiva linha de ação e a seguir o registro fotográfico das reuniões realizadas.

Quadro 2-32 - Lista de contatos referente a Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Geam M. F. Santos	Prefeitura Municipal De Canaã	(94) 99219-9904
Maria Pereira Lima de Sousa	Desenvolvimento Social	(94) 99137-9401
Augusto Carlos Ramiro (Sec)	SEMPRU	(94) 99271-0023
Roberto Ramos (Agr)		(94) 99187-3037
Diógenes Canário Moreira (Agr)		(94)99243-5269
Reginaldo Pires Ferreira	SEMMA	(94) 3358-1322
Franksuelmo Barbosa Santos		(94) 991652825
Regina Selma Pereira	Conselho Municipal de Meio Ambiente	(94) 99177-9056/8126-8856
Ana Paula Mesquita	SEMDEC	(94) 99131-9508
Marili Terezinha Rodrigues de Souza		(94) 99273-2087
Jurnadir Santos (sec)		(94) 99135-6064
Jacqueline Moura	Secretaria de Educação	(94) 3358-1322
Pollyana Albuquerque Santos		(94) 99193-1170
Ivone Frigotto -	Secretaria de Planejamento	(94) 99197-1797
Clovis A. Ribeiro	Pl. Mun. de Saneamento Básico	(94) 9165-3344
Eliel Sobral da S. Santos	Associação Bairro Estancia Feliz	(94) 8119-1345
Iranete dos Santos Silva	Associação Bairro Santa Vitória	(94) 9277-8562
José Maria R. da Silva	Ass. de Moradores de Canaã	(94) 9176-0370
Igelci Carneiro de Sousa	Ass. de Moradores Novo Horizonte	(94) 9154-7450
Graça Reis	Agencia Canaã	(94) 99151-6655/ 991830314
Maria Cleude dos Santos		(94) 99200-6564
José dos Reis B de Abreu	Associação Vale do Sossego	(94) 9168-4832
Luiza da Silva Sousa	AFAMAPROCAN	(94) 9226-2211
Valdir Oliveira Rocha		(94) 9110-7264
Sebastião de Jesus Carvalho	Associação Bairro Novo Brasil	(94) 9159-4614
Genuir Fescarini	Associação Américo Santana	(94) 99195-3238
Juarez Oliveira Gomes	Associação dos Ambulantes	(94) 99248-5213
Jose De Ribamar S Costa (Pixilinga)	STTRC / CDMR	(94) 9153-9689
Darlete Santana da Silva	STTRC	(94) 99278-1036
Marcos Mafra	Economia Solidária	(94) 8412-8181
Wericks Eduardo	COOPER CANAA	(94) 9153-6688
Valdivino	COOACCR	(94) 99153-8704
Salomão Pereira de Carvalho	STR - COOACCR	(94) 99137-3618
Luiz Pereira Rodrigues	Associação de Apicultores - AACC	(94) 99153-6688
Aldacir	Associação dos Peq. Prod. Rural da Vila Ouro Verde	(94) 99131-5772
Ataide	Associação dos Peq. Prod. Rural da Vila Feitosa	(94) 99267-5049
Zé Nicaço	Associação dos Peq. Prod. Rural da Serra Dourada Comissão	(94) 99145-4823
Otaviano	Associação dos Peq. Prod. Rural da Serra Dourada	(94) 99141-6470
Tonho da Velha	Associação dos Peq. Prod. Rural do PA Maria de Lourdes	99153-4089

Nome	Secretarias/Instituições	Contato
Alfredo Luiz Sobrinho	Associação dos Produtores de Hortaliças	(94) 99172-3964
Francisco "Chico Cabrita"	Associação Bela Vista	(94) 99155-3718
Agripino	Associação Nova União (irmão Valdivino)	(94) 99153-8704
Irmão do Sheba	Associação Nova Jerusalem	
José Lucio Soares	Associação Vale da Benção	(94) 9218-3668
Antônio Fernandes Barbosa (Curió)	AMCC	(94) 99250-2828
José Ferreira Lima	EPAGRO	(94) 99254-4623
Edvan Gonçalves de Macedo	EPAGRO	(94) 99134-4382
Raimundo Nonato da S. Conceição	Emater-PA	(94) 99134-2118
Claudenizio		(94) 99187-4170
Manuel Mendes da Silva	Comunidade Vila Feitosa	(94) 992362794
Raimundo Reis Mendes		(94) 9182-2534
Joasy Ferreira Lima		(94) 9172-8825
Moacyr de Barros Santos		(94) 9172-8825
Aparecida de Sá da Silva		(94) 9153-6450
Jovenil Rodrigues dos Santos		(94) 9116-2675
AGNA MARIA DA SILVA	Comunidade Vila Ouro Verde	(94) 9153-4442
JOÃO ELISMAR N. ALVES		(94) 9273-4625
FRANCISCO DAMASCENO		(94) 9219-3359
MARIA APARECIDA P DA SILVA		(94) 9156-1614
Odair Pereira dos Santos	Comunidade Vila Planalto	(94) 9146-5879
JOSÉ ANICASIO DO NASCIMENTO	Comunidade Vale Sossego	(94) 99955-1509
ANDREW HENRIQUE S. BERNARDINO	ISES	(94) 99291-1032
NIVEA COSTA	VALE-S11D	(94) 98803-6831
LIDIANE COSTA	LYON-S11D	(94) 99133-5691
VIVIANE CAROLO	VALE -AS	(94) 99264-5206
FABIO MOREIRA DE QUEIROGA	VALE-S11D	(94) 99146-0040
JOSENIR DA SILVA CASTRO	OAB	(94) 99157-3316
Aline Ferrari	Ecology	(21) 99200-4963
Vivian Separovic	Ecology	(21) 99282-5570
Joelma Cavalcante	Ecology	(21) 99916-3564
Arlei Mazurec	Ecology	(21)99466-8580



Figura 2-36 - Apresentação de participantes do Comitê na reunião realizada em 30 de setembro de 2015



Figura 2-37 - Apresentação de participantes do Comitê na reunião realizada em 30 de setembro de 2015



Figura 2-38 - Apresentação de Plano de Ação do PEA na reunião realizada em 30 de setembro de 2015



Figura 2-39 - Apresentação de Plano de Monitoramento do PEA na reunião realizada em 30 de setembro de 2015



Figura 2-40 - Discussão de metodologia das reuniões do Comitê AMPEA realizada em 22 de outubro de 2015



Figura 2-41 - Encontro na comunidade VS 45 - Vila Planalto realizada em 24 de outubro de 2015



Figura 2-42 - Encontro com liderança comunitária da Vila Feitosa realizada em 24 de outubro de 2015



Figura 2-43 - Apresentação das ações do Plano Safra em reunião realizada em 27 de outubro de 2015



Figura 2-44 - Discussão da metodologia da ação de plantio de mudas em reunião realizada em 27 de outubro de 2015.



Figura 2-45 - Participantes da reunião realizada em 27 de outubro de 2015.



Figura 2-46 - Reunião do Comitê AMPEA realizada em 26 de novembro de 2015



Figura 2-47 - Reunião do Comitê AMPEA realizada em 26 de novembro de 2015



Figura 2-48 - Representante da comunidade Novo Brasil se pronunciando na reunião realizada em 26 de novembro de 2015



Figura 2-49 - Secretário da SEMMA apresentando proposta de mirante de Canaã dos Carajás na reunião realizada em 26 de novembro de 2015

2.2.9.2 - Levantamento de *Status*

O acompanhamento e monitoramento do andamento das ações definidas para o PEA se dão principalmente por meio das reuniões mensais. A seguir são descritas as principais deliberações advindas das reuniões mensais e outras informações que subsidiaram o Levantamento de Status sobre o comitê de AMPEA.

a) Mobilização de participantes e Reuniões Mensais

A seguir são descritos, cronologicamente, os processos de mobilização de comunitários participantes do Comitê para as reuniões, bem como as próprias reuniões do colegiado.

A primeira reunião ocorreu em 30 de setembro de 2015, momento que foram apresentados o Plano de Ação e de Monitoramento do PEA e seus respectivos cronogramas de atividades pela Ecology Brasil. Referente à atividade 3 - Oficina de plantio de mudas em APPs, presente na linha de ação 4 - Recursos Hídricos, foi solicitado pelos participantes a priorização em relação a outras atividades, de forma a coincidir com o início do período de chuvas, previsto para novembro.

Representantes da Vale apresentaram questões referentes ao Parque Municipal Veredas dos Carajás e a previsão de instalação de viveiro de mudas. Foram realizados informes sobre a Feira de Negócios no município e de campanha sobre destinação correta de embalagens de agrotóxicos.

No dia 22 de outubro de 2015, foi realizado um encontro na sede da Agência Canaã, com Graça Reis (coordenadora do Comitê) e a Equipe de educadoras da Ecology Brasil visando discutir a facilitação do Comitê.

Foi conversado sobre a proposta de um modelo de reunião que facilitasse a participação de todos. A coordenadora informou que muitos dos conselheiros já saíram, pois eram cargos de confiança ou se desinteressaram. A equipe da Ecology se propôs a rever o estatuto e a frequência dos conselheiros nas últimas reuniões prevendo a inserção de novos membros e procedendo alguns ajustes. Sendo assim foi acordado sobre realizar uma triagem das listas de presença para verificar quais são os conselheiros que realmente participam deste colegiado. O status das reuniões progressas descrito no subitem seguinte apresenta a respectiva triagem das listas de presença.

A representante da Ecology propôs para que a partir daquele encontro fossem realizadas mobilizações face a face nas vilas para explicar aos participantes a pauta da reunião e a importância de participação na reunião.

A coordenadora sugeriu a produção de um jornal mensal com as atividades do PEA, tal sugestão seria melhor avaliada junto ao colegiado, uma vez que já há a proposta de uma publicação-síntese de acompanhamento e monitoramento do PEA próximo do término do período de execução do Plano de Ação.

Foi enfatizado pela educadora da Ecology que a pauta da próxima reunião do Comitê, traria novas sugestões de modificações de forma visando maior participação de todos e um rodízio de papéis ao longo do processo.

A coordenadora comentou sobre o projeto de Plantio de Açaí no Projeto de Assentamento (PA) Maria de Lourdes, projeto que motivou outras comunidades. E que precisaria da ajuda para pensar no curso de associativismo e cooperativismo. Falou que está sendo preparado um diagnóstico físico-financeiro das associações do município por uma consultoria contratada.

No dia 24 de outubro foram realizados dois encontros visando a mobilização para a reunião seguinte do Comitê de AMPEA, na parte da manhã na Vila Planalto - VS45 e à tarde na Vila Feitosa. As principais discussões nesses encontros se deram sobre o motivo da evasão nas reuniões do Comitê e o que poderia ser feito para aumentar a participação de moradores no mesmo.

Na Vila Planalto, uma das lideranças falou que o transporte seria fundamental, pois no início da formação do Comitê teria havido disponibilização de um ônibus que buscava os participantes e que, na atualidade, os mesmos têm que arcar com os custos, e nem todos tem condições para tal. Ao que uma das comunitárias complementou que não tem moto e nem sabe guiar, o que dificulta a chegada a Agencia Canaã, onde são realizadas as reuniões. Um dos participantes reforçou a fala apontando que gastaria em torno de R\$ 5,00. A liderança comunitária disse que a disponibilização de um veículo poderia facilitar a ida de moradores a reunião. A equipe Ecology sugeriu que esse seja um tema fosse apresentado ao Comitê para que, junto aos demais membros, se pudesse encontrar um caminho, porém enfatizando que seria interessante os comunitários apresentassem algumas possíveis soluções. Isto posto, a liderança comunitária disse que levaria um documento (proposta) para ser lido. Uma comunitária fala que já participou muito, mas agora seria a vez de outros participarem, ao que uma das técnicas da Ecology reforçou a importância dela estar presente nas reuniões e que diz que este era um processo que ainda está em construção. Três dos membros da comunidade se prontificam a participar do encontro junto com a liderança.

A equipe Ecology comentou que haverá, no âmbito do PEA, curso para as associações e cooperativas, e perguntou quantas dessas organizações existem no município, ao que uma das lideranças respondeu que seriam cerca de quinze (15) associações.

Em Vila Feitosa, durante o encontro realizado com uma das lideranças, a mesma disse que a comunidade não tem o hábito de participar. Uma técnica da Ecology perguntou se isso se daria devido à dificuldade de transporte, ao que o comunitário respondeu que não, pois no passado havia transporte e as pessoas não utilizavam, o que fez com que esse veículo não mais buscasse os representantes da Vila. O morador salientou que sempre participou de tudo por interesse próprio.

A técnica da Ecology informou que, segundo consta no regimento interno do Comitê, que há uma proposta de se realizar pelo menos uma das reuniões do colegiado nas vilas, o que poderia facilitar a motivação dos comunitários. A mesma explicou, ainda, que seria contratado um profissional que fará a mobilização junto à comunidade, e perguntou se um carro de som poderia ser uma boa estratégia de comunicação ou seria melhor casa a casa. O morador disse que casa a casa seria melhor. Por fim, as educadoras reforçaram o convite à participação da comunidade de Vila Feitosa na reunião do Comitê.

A reunião ordinária do Comitê AMPEA dos empreendimentos Ferro Carajás S11D, Ramal e Mina do Sossego ocorrida em 27 de outubro, teve como pontos de pauta: a apresentação de uma proposta de metodologia e planejamento da reunião; o incentivo à participação de representantes das Vilas; a divulgação de ações do Plano Safra realizadas; atualização do colegiado quanto às ações do PEA previstas para os 30 dias seguintes; divulgação da vaga de “educador ambiental” local para atuação no PEA junto à Ecology; a proposta de metodologia para realização da atividade de plantio de mudas em APP, prevista na Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos; e participação do Comitê do PEA no evento denominado 2ª Feira de Negócios e Festival da Cultura Gastronômica de Canãa dos Carajás.

Como principais encaminhamentos destacaram-se: (a) com relação ao dia de campo para plantio de mudas em APP, houve uma indicação preliminar de propriedade em Vila Feitosa; (b) no que se refere ao incentivo à participação, ficou acordado que se daria início à realização de reuniões do Comitê nas Vilas, e que a próxima seria em Vila Feitosa; (c) a Agência Canãa ficou responsável por encaminhar as tarefas relativas à participação do Comitê do PEA na Feira de Negócios, incluindo a produção de banner, ficando a Ecology a cargo da organização das fotos para o mesmo. A reunião finalizou tendo extrapolado o tempo previsto, contudo, sendo avaliada pelos presentes como proveitosa.

No dia 26 de novembro, a reunião ordinária do Comitê AMPEA não ocorreu na comunidade Vila Feitosa pela indisponibilidade de um local adequado, no entanto, aconteceu na Agência Canãa e teve como pontos de pauta: planejamento para realização da atividade de plantio de mudas em APP, prevista na Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos; eventos para o Levantamento de Status; Ações do Plano de Ação realizadas e previstas para os trinta (30) dias subsequentes e apresentação da proposta do Mirante de Canãa dos Carajás pelo Secretário da SEMMA.

Como principais encaminhamentos destacaram-se: o rodízio das reuniões do Comitê, potencializada pelo processo de mobilização a ser realizada com a entrada da nova educadora de campo; adiamento da Oficina de Plantio em APPs, prevista para janeiro; a inclusão da SEMDEC nos grupos focais que versam o Plano Safra e a apresentação do Projeto Mirante.

b) Status das reuniões pregressas

Para promover a melhoria na condução das reuniões do Comitê, bem como a ampliação da participação social no colegiado, foi realizado o levantamento das listas de presença de todas as reuniões realizadas desde sua formação até a reunião realizada em 23 de novembro de 2015.

O Art. 2º do Regimento Interno do Comitê exibe a descrição sobre sua composição, a qual é formada por “... membros indicados pelos coletivos da sociedade civil organizada ou poder público, atuantes na cidade, podendo ser indicado, por cada entidade, até dois participantes sendo um titular e um suplente”.

Foram realizadas ao todo dezoito (18) reuniões, ao se considerar os comparecimentos de cada membro do Comitê em mais de sete (07) reuniões, destaca-se uma maior representatividade de instituições públicas (SEMMA, SEMED, Agência Canaã e Conselho Municipal de Meio Ambiente) em relação às lideranças comunitárias (STTRC, Associação Bairro Estância Feliz e de Apicultores, AFAMACRAN e Vila Planalto) conforme apresentado no **Quadro 2-33**.

Quadro 2-33 - Levantamento de presença de membros do Comitê de AMPEA nas reuniões

Nome	Instituição	Participações
FRANKSUELMO B. SANTOS	SEC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	8
ELIEL SOBRAL DA S. SANTOS	ASSOCIAÇÃO BAIRRO ESTANCIA FELIZ	7
JOSE DE RIBAMAR S COSTA	STTRC	9
IVONE CESAR FRIGOTTO	SEMED (SEC.MUN.EDUCAÇÃO)	7
CLOVIS A. RIBEIRO	PL. MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO	7
LUIZ PEREIRA ROGRIGUES	ASS. DE APICULTORES / AACC	11
LUIZA DA SILVA SOUSA	AFAMAPROCAN	9
RAIMUNDO REIS MENDES	VILA PLANALTO	7
GRAÇA REIS	AGÊNCIA CANAÃ	15
REGINA SELMA PEREIRA	CONSELHO MUN. DE MEIO AMBIENTE	7

Cabe destacar a representação de outras instituições (Emater, SEMPRU, SEMDEC e Coocr) que não compõem o colegiado, mas que compareceram em mais de sete (07) reuniões, conforme apresentado no **Quadro 2-34**.

Quadro 2-34 - Levantamento de presença de não membros do Comitê de AMPEA nas reuniões

Nome	Instituição	Participações
RAIMUNDO NONATO DA SILVA GONÇALVES	EMATER-PA	7
VALDIVINO RODRIGUES DO PRADO	COOP AGROPECUARIA	7
DIOGENES CANARIO MOREIRA	SEMPRU	8
ANA PAULA M. MESQUITA	SEMDEC	7

O mesmo levantamento foi realizado para identificar membros do Comitê que compareceram em até duas reuniões, os que nunca compareceram e aqueles não comparecem em cinco reuniões consecutivas e/ou intercaladas, conforme destacado no **Quadro 2-35**. Tal levantamento foi motivado pela possibilidade de se promover a substituição desses representantes no colegiado, corroborando com o art. 4º do Regimento Interno em seu parágrafo único: “O membro que faltar

a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) intercaladas, sem justificativa, terá solicitada a sua substituição no Comitê”.

Quadro 2-35 - Levantamento de membros do Comitê de AMPEA que compareceram em poucas reuniões ou não comparecem em cinco reuniões consecutivas

Nome	Instituição
FRANKSUELMO B. SANTOS	SEC. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
ELIEL SOBRAL DA S. SANTOS	ASSOCIAÇÃO BAIRRO ESTANCIA FELIZ
VALDIR OLIVEIRA ROCHA	AFAMAPROCAN
JOSÉ MARIA R. DA SILVA	ASS. DE MORADORES DE CANAÃ
JOSÉ DOS REIS B DE ABREU	ASSOCIAÇÃO VALE DO SOSSEGO
JOASY FERREIRA LIMA	VILA PLANALTO
MOACYR DE BARROS SANTOS	VILA PLANALTO
ODAIR PEREIRA DOS SANTOS	VILA PLANALTO / ASCOOPAR
APARECIDA DE SÁ DA SILVA	VILA FEITOSA
JOVENIL RODRIGUES DOS SANTOS	VILA FEITOSA
JOÃO ELISMAR N. ALVES	VILA OURO VERDE
MARIA APARECIDA P DA SILVA	VILA OURO VERDE
IGELCI CARNEIRO DE SOUSA	ASS. DE MORADORES NOVO HORIZONTE
MARCOS MAFRA	ECONOMIA SOLIDÁRIA
JOSÉ LUCIO SOARES	ASSOCIAÇÃO VALE DA BENÇÃO
RAIMUNDA CORDEIRO	ASCOM
FRANCISCO DAMASCENO	Não informado
WERICKS EDUARDO	COOPER CANAA

c) Abordagem Metodológica das Reuniões

Foi elaborada uma proposta de abordagem metodológica das reuniões do Comitê tendo como referência metodologias de facilitação de processos de grupos⁸, segundo as quais devem-se observar o seguinte roteiro geral de reuniões:

1. Acolhimento/Harmonização;
2. Definição de Papeis (facilitador, relator e guardião do tempo);
3. Estabelecimento de Acordos;

8 Produção de consenso (<http://www.icv.org.br/site/wp-content/uploads/2015/08/Apostila.pdf> - p. 88 a 91) e Ecologia Social Antroposófica (www.adigo.com e <https://xa.yimg.com/kq/groups/20743884/1873374150/name/Apostila+Facilitacao+Vilas+EDE+RJ.pdf> p. 7 a 10)

4. Informes;
5. Definição da Agenda;
6. Introdução dos temas ou tarefas, dialogo e tomada de decisão e encaminhamentos;
7. Agradecimentos; e
8. Encerramento/Fechamento

O **Quadro 2-36** que se refere à proposta de reunião do Comitê de AMPEA de outubro de 2015, ilustra o desenho metodológico de reuniões proposto.

Quadro 2-36 - Proposta de Reunião

Horário	Responsável	Tópico	Duração	Caráter
13h30 - 14h	-	Chegada	30´	-
14h - 14h05	Graça	Abertura	05´	Apresentação
14h05 - 14h20	Aline	Proposta de metodologia da reunião	15´	Apresentação, diálogo e aprovação
14h20 - 14h30	Aline	Planejamento da reunião	10´	Apresentação e diálogo
14h30 - 14h45	Aline	Acordo de Convivência	15´	Apresentação, diálogo e aprovação
14h45 - 15h	Joelma	Ações do Plano de Ação realizadas e previstas para os próx. 30 dias	15´	Apresentação
15h - 15h40	Joelma	Metodologia para Plano de Trabalho de atividade de plantio de mudas de APP	40´	Apresentação, diálogo e aprovação
15h40 - 16h10	Aline, Graça e Nivia	Feira de negócios: logomarca do Comitê AMPEA	30´	Apresentação, diálogo e aprovação
16h10 - 16h25	Aline	Avaliação da reunião	15´	Diálogo
16h25 - 16h30	Graça	Encerramento	05´	Apresentação

Tal roteiro de reunião fora apresentado e aprovado pela coordenadora do Comitê AMPEA em reunião preparatória da reunião de outubro do Comitê, bem como pelos participantes na referida reunião.

Adicionalmente, a fim de investir no potencial político-formativo do próprio Comitê, possibilitar uma melhor e mais homogênea apropriação dos ritos de participação deste tipo de espaço pelos membros do Comitê, bem como fomentar uma maior participação quantitativa dos moradores das vilas, tem sido realizadas reuniões prévias nas comunidades, a fim de apresentar e verificar os pontos de pauta, bem como para buscar estratégias de inclusão junto aos mesmos. Além disso, durante as reuniões, tem sido proposto que o desempenho dos papéis definidos passe por rodízio

de modo a oportunizar que diferentes participantes experimentem diferentes papéis e maior responsabilidade para com o desempenho da reunião.

2.2.9.3 - Análise dos Resultados e Encaminhamentos

A partir da implantação do Plano de Ação foram realizadas quatro (04) reuniões com a participação da equipe da consultoria Ecology Brasil frente à condução do colegiado, contribuindo com a elaboração das pautas e facilitação do evento. Foi observado que a participação dos membros que representam as comunidades ainda é muito tímida, poucos se pronunciam ou interferem de alguma forma no processo. Já as participações das instituições públicas contribuem mais para as deliberações e andamento das ações do PEA. Talvez essa diferença se deva à falta de conhecimento dos participantes sobre o processo como um todo, essa percepção é validada pela fala do representante da Emater-PA, Sr. Raimundo Nonato da Conceição, que não é membro do Comitê, participou de sete (07) reuniões do Comitê e já não participa desde janeiro de 2015. No seu discurso (trecho descrito na ata de relato do **Grupo Focal do Plano Safra - Anexo 5**) comentou que nem todos conheciam o papel do Comitê e sugeriu que fosse feita uma publicação que explicasse a função e modo de operação desse colegiado. Reitera-se que tal publicação está prevista no âmbito da Atividade 5 desta Linha de Ação, como produto final da mesma.

Referente ao quórum das reuniões mensais do Comitê, no que tange à participação comunitária que vem decrescendo desde junho de 2015, percebeu-se a necessidade de aumentar os esforços nas mobilizações, tanto para explicar aos participantes a pauta da reunião quanto a importância da sua representação comunitária. Além de reforço na mobilização foi proposto a realização de pelo menos uma das reuniões do colegiado nas vilas, o que oportunizaria além de aumento na participação, uma melhor divulgação das ações do PEA nas comunidades, tendo em vista que na Vila Planalto e Vila Feitosa a principal queixa foi relacionada a realização das reuniões serem sempre na Agencia Canaã. Tal ação já tem sido empreendida desde novembro de 2015, quando das visitas prévias às reuniões do Comitê às vilas da AID.

Dentre os aportes realizados pelo colegiado destaca-se a definição sobre a data de realização da Oficina de Plantio de Mudas em APPs, atividade 3, presente na linha de ação 4 - Recursos Hídricos, que será priorizada em relação às outras atividades, de forma a coincidir com o início do período de chuvas, que comumente ocorre entre os meses de novembro a abril. Essa atividade está prevista para ocorrer no mês de janeiro de 2016.

Estava previsto a inclusão de moradores da Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém na composição do Comitê, no entanto, por recomendação da Vale a articulação com essas comunidades está momentaneamente suspensa devido a conflitos na região.

Os membros que não estão mais comparecendo às reuniões serão convidados e reintegrar o colegiado, assim como providenciada a inclusão de representantes das comunidades supracitadas e demais que demonstrarem interesse em participar. As próximas reuniões seguirão o roteiro metodológico conforme ora apresentado, e a agenda de reuniões realizada nas comunidades será elaborada participativamente.

2.2.9.4 - Cronograma Executivo

O cronograma geral de atividades previstas nesta Linha de Ação se mantém o mesmo apresentado no item 2.9.6 do Plano de Ação do PEA (Anexo 1), apenas com retificação dos meses em relação ao início efetivo e continuidade das mesmas.

Quadro 2-37 - Cronograma da Linha de Ação 9 - Acompanhamento e Monitoramento do PEA

Linha de Ação/Atividade	jan/16	fev/16	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
Acompanhamento e Monitoramento do PEA								
1 - Levantamento do status da Linha de Ação, Articulação e Estabelecimento de parcerias								
2 - Mobilização de novos Componentes e Integração dos PEAs no Comitê								
3 - Planejamento Logístico e Pedagógico								
4 - Realização das Reuniões do Comitê de AMPEA								
5 - Publicação-síntese de Acompanhamento e Monitoramento do PEA								

3 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Este item faz referência direta ao Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA (Anexo 2), e aponta resultados e metodologias referentes aos indicadores de Processo e de Performance.

3.1 - MONITORAMENTO DE INDICADORES DE PROCESSO

Conforme delineado no Plano de Monitoramento (Anexo 2), os indicadores de processo buscam avaliar o andamento de três aspectos relacionados à forma como as atividades previstas estão sendo executadas, a saber: efetividade, participação e temporalidade.

Os dois primeiros parâmetros são apresentados nos quadros a seguir. A temporalidade, tendo como produto o cronograma executivo, fora apresentada no corpo do relatório, nos itens referentes a cada Linha de Ação.

Quadro 3.1-1 - Indicadores de Processo voltados para avaliação da Efetividade do PEA

Linha de ação 1 - Apoio ao Plano Safra			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar reuniões com as instituições envolvidas no primeiro mês de implantação	Concluído	Quantidade de reuniões realizadas; Dados sistematizados	Foram realizadas 07 encontros e 02 reuniões; As listas de presença estão apresentadas no anexo 4. Os dados sistematizados são apresentados no item 2.2.1.1 do relatório trimestral e as atas no anexo 5.
Promover encontros e visitas às propriedades selecionadas como Unidades de Referência;	Previsto	Quantidade de reuniões/visitas realizadas; Quantidade de produtores participantes; Quantidade de instituições participantes;	Previsto para ocorrerem em fevereiro e março de 2016
Realizar reuniões e/ou visitas às cooperativas selecionadas como Unidades de Referência	Previsto	Quantidade de reuniões/visitas realizadas; Quantidade de produtores participantes; Quantidade de instituições participantes	Previsto para ocorrerem em fevereiro e março de 2016
Elaborar um material descritivo sobre as boas praticas agrícolas realizadas pelos produtores atendidos pelo Plano Safra	Previsto	Cartilha de Boas Práticas Agrícolas produzida e distribuída	Previsto para o junho e julho de 2016
Promover ações formativas sobre Fundos e Financiamentos; Organização de Informações e Elaboração de Projetos; e Gestão de Projetos	Previsto	Quantidade de capacitações realizadas; Quantidade de participantes;% de instituições representadas nas capacitações	Previsto para ocorrerem de março a maio de 2016
Linha de ação 2 - Campanhas de Educação Ambiental			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar reuniões para articular e estabelecer parcerias com instituições de interesse, para viabilizar a implementação das atividades, no 1º trimestre de implementação do Plano de Ação;	Concluído	Evidências da formalização da articulação com instituições e parcerias estabelecidas; Quantidade de reuniões realizadas para definição de parcerias;	Atas disponíveis no anexo 06. O relatório fotográfico de evidência encontra-se no item 2.2.2.1.As listas de presença estão apresentadas no anexo 4. Foram realizadas 03 reuniões e 02 encontros
Realizar reuniões com os representantes das comunidades da AID, para subsidiar o planejamento logístico e pedagógico das Oficinas Temáticas, no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação;	Em andamento	· Planos de Curso; · Cronogramas-executivos; · Evidências das reuniões com representantes de todas as comunidades;	As evidências das reuniões de planejamento das Oficinas encontram-se no anexo 06 e no item 2.2.2.1 deste relatório. Encontra-se em andamento o planejamento da Oficina Temática Biodiversidade - Plantio de Mudas em APP, a ser desenvolvida pela SEMPRU e SEMMA prevista para 2a quinzena de janeiro de 2016. O Plano de Oficina está em discussão, tendo sido apresentada a programação geral e proposta de conteúdos no item Programação da atividade encontra-se no item 2.2.2.2 do relatório.
Realizar Oficinas a respeito da temática Biodiversidade, com a carga horária de 3 horas, nas comunidades da AID dos empreendimentos, entre o 4º e 10º mês de implementação do Plano de Ação;	Previsto	· Carga horária implementada; · Quantidade de participantes de cada comunidade; · Quantidade de comunidades contempladas;	Oficina Temática Biodiversidade - Plantio de Mudas em APP prevista para 2a quinzena de janeiro de 2016
Realizar Oficinas a respeito da temática Sustentabilidade - com enfoque em Resíduos, com a carga horária de 3 horas, nas comunidades da AID dos empreendimentos, entre o 4º e 10º mês de implementação do Plano de Ação;	Previsto	· Carga horária implementada; · Quantidade de participantes de cada comunidade; · Quantidade de comunidades contempladas;	Prevista para junho de 2016.
Promover ações a respeito da temática Educação Patrimonial, na Escola Municipal da Vila Ouro Verde, entre o 4º e 10º mês de implementação do Plano de Ação.	Previsto	· Quantidade de participantes; · Carga horária implementada.	Prevista para abril de 2016.

Linha de Ação 3 - Criação da Cooperativa de Ecoturismo			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar, no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação, uma (01) reunião com as pessoas interessadas na atividade de ecoturismo	Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> Lista de presença e ata da reunião; Listagem de pessoas interessadas na atividade de ecoturismo. 	<p>Foram realizados 01 encontro e 01 reunião junto a alguns interessados em compor a cooperativa, cuja ata encontra-se no anexo 08. O relatório fotográfico de evidência encontra-se no item 2.2.3.1. As listas de presença estão apresentadas no anexo 4.</p> <p>Está prevista para 2a quinzena de janeiro de 2016 a identificação de demais interessados em compor a cooperativa bem como a realização de reunião junto aos mesmos.</p>
Realizar, no primeiro mês de implementação do Plano de Ação, uma (01) reunião com as pessoas interessadas na cooperativa para levantamento das documentações pertinentes à Associação de Alto do Bonito	Em andamento	<ul style="list-style-type: none"> Documentações que evidenciam o status da Associação de Alto do Bonito; Lista de presença e ata da reunião. 	<p>Conforme apontado no item 2.2.3.3 - Análise dos resultados, nos encontros realizados foi identificada a ausência da documentação necessária à formalização deste colegiado.</p> <p>A ata da reunião encontra-se no anexo 08. O relatório fotográfico de evidência encontra-se no item 2.2.3.1.</p>
Contratar, no segundo mês de implementação do Plano de Ação, um representante administrativo/jurídico para orientar e acompanhar o processo de criação da cooperativa de ecoturismo	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Identificação do representante jurídico contratado. 	<p>Previsto para iniciar em fevereiro de 2016. Destaca-se que o processo de formalização envolve: elaboração e/ou adaptação de Estatuto Social; Regimento Interno; Assembléia Geral de Constituição da Cooperativa registro em cartório e solicitação de CNPJ.</p>
Realizar, no mínimo, duas (02) reuniões com o representante jurídico e os membros interessados na cooperativa de ecoturismo	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de reuniões realizadas com o representante jurídico e os cooperativados. 	<p>Reuniões previstas para janeiro e fevereiro de 2016.</p>
Elaborar o Plano de Curso e de Aula do Curso Básico de Administração	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Curso; Plano de Aula do Curso. 	<p>Conforme apontado no item 2.2.3.3 - Análise dos Resultados, recomenda-se uma mudança de escopo para mudança de escopo: Curso de Cooperativismo e Gestão. Curso previsto para abril de 2016.</p>
Elaborar uma (01) apostila com os conteúdos previstos, como subsídio ao Curso Básico de Administração, para distribuição individual aos participantes	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Conteúdos trabalhados na apostila; Quantidade de apostilas distribuídas aos participantes. 	<p>Previsto para maio de 2016.</p>
Realizar o Curso Básico, com a carga horária mínima de 24h	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Carga horária realizada. 	<p>Previsto para junho de 2016.</p>
Obter a participação de, no mínimo, 80% dos membros da Cooperativa de Ecoturismo no Curso Básico	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de participação dos membros da cooperativa no Curso. 	
Obter avaliação positiva por parte dos participantes, em percentual acima de 80%, sobre os materiais didáticos produzidos e a condução do Curso Básico	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Percentual de avaliações positivas em relação ao material didático produzidos. Percentual de avaliações positivas em relação aos conteúdos trabalhados no Curso. 	
Realizar, no mínimo, três (03) reuniões de acompanhamento da gestão da cooperativa, após a execução do Curso Básico	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de reuniões de acompanhamento realizadas. 	<p>Previsto para julho e agosto de 2016.</p>
Apoiar a cooperativa na articulação e estabelecimento de parcerias	Previsto	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de parcerias formalizadas. 	

Linha de Ação 4 - Recursos Hídricos			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar pelo menos quatro (04) reuniões no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação para levantar o status das ações referentes ao tema Recursos Hídricos, sendo uma em cada comunidade envolvida e na sede do município	Em andamento	Quantidade de reuniões realizadas por comunidade Quantidade de reuniões realizadas na sede Sistematização do status da Linha de ação;	Foi realizada 01 encontro na comunidade escolar da Vila Ouro Verde para tratar da Oficina Plantio de Mudanças em APPs, conforme apontado no item 2.2.4.1 - Articulação. Foram realizadas 04 reuniões na sede, com o poder público, conforme apontado no item 2.2.4.1 - Articulação. A sistematização encontra-se detalhada no item 2.2.4.2 - Levantamento de Status.
Atualizar a lista de pessoas interessadas em participar desta linha de ação, bem como dos potenciais parceiros para as atividades dessa linha de ação	Concluído	Lista de contatos atualizada Lista de potenciais parceiros atualizada	A lista de contatos e potenciais parceiros atualizada encontra-se disponível no item 2.4.4.1 - Articulação.
Realizar reuniões prévias de planejamento participativo das atividades com as comunidades da AID dos empreendimentos;	Em andamento	Quantidade de reuniões realizadas com o planejamento das atividades em pauta Planejamento logístico e pedagógico das atividades Evidências das parcerias formalizadas	Foram realizadas quatro reuniões na sede, com o poder público e uma reunião na comunidade escolar da Vila Ouro Verde, conforme apontado no item 2.2.4.1 - Articulação As evidências fotográficas seguem apresentadas no item 2.2.4.1 - Articulação. As listas de presença estão apresentadas no anexo 4.
Realizar pelo menos duas Oficinas de 4 horas sobre plantio de mudas em APPs, sendo uma nas comunidades da área de influência dos empreendimentos, e uma Oficina para a sede do Município	Em andamento	Plano de Curso da Oficina de Plantio de Mudanças em APPs Quantidade de Oficinas realizadas nas comunidades da AID · Quantidade de Oficinas realizadas na sede do município · Carga horária das Oficinas realizadas; · Lista de participantes das Oficinas	Plantio de Mudanças em APP prevista para 15 de janeiro de 2016, o plano de curso segue apresentado no item 2.2.2.2 Previsto para o período de janeiro a abril de 2016
Realizar pelo menos uma Oficina de 8 horas sobre Gestão de Recursos Hídricos com as comunidades da área de influência dos empreendimentos	Não realizado	· Plano de Curso da Oficina sobre Gestão de Recursos Hídricos · Evidências da realização da Oficina · Carga horária da Oficina realizada · Lista de participantes da Oficina	Previsto para março de 2016 Previsto para abril de 2016
Linha de Ação 5 - Resíduos Sólidos			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar, no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação, reuniões com o público-alvo e instituições envolvidas, para levantar as atividades pregressas ocorridas no âmbito desta Linha de Ação;	Concluído	· Lista de Presença das reuniões realizadas; · Informações sobre as atividades ocorridas sistematizadas;	Listas de Presença apresentadas no anexo 4 Atividades realizadas descritas no item 2.2.5.2
Realizar, no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação, reuniões com o público-alvo e instituições envolvidas, para planejar as atividades previstas no âmbito desta Linha de Ação;	Em andamento	· Plano de Oficina produzido; · Cronograma executivo das atividades da Linha de Ação 3 elaborados.	Não realizado Apresentado no item 2.2.5.4
Formalizar parcerias para a condução das atividades previstas;	Em andamento	· Sistematização dos tipos de parcerias realizadas;	Parcerias realizadas conforme descrição no item 2.2.5.2
Realizar reuniões junto ao poder público para orientar a priorização de investimentos na área de resíduos sólidos	Em andamento	· Ata e lista de presença das reuniões realizadas;	Listas de Presença no anexo 4 e Atas apresentadas no anexo 10
Realizar um Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica, da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Canaã dos Carajás - <i>Recicla Canaã</i> ;	Concluído	· Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica produzido.	Estudo concluído pela Fundação Vale
Realizar, no mínimo, uma Oficina de 4 horas de duração, com a temática <i>Cidadania e Consumo Crítico e Consciente</i> , em cada comunidade da AID dos empreendimentos.	Não realizado	· Quantidade de Oficinas realizadas; · Comunidades atendidas; · Listas de presença; · Registros fotográficos dos encontros; · Evidências da carga horária implementada.	Previsto para ser realizado em junho de 2016

Linha de Ação 6 - Apoio à Construção da PME e do ProMEA			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Realizar, no 1º trimestre de implementação do Plano de Ação, reuniões com o público-alvo e instituições envolvidas, para levantar o interesse na participação do processo de construção do PME e ProMEA;	Em andamento	Reuniões de mobilização realizadas; Quantidade de facilitadores indicados;	Conforme apontado no item 2.2.6.1, foram realizadas 02 encontros de mobilização. Contudo, ainda não foram indicados os possíveis facilitadores para participarem das ações formativas. Esta indicação está prevista para março de 2016.
Realizar, no 2º semestre de implementação do Plano de Ação, reuniões com o grupo de facilitadores indicado, para o planejamento logístico e pedagógico da ação formativa;	Previsto	Plano de Curso da Oficina de Formação de Facilitadores da PME e do ProMEA; Sistematização dos conteúdos para os materiais didáticos; Cronograma executivo das Oficinas;	Previsto para maio de 2016.
Realizar, no 2º semestre de implementação deste Plano de Ação junto a 20 participantes, as Oficinas de Formação de Facilitadores da PME e do ProMEA, com 24h de carga horária.	Previsto	Oficinas de Formação de Facilitadores da PME e do ProMEA realizadas; Carga Horária realizada; Quantidade de participantes; Perfil do público participante.	Previsto para junho de 2016.
Linha de Ação 7 - Participação Popular			
Metas	Status	Indicadores	Observação
Levantar, até o 1º trimestre de implementação da Linha de Ação, o status da mesma junto público-alvo e instituições envolvidas;	Em andamento	Sistematização <i>do Status</i> das atividades de participação popular empreendidas no âmbito do PEA ou não;	Conforme justificado no item 2.2.7.3 - Análise dos Resultados, deverá ser dada continuidade à atividade de Levantamento de Status junto às organizações sociais de interesse. Esta atividade está prevista para janeiro e fevereiro de 2016.
Articular e estabelecer parcerias, no 1º trimestre, com instituições de interesse para viabilizar a implementação da Linha de Ação;		Evidências da formalização da articulação com instituições e parcerias estabelecidas;	No item 2.2.7.1 - Articulação constam relatório fotográfico e atas das reuniões de estabelecimento de parcerias realizadas até o momento apresentadas no anexo 13.
Realizar, no primeiro trimestre de implementação do Plano de Ação, reuniões com o público-alvo e instituições envolvidas, para planejar as atividades previstas no âmbito desta Linha de Ação;	Previsto.	. Planos de Mini-curso e Oficina elaborados; . Cronograma executivo das atividades previstas.	O Planejamento Participativo da Atividade 5 - Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos está previsto para março de 2016, enquanto os respectivos planejamentos das Atividades 3 - Seminário de Intercâmbios de Experiências de Organização Social e 4 - Seminário de Protagonismo Juvenil, estão previstos para maio de 2016.
Realizar Seminário de Intercâmbio de Experiências de Organização Social com carga-horária de 16h implementado para 50 participantes;	Previsto	. Evidências da realização dos Seminários, como listas de presença e fotos apresentadas em relatório;	A Atividade 3 -Seminário de Intercâmbios de Experiências de Organização Social, está prevista para julho de 2016.
Oferecer 04 mini-cursos no âmbito do Seminário de Intercâmbio de Experiências de Organização Social;	Previsto	. Quantidade de participantes nos Seminários;	
Fornecer ao público atividade ministrada por 02 grupos sociais - modelos de organização social atuantes na região amazônica, no âmbito do Seminário de Intercâmbio de Experiências de Organização Social;	Previsto	. Atendimento à carga-horária de 16h de atividades previstas para cada Seminário; . Quantidades de kits disponibilizados para os participantes de cada Seminário;	
Realizar Seminário de Protagonismo Juvenil com carga-horária de 16h implementado para 40 participantes;	Previsto	. Quantidade de organizações sociais-modelos a ministrar atividade nos Seminários.	A Atividade 4 - Seminário de Protagonismo Juvenil, está prevista para julho de 2016.
Oferecer 04 mini-cursos no âmbito do Seminário de Protagonismo Juvenil;	Previsto		
Fornecer ao público atividade ministrada por 01 grupo social - modelos de organização social jovem atuante na região amazônica, no âmbito do Seminário de Protagonismo Juvenil;	Previsto		
Oferecer Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, com carga-horária de 62h de duração, implementada para até 42 participantes, no segundo semestre de implementação da Linha de Ação;	Previsto	. Evidências da realização da Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos, como listas de presença e fotos apresentadas em relatório;	A realização da Atividade 5 - Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos está prevista para ocorrer durante os meses de maio, junho e julho de 2016.
Fomentar 01 projeto-piloto de desenvolvimento comunitário em cada uma das 05 Vilas da AID dos empreendimentos, além da sede de Canãa dos Carajás.	Previsto	. Quantidade de participantes na Oficina. . Atendimento à carga-horária de 62h de atividades previstas para a Oficina; . Quantidades de kits disponibilizados para a turma de participantes; . Quantidade de projetos-piloto de desenvolvimento comunitário implementados X turma no âmbito da Oficina.	

Linha de Ação 8 - Conhecimento sobre os Empreendimentos			
Metas	Status	Indicadores	Observação
<p>Levantar, no 1º trimestre de implementação da Linha de Ação, o status da mesma junto público-alvo e instituições envolvidas;</p> <p>Articular e estabelecer parcerias, no 1º trimestre, com instituições de interesse para viabilizar a implementação da Linha de Ação;</p> <p>Produzir planejamento Logístico e Pedagógico das atividades previstas;</p>	Previsto	<p>Sistematização <i>do Status</i> das atividades pregressas de visitas aos empreendimentos;</p> <p>Evidências da formalização da articulação com instituições e parcerias estabelecidas;</p> <p>Plano de Curso e roteiros de visitas produzidos;</p> <p>Cronogramas-executivos elaborados;</p>	<p>Está em andamento o estabelecimento de parcerias com o setor de relações comunitárias da Vale para viabilização das visitas às áreas dos empreendimentos. Está prevista para janeiro de 2016 reunião para realizar essas tratativas. O plano de curso das visitas e cronograma estão previstos para fevereiro. O Plano de Curso do curso de Gestão Ambiental está previsto para março de 2016.</p>
<p>Proporcionar a minimamente 18 representantes de cada uma das 04 comunidades da AID dos empreendimentos S11D e Mina do Sossego, 01 visita à área de operação ou de instalação do empreendimento mais próximo à sua comunidade;</p>	Previsto	<p>. Evidências da realização de visitas aos empreendimentos, como listas de presença e fotos apresentadas em relatório;</p> <p>. Número de visitas realizadas a cada empreendimento;</p> <p>. Número de membros de cada comunidade a participar de visita a empreendimento;</p> <p>. Número de comunidades representadas nas visitas realizadas X empreendimento;</p>	<p>Visitas previstas para ocorrerem a partir de abril de 2016.</p>
<p>Oferecer Curso de Gestão e Licenciamento Ambiental com carga-horária de 40h de duração para membros do CMMA e do Comitê de AMPEA;</p> <p>Promover, no âmbito do Curso, 02 visitas aos empreendimentos;</p> <p>Fornecer kits individuais de materiais didáticos aos cursistas;</p> <p>Subsidiar, no âmbito do Curso, que os participantes produzam 02 relatórios de estudo de caso com análise de percepção de impacto (positivo ou negativo) e monitoramento de medidas.</p>	Previsto	<p>Evidências da realização do Curso de Gestão e Licenciamento Ambiental, como listas de presença e fotos apresentadas em relatório;</p> <p>Atendimento à carga-horária de 40h de atividades previstas para o Curso;</p> <p>Quantidades de materiais x kits disponibilizados para a turma de cursistas;</p> <p>Evidências da realização de visitas dos cursistas aos empreendimentos, como listas de presença e fotos apresentadas em relatório;</p> <p>Número de visitas realizadas pelos cursistas a cada empreendimento;</p> <p>Quantidade de relatórios de estudos de caso produzidos pelos participantes no âmbito do Curso;</p> <p>Quantidade de participantes do CMMA e do Comitê de AMPEA no Curso.</p>	<p>Curso previsto para ocorrer entre maio e julho de 2016.</p>
Linha de Ação 9 - Facilitação do Comitê de AMPEA			
Metas	Status	Indicadores	Observação
<p>Levantar, no 1º trimestre de implementação da Linha de Ação, o status da mesma junto público-alvo e instituições envolvidas;</p> <p>Articular e estabelecer parcerias, no 1º trimestre, com instituições de interesse para viabilizar a implementação da Linha de Ação;</p> <p>Produzir planejamento Logístico e Pedagógico das atividades previstas;</p>	Em andamento	<p>Sistematização <i>do Status</i> das atividades pregressas de visitas aos empreendimentos;</p> <p>Evidências da formalização da articulação com instituições e parcerias estabelecidas;</p> <p>Roteiro metodológico de facilitação das reuniões do Comitê de AMPEA;</p> <p>Roteiro logístico e agenda das reuniões;</p>	<p>A sistematização do Levantamento de Status está apresentada no item 2.2.9.2.</p> <p>Como evidências, consta o registro fotográfico no item 2.2.9.1 - Articulação e as atas no anexo 16.</p> <p>O roteiro metodológico das reuniões consta no item 2.2.9.2 - Levantamento de Status, 9 c) Abordagem Metodológica das Reuniões</p> <p>Roteiro logístico e agenda das reuniões em andamento.</p>
<p>Mobilizar representantes da Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém para participação no Comitê de AMPEA;</p> <p>Formalizar a integração dos PEAs no âmbito do Comitê.</p>	Previsto	<p>. Evidências da realização reuniões de convite à participação no AMPEA na Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém;</p> <p>. Formalização de inclusão de moradores da Vila Bom Jesus e Nova Jerusalém na composição do Comitê de AMPEA;</p>	<p>Conforme apresentado no item 2.2.9.3 - Análise dos Resultados, a articulação das referidas vilas ainda não foi autorizada pelo departamento de segurança da Vale, devido a conflitos na região.</p>
<p>Estabelecer metodologia participativa de facilitação das reuniões do Comitê de AMPEA;</p> <p>Promover reuniões mensais do Comitê de AMPEA;</p>	Em andamento	<p>. Evidências, por meio de atas, da participação dos representantes das Vilas nas reuniões do Comitê;</p> <p>. Periodicidade das reuniões;</p>	<p>Atas presente no anexo 16</p> <p>As reuniões tem acontecido com periodicidade mensal (exceto pelo mês de dezembro), realizadas na última quinta feira do mês, conforme apontado no item 2.2.9.1. As listas de presença estão apresentadas no anexo 4.</p>
<p>Produzir e distribuir, junto a membros do Comitê de AMPEA e instituições envolvidas na sua implementação, publicação-síntese das ações implementadas no âmbito do PEA;</p>	Previsto	<p>. Número de publicações produzidas e distribuídas.</p>	<p>Será realizado no ultimo mês de implantação</p>

3.2 - MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE PERFORMANCE

O Monitoramento dos Indicadores de Performance (ou de Resultados) tem a intensão de avaliar os resultados efetivos do Programa de Educação Ambiental como um todo, considerando suas múltiplas Linhas de Ação e atividades de forma integrada. Tal motivação, longe de expressar uma visão economicista e mecanicista focada em eficiência, que despreza o caráter da educação como processo, deriva da necessidade de verificar as transformações a longo prazo que ela promove na realidade, de modo a perceber e promover sua adequação em um cenário de conflitos e tensões sociais em grande parte deflagrados pela implantação do empreendimento a que este Programa se vincula. O monitoramento dos indicadores de performance pretende, portanto, aferir os efeitos do Programa naquilo que extrapola suas metas mensuradas por meio de seus indicadores de processo. Para isso, torna-se necessária a conceituação dos princípios norteadores das ações do Programa e delimitadores de seu papel, para definição e priorização dos indicadores, conforme delineado no Plano de Monitoramento apresentado no Anexo 2. Este item do relatório dedica-se, portanto, a apontar algumas diretrizes para consolidação de um sistema de parâmetros e critérios de avaliação que expressem os pressupostos das ações desenvolvidas e justifiquem a escolha e priorização de um conjunto de indicadores de mensuração de seus resultados, além de definir algumas ferramentas para realização do monitoramento.

Os aspectos que subjazem aos processos educativos/formativos, além de pouco aferíveis por metodologias quantitativas, precisam ser observados e contextualizados social, político e culturalmente, posto que a eficácia deste PEA não pode prescindir de uma compreensão da dinâmica socioeconômica que o envolve, e dos muitos fatores e sujeitos que se interpõem e moldam relações e processos.

“Um projeto baseia-se na intenção de atuar nesta complexidade, perseguindo objetivos de mudança numa situação considerada como problema ou necessidade. Com suas atividades, relacionando-se com a ação dos demais sujeitos na sociedade, pretende produzir resultados que, no conjunto, contribuam para modificar aquela situação. Por isso, os resultados de um projeto social nunca são uma certeza, mas um investimento, uma aposta na possibilidade de alcançá-los. Não havendo certezas, é preciso construir meios de verificação que auxiliem a perceber o rumo das mudanças que se consegue produzir.” (Cf. o trabalho de Leandro Lamas Valarelli,

"Indicadores de resultados de projetos sociais", aqui tomado como referência. Disponível em: http://www.fcm.unicamp.br/fcm/sites/default/files/valarelli_indicadores_de_resultados_de_projetos_sociais.pdf. Acesso em: 13 jan. 2016.)

Outro aspecto relevante na composição dos indicadores de performance é a necessidade de mensurar também sua efetividade, abrangendo processos cujos resultados tendem a se manter no tempo, haja vista a expectativa de que os meios apresentados no programa gerem, junto aos diversos públicos envolvidos, mudanças comportamentais e cognitivas duradouras em relação ao meio ambiente, à participação e aos direitos sociais em comunidades rurais, por meio de ações integradas com o poder público e outras instituições locais. É fundamental, neste sentido, que a definição desses indicadores estejam apoiados em Princípios Norteadores da Avaliação (Quadro 3.2-1), conforme já apresentado no Plano de Monitoramento (Anexo 2).

Quadro 3.2-1 - - Princípios Norteadores da Avaliação

Princípio	Conceito
Pertencimento Local	Capacidade de fomento às relações locais de pertencimento social por meio de potenciais transformações sociais e territoriais associadas ao fortalecimento das cadeias produtivas, do associativismo e da participação local nos processos de desenvolvimento que afetam as comunidades rurais e na valorização de práticas e saberes tradicionais.
Protagonismo Social	Potencial de fortalecimento das ações individuais e coletivas que envolvem a participação qualificada nos espaços de controle social e o empoderamento dos atores sociais nos processos de gestão ambiental.
Compartilhamento de Valores	Capacidade de dotar as atividades educativas e formativas de ações que gerem a internalização de valores, conhecimentos e práticas capazes de promover mudanças de atitudes e comportamentos em relação ao meio ambiente e a sociedade.
Cidadania	Capacidade de promover a valorização dos direitos humanos e o reconhecimento das responsabilidades institucionais e sociais dos diversos atores envolvidos no contexto da gestão ambiental.

3.3 - DETALHAMENTO DAS FERRAMENTAS DE MONITORAMENTO

Os indicadores de performance tem sua funcionalidade diretamente relacionada à observação da capacidade das diversas atividades planejadas em atenderem aos princípios norteadores do PEA, nas suas linhas de ação e seus objetivos centrais. A aplicação de indicadores para a avaliação de aspectos que subjazem aos indicadores de processos (tais como participação dos diversos atores em reuniões, oficinas e demais atividades previstas), é uma ação que demanda, além do acompanhamento técnico e monitoramento das atividades realizadas, a conformação de metodologias analíticas, que permitam aos agentes dos processos educativos/formativos o

desenvolvimento e instrumentalização da avaliação da profundidade e amplitude dos resultados alcançados com o Programa.

Sendo assim, as ferramentas de monitoramento buscam estabelecer um canal permanente de comunicação com a população do município contemplado pelo PEA, possibilitando a coleta de informações qualitativas, sua sistematização e posterior análise. A primeira etapa de implementação do Plano de Ação (Anexo 1), que consistiu no levantamento do *status* das ações de Educação Ambiental em andamento no município e na realização de reuniões participativas de planejamento para o desenvolvimento das Linhas de Ação previstas, fornece subsídios para uma avaliação das metas propostas no Plano, de forma a ajustá-las às demandas e especificidades apresentadas durante o processo participativo. Além disso, torna-se possível uma melhor definição de alguns instrumentos de coleta de dados e de sistematização de informações, que possibilitem o acompanhamento permanente das atividades, e que tornem esse monitoramento efetivo, no sentido de corrigir possíveis equívocos na metodologia.

Desta forma, serão detalhados a seguir os itens 3.3.1 - Desenvolvimento de Ferramental Teórico-Metodológico, 3.3.2 - Observatório de Expectativas e 3.3.3 - Observatório de Conflitos Sociais, do Plano de Monitoramento (Anexo 2).

3.3.1 - Desenvolvimento de Ferramental Teórico-Metodológico

Esta atividade consiste na revisão e atualização das metas propostas nos Planos de Ação e Monitoramento e a realização de reuniões de alinhamento metodológico, prevendo também a participação de profissionais com atuação reconhecida no âmbito da Educação Ambiental, para realização de seminários e *workshops*, possibilitando o compartilhamento de experiências e o desenvolvimento de metodologias inovadoras.

Ao longo do primeiro trimestre de levantamento de status, tais reuniões foram realizadas de maneira ordinária entre a equipe de implementação do Programa, buscando compartilhar as informações obtidas em campo e identificar necessidades de ajustes na metodologia. Tais ajustes foram consolidados, apresentados e analisados neste relatório, nos itens referentes a cada Linha de Ação. No trimestre que se inicia, serão discutidas e desenvolvidas as ferramentas teórico-metodológicas deste Plano de Monitoramento, com base nas informações sistematizadas neste relatório.

Além disso, está prevista a realização de um workshop, na primeira semana de fevereiro/2016, com a presença de um especialista, para análise dos indicadores de monitoramento definidos e avaliação sobre sua adequação.

Outros seminários e workshops deverão ser ainda planejados, conforme as necessidades ao longo do processo de monitoramento.

As reuniões para ajuste de metodologia deverão continuar durante todo processo de implantação do PEA.

3.3.2 - Observatório de Expectativas

Conforme apontado no item 3.3.2 do Plano de Monitoramento do PEA, esta atividade tem como objetivo revelar, ao longo da implementação do PEA, as expectativas da população em relação à Vale. A mudança nessas expectativas, bem como do status de atendimento às mesmas serão objeto de análise do monitoramento, que buscará relacionar possíveis evoluções no nível de criticidade de tais expectativas à atuação do PEA. Além disso, este observatório possibilitará um canal de diálogo permanente com a população.

Neste primeiro trimestre, durante as reuniões, encontros e grupos focais de Levantamento de Status, realizados pela equipe técnica do PEA junto ao público alvo do Programa, algumas expectativas em relação à Vale foram evidenciadas. Como exemplo, pode-se mencionar a que se refere ao repasse de informações sobre as compensações/ações realizadas pela Vale no município de Canaã dos Carajás. Foi identificado que alguns dos atores sociais consultados não se sentem diretamente contemplados por essas ações, e tem expectativa de serem informados sobre onde e como as mesmas tem sido aplicadas. Outra expectativa observada foi a de uma associação dos produtores que solicitaram cessão de área em regime de comodato para produção agrícola.

Tais demandas justificam a criação de um espaço para que sejam organizadamente analisadas e encaminhadas tais expectativas e sua sistematização pode se configurar como uma ferramenta de aferição dos indicadores de monitoramento que se referem à percepção da população em relação à Vale, e na qualificação destas expectativas e conseqüentemente, da relação entre empresa e população.

A fim de sistematizar demandas como as supracitadas, foi elaborada uma ficha de expectativas (Anexo 17), a ser distribuída entre as lideranças comunitárias que, após breve capacitação,

ficarão responsáveis por registrar as demandas da população a serem encaminhadas à Vale. Esta ficha deverá também ficar à disposição da população nas sedes das associações, durante todo período de implementação do PEA, para o caso de quererem autonomamente fazer o encaminhamento de suas expectativas.

As expectativas e solicitações serão permanentemente coletadas e analisadas pela equipe técnica de implementação do PEA, para que sejam feitos os encaminhamentos pertinentes. De forma a se evitar a geração de expectativas, serão realizadas reuniões bimestrais para a devolutiva à população sobre a avaliação das proposições e medidas tomadas e discussão sobre as expectativas apresentadas. Será ainda elaborada uma ficha de avaliação para ser preenchida pelos participantes ao fim dessas reuniões bimestrais, abordando aspectos que permitam identificar seu entendimento acerca dos encaminhamentos realizados e sobre o papel da Vale.

Ao fim do 1º ano de implementação do PEA, deverá ser feita uma análise comparativa das expectativas apresentadas durante o período, avaliando as mudanças no grau de pertinência das demandas, seu atendimento ou não, a possível relação das mudanças com os projetos do PEA, o amadurecimento da população em relação à compreensão do papel da Vale e do PEA, de forma a indicar se as atividades do Programa cumpriram a função de esclarecer aos envolvidos sobre questões referentes aos papéis a serem desempenhados pela Vale e pelas diferentes instâncias do Poder Público e da Sociedade Civil, bem como o reconhecimento dos direitos e deveres da população.

3.3.3 - Observatório de Conflitos Sociais

Conforme apontado no item 3.3.3 do Plano de Monitoramento do PEA, o Observatório de Conflitos Sociais objetiva obter informações que permitam um diagnóstico dos conflitos sociais locais, possibilitando uma avaliação da aderência das atividades do PEA às temáticas de relevância local, além de fornecer subsídio para planejamento de etapas subsequentes do PEA.

Durante o Levantamento de Status a equipe técnica pode identificar relatos informais de algumas situações de conflitos em torno da gestão dos recursos hídricos e da questão fundiária evidenciaram a necessidade de investigações mais detalhadas sobre tais conflitos, bem como de outros que venham a se manifestar, para subsidiar o planejamento de como o PEA pode vir a atuar diretamente ou indiretamente sobre tais tensões.

Para isso, a criação desta ferramenta parte da formação de agentes locais previamente selecionados para apoiar a coleta de dados em campo, por meio da realização de uma Oficina de Formação para capacitar estes agentes a utilizarem o ferramental a ser desenvolvido para registro dos dados e para introduzi-los aos princípios metodológicos e conceituais da Pesquisa-Ação. A seleção dos agentes deverá ocorrer ao longo do segundo trimestre de implementação deste Programa, sendo a Oficina realizada no início do terceiro trimestre.

Posteriormente, os agentes deverão desenvolver atividades de campo para obter informações referentes à ocorrência de eventos que reflitam os conflitos sociais presentes no município de Canãa dos Carajás, bem como a ocorrência de outros eventos que possam ser relacionados à atuação do PEA. Estes eventos deverão ser organizados no formato de boletins periódicos.

As informações coletadas ao longo desta atividade deverão subsidiar a elaboração da Atividade 3 - Pesquisa Anual de Avaliação, bem como fornecer elementos que permitam a readequação das atividades do PEA ao longo de seu desenvolvimento, de forma a contemplarem os conflitos sociais evidenciados por meio do Observatório de Conflitos Sociais.

3.3.4 - Cronograma Executivo do de Monitoramento e Avaliação

O cronograma executivo de atividades de Monitoramento e Avaliação a seguir atualiza o apresentado no item 4 do Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA - Anexo 1.

Linha de Ação/Atividade	2015			2016							
	out-15	nov-15	dez-15	jan-16	fev-16	mar-16	abr-16	mai-16	jun-16	jul-16	ago-16
Plano de Monitoramento											
1 - Desenvolvimento do ferramental teórico-metodológico				■	■	■					
2 - Implementação do Observatório de Expectativas				■	■	■	■	■	■	■	
3 - Formação de Agentes de Pesquisa-ação							■				
4 - Implementação do Observatório de Conflitos Sociais							■	■	■	■	
6 - Levantamento de Dados para Relatório Anual									■	■	■
7 - Atividades de Avaliação Integrada									■	■	■
8 - Relatório Anual de Avaliação											■
9 - Organização das Publicações										■	■

4 - EQUIPE TÉCNICA

Profissional	Formação	Função	Nº do RG	CTF (IBAMA)
Aline Ferrari	Pedagoga	Coordenação Técnica	12.932.116-2 DETRAN-RJ	2494100
Mariza Goulart	Cientista Social	Supervisão Técnica	11968694-7 IFP-RJ	541848
Cassia Miranda	Cientista Social	Coordenação do Núcleo de Educação Ambiental	012.782.035-5 DETRAN-RJ	5521392
Patrícia Teixeira	Bióloga	Apoio no Planejamento e Atividades de Campo	12744019-6 DETRAN-RJ	4988460
Vivian Separovic	Zootecnista	Apoio Técnico - Linha de Ação 1	37.313.526-9 SSP-SP	50211580
Arlei Pury Mazurec	Cientista Social	Gestão, Acompanhamento e Planejamento	10180643-5 DETRAN-RJ	298397
Joelma Cavalcante	Engenheira Florestal	Educadora Ambiental - Planejamento	07360681-6 Detran-RJ	1683216

Lista de Anexos para Referência e Índice - Uso do NE

1	Anexo 1	Plano de Ação do PEA
2	Anexo 2	Plano de Monitoramento e Avaliação do PEA
3	Anexo 3	Questionários semiestruturados de Levantamento de Status
4	Anexo 4	Listas de Presença
5	Anexo 5	Atas - Linha de Ação 1
6	Anexo 6	Atas - Linha de Ação 2
7	Anexo 7	Versão preliminar do Álbum Seriado
8	Anexo 8	Atas - Linha de Ação 3
9	Anexo 9	Atas - Linha de Ação 4
10	Anexo 10	Atas - Linha de Ação 5
11	Anexo 11	Atas - Linha de Ação 6
12	Anexo 12	Questionários semiestruturados preenchidos - Linha de Ação 7
13	Anexo 13	Atas - Linha de Ação 7
14	Anexo 14	Questionários semiestruturados preenchidos - Linha de Ação 8
15	Anexo 15	Sistematização dos dados de Levantamento de Status - Linha de Ação 8
16	Anexo 16	Atas - Linha de Ação 9
17	Anexo 17	Ficha de Expectativa

